

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

CICERA DE FATIMA FERNANDES SOUZA

**PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARARUNA - PR: ANÁLISE
DAS DINÂMICAS E DO DESENVOLVIMENTO**

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

CICERA DE FATIMA FERNANDES SOUZA

**PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARARUNA - PR: ANÁLISE DAS
DINÂMICAS E DO DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Áurea de Andrade Viana Andrade

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

CICERA DE FATIMA FERNANDES SOUZA

**PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARARUNA - PR: ANÁLISE
DAS
DINÂMICAS E DO DESENVOLVIMENTO**

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Aurea Andrade Viana de Andrade (Orientadora) – Presidente

gov.br

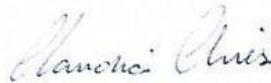
Documento assinado digitalmente

VALDIR ROQUE DALLABRIDA

Data: 05/05/2025 15:37:32-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida – UNIJUÍ, Ijuí



Prof.ª Dr.ª Claudia Chies – Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação
30/04/2025
Campo Mourão - PR

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SOUZA, Cícera de Fátima Fernandes de
Patrimônio Territorial de Araruna - PR: Análise das Dinâmicas e do Desenvolvimento / Cícera de Fátima Fernandes de SOUZA. -- Campo Mourão-PR, 2025.
171 f.: il.

Orientador: Áurea Andrade Viana de Andrade.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2025.

1. Território. 2. Patrimônio. 3. Dinâmicas. 4. Multidimensional. I - Andrade, Áurea Andrade Viana de (orient). II - Título.

SOUZA, Cicera de Fatima Fernandes. **Patrimônio Territorial de Araruna-PR: Análise das dinâmicas e do desenvolvimento.** 171f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, 2025.

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar as dinâmicas de formação e evolução do patrimônio territorial, entendido como sedimentos materiais e imateriais, composto por paisagens, manifestações culturais, referências identitárias e valores simbólicos que conferem sentido ao território e às práticas sociais ali desenvolvidas. Os elementos imateriais ou abstratos, ligados às tradições, cultura, costumes e práticas do local; saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; lugares (como mercados, feiras e santuários), também integram esse patrimônio. A pesquisa aborda as dinâmicas do patrimônio territorial do município de Araruna em suas múltiplas dimensões, com vistas ao desenvolvimento, permeando as articulações historicamente construídas, a partir das formas, processos, estruturas e funções do território, levantando seus potenciais econômicos, organizacionais, institucionais e de gestão, que contribuem para diminuir as desigualdades de acesso aos bens e serviços e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população. O presente estudo faz uma abordagem qualitativa em torno do patrimônio territorial sob a interpretação multi e interdisciplinar, utilizando os aportes epistêmico-teóricos do Projeto (ProPAT), propondo os indicativos representados pelas variáveis, integrados ao modelo do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), em especial as contribuições científicas do Professor Doutor Valdir Roque Dallabrida. Como procedimentos operacionais, realizaram-se levantamentos de dados junto a órgãos públicos e privados, além de dados secundários do IBGE, Iparde e Prefeitura. Para detalhamento, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas junto a organizações institucionalizadas. Do resultado, busca-se compreender o funcionamento das estruturas patrimoniais, com vista a identificar as necessidades da população, as potencialidades das infraestruturas e as regulamentações das associações e conselhos locais. A pesquisa ainda visa levantar elementos que possam servir de parâmetro para possíveis mudanças nas organizações e serviços públicos prestados à população. Em síntese, a pesquisa, por meio das diferentes dimensões do patrimônio territorial, sob olhar crítico, apresenta indicativos para o planejamento do futuro desejado territorialmente.

Palavras-chave: território, patrimônios, dinâmicas, multidimensional.

SOUZA, Cicera de Fatima Fernandes. **Territorial Heritage of Araruna-PR: Analysis of dynamics and development.** 171p. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2025.

ABSTRACT

The research aims to analyze the dynamics of formation and evolution of territorial heritage, understood as material and immaterial sediments, such as: fragments of rocks and soils, originated by erosion and weathering; transported by geological agents, such as wind, water, and currents; deposited in places such as river banks, alluvial plains, slope foothills; composed of rocks, minerals and remains of plants and animals; deposited in the bed of lakes, rivers and reservoirs. The spiritual or abstract elements; linked to the traditions, culture, customs and practices of the place; knowledge, crafts and ways of doing; celebrations, scenic, plastic, musical or playful forms of expression; places (such as markets, fairs, and shrines). The research addresses the dynamics of the territorial heritage of the municipality of Araruna in its multiple dimensions, with a view to development, permeating the historically constructed articulations, from the forms, processes, structures and functions of the territory, raising its economic, organizational, institutional and management potential, which contribute to reducing inequalities in access to goods and services, and consequently contributing to improving the quality of life of the population. The present study makes a qualitative approach to territorial heritage under the multi and interdisciplinary interpretation, using the epistemic-theoretical contributions of the Project (ProPAT)¹, proposing the indicators represented by the variables, integrated with the model of the Multidimensional Index of Territorial Heritage Activation (IMAP)², especially the scientific contributions of Professor Dallabrida. As operational procedures, data surveys were carried out with public and private agencies and secondary data from IBGE, Ipardees and City Hall. For detailing, questionnaires and semi-structured interviews were applied to the institutionalized organizations. The result seeks to understand the functioning of heritage structures in order to identify the needs of the population, the potential of infrastructures and the regulations of local associations and councils. The research also aims to raise elements that can serve as a parameter for post-graduate studies possible changes in the organizations and public services provided to the population. In summary, the research, through the different dimensions of territorial heritage, under a critical eye, making indications for the planning of the future desired territorially.

Keywords: territory, heritage, dynamics, multidimensional.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Rede Territorial que compõe a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense | 17 |
| Figura 2 - Esquema geral da multidimensionalidade territorial | 21 |
| Figura 3 - Dimensões do Patrimônios Territorial | 23 |
| Figura 4 - Patrimônio Territorial e seus componentes | 29 |
| Figura 5 - Análise na perspectiva multifacetada da pesquisa | 36 |
| Figura 6 - Vista aérea do Município | 55 |
| Figura 7 - Localização geográfica do estado do Paraná no Brasil, com destaque para o Município de Araruna | 58 |
| Figura 8 - Representação do povoado do município de Araruna | 59 |
| Figura 9 - Praça enfeitada com Arara e os dizeres: “Araruna, o nosso orgulho” | 59 |
| Figura 10 - Aspectos históricos da construção do Patrimônio Territorial Ararunense..... | 60 |
| Figura 11 - Índice de vulnerabilidade social - Araruna | 67 |
| Figura 12 - Via de acesso às Áreas Rurais | 71 |
| Figura 13 - Centros de Referências ao atendimento à comunidade CRAS/CREAS | 75 |
| Figura 14 - Representação dos Saberes e seus respectivos grupos implantados no território..... | 80 |
| Figura 15 - Rede Educacional de Araruna | 81 |
| Figura 16 - Representação histórica: A Arara e o Café | 84 |
| Figura 17 - Casa da Cultura | 85 |
| Figura 18 - Casa da Cultura: Biblioteca - Anfiteatro - Sala de Balé - Recepção | 88 |
| Figura 19 - Prato Típico: Arroz Tratoreiro | 88 |
| Figura 20 - “Museu” - Peças antigas | 89 |
| Figura 21 - Eventos Culturais | 90 |
| Figura 22 - Lago do Parque e Capela São José..... | 94 |
| Figura 23 - Parque das Araras | 95 |
| Figura 24 - Cachoeira - localizada na estrada Boiadeira - BR-487 | 96 |
| Figura 25 - Representação do geossítio, ênfase a Araruna | 97 |
| Figura 26 - Topossequência Pinheirão | 98 |
| Figura 27 - Mapa de expansão da malha urbana de Araruna | 100 |
| Figura 28 - Vista de Araruna por satélite | 107 |
| Figura 29 - Parque Industrial de Araruna | 110 |
| Figura 30 - Produtividade rural no município de Araruna | 111 |
| Figura 31 - Elementos (i) materiais do patrimônio territorial de Araruna | 114 |
| Figura 32 - Vulnerabilidade ambiental urbana de Araruna | 117 |
| Figura 33 - Cestas de Bens e serviços | 118 |
| Figura 34 - Diversidade de grupos culturais e/ou esportivos: envolvendo a compreensão e valorização das diferenças entre indivíduos nas comunidades ararunense | 121 |
| Figura 35 - Manifestações culturais e/ou esportivas quanto as políticas públicas no município..... | 122 |
| Figura 36 - Eventos culturais esportivos e dotação orçamentária | 122 |
| Figura 37 - Distribuição dos equipamentos culturais e/ou esportivos..... | 123 |
| Figura 38 - Diversidade e mídias | 124 |
| Figura 39 - Geração de emprego e renda quanto as atividades culturais e/esportivas | 125 |
| Figura 40 - Sistemas de apoio à gestão nos departamentos públicos | 127 |
| Figura 41 - Parcerias em serviços prestados pela Secretarial de Educação local | 128 |
| Figura 42 - Formas de utilização do IDEB | 129 |

| | |
|---|-----|
| Figura 43 - Considerações sobre as estruturas administrativas do município..... | 133 |
| Figura 44 - Instrumentos de Programação e Planejamento | 134 |
| Figura 45 - Estruturas de comunicação, transparências e inovação: efetividade na comunicação externa e transparência pública e as estruturas de inovação e E-governo | 135 |
| Figura 46 - Ações públicas municipal de apoio ao desenvolvimento..... | 135 |
| Figura 47 - Documentos e programas de ações públicas municipal de apoio ao desenvolvimento: Planos, Projetos, Atas, e outros documentos de registro | 136 |
| Figura 48 - Iniciativas empreendedoras..... | 139 |
| Figura 49 - Coordenação entre empresas quanto a existência de redes e parcerias | 139 |
| Figura 50- Estrutura das propriedades e produtores | 140 |
| Figura 51 - Geração de trabalho e renda no município | 141 |
| Figura 52 - Aspectos socioecológicos (uso do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos - Projetos e ações de uso, proteção e recuperação dos recursos socioecológicos municipal | 143 |
| Figura 53 - Dinamização do desenvolvimento comercial e industrial e a potencialização das dinâmicas de produção e vendas | 144 |
| Figura 54 - Instituições declaradas como pertencimento pelos entrevistados | 146 |
| Figura 55 - Instituições com atuação em assistência social segundo os entrevistados | 147 |
| Figura 56 - A Relação entre instituições religiosas e o atendimento às famílias nas comunidades, conforme relatos dos entrevistados | 147 |
| Figura 57 - Existência de Cadastros das famílias nas instituições local | 147 |
| Figura 58 - Eventos comunitários..... | 148 |

LISTA DE TABELAS E QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Destaque das Dimensões Territoriais | 22 |
| Quadro 2 - Estrutura da Administrativa pública e organizações da sociedade do Município de Araruna | 35 |
| Quadro 3 - Dimensões Territoriais, Indicadores e Fontes para Análise | 39 |
| Quadro 4 - Dimensão Social do Patrimônio Territorial | 40 |
| Quadro 5 - Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial | 41 |
| Quadro 6 - Dimensão Cultural do Patrimônio Territorial | 43 |
| Quadro 7 - Dimensão Natural do Patrimônio Territorial | 45 |
| Quadro 8 - Dimensão Institucional do Patrimônio Territorial | 50 |
| Quadro 9 - Dimensão Produtiva do Patrimônio Territorial | 52 |
| Quadro 10 - Estudo da dimensão social do território do Patrimônio - valores compartilhados socialmente | 65 |
| Quadro 11 - Dados Educacionais | 77 |
| Quadro 12 - Dimensão Humana e Intelectual: componentes e variáveis - saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade | 79 |
| Quadro 13 - Escolarização - IBGE do Município de Araruna | 82 |
| Quadro 14 - Dimensão Cultural: - Valores e códigos de conduta, patrimônio cultural, cultura empresarial | 86 |
| Quadro 15 - Dimensão Natural - Patrimônio natural, paisagens, solo, minerais, fauna, flora, ambiente natural | 92 |
| Quadro 16 - Recurso do ICMS Ecológico repassado aos Municípios em 2023..... | 99 |
| Quadro 17 - Dimensão Institucional - Institucionalidades públicas e privadas (sociais, políticas, corporativas) | 102 |
| Quadro 18 - Dimensão Produtiva- Recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos, infraestrutura no Município de Araruna | 109 |
| Quadro 19 - Dimensão Natural - Elementos constitutivos do local | 115 |
| Quadro 20 - Dimensão Cultural - Elementos constitutivos da dinâmica territorial do município..... | 120 |
| Quadro 21 - Dimensão Humana e Intelectual - Elementos constitutivos da dinâmica patrimonial do município..... | 126 |
| Quadro 22 - Dimensão Social: Elementos constitutivos da dinâmica patrimonial do município..... | 130 |
| Quadro 23 - Dimensão Institucional: Elementos constitutivos da dinâmica patrimonial do município e suas potencialidades | 133 |
| Quadro 24 - Dimensão Produtiva: Elementos constitutivos da dinâmica patrimonial do município..... | 137 |

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| AGROARA | Associação dos agropecuaristas do município de Araruna |
| APAE | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna |
| ARASEDA | Associação dos sericultores de Araruna |
| ASSEMA | Associação dos servidores municipais de Araruna |
| Cacercopar | Associação Comercial e Empresarial da Região Centro Ocidental do Paraná |
| CACS | Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB |
| CAE | Conselho de Alimentação Escolarização |
| CAGED | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados |
| CLT | Consolidação de Leis Trabalhistas |
| CME | Conselho Municipal de Educação |
| COMCAM | Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão |
| COVID | Coronavirus Disease 2019 |
| CRAS | Centro de Referência à Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| DERAL | Departamento de Economia Rural |
| Firjan | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |
| FME | Fórum Municipal de Educação |
| FUNDEB | Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica |
| GINI | Índice de Renda Domiciliar <i>Per Capita</i> |
| Iadi | Índice de Ativação da Dimensão Institucional |
| IAT | Instituto Água e Terra |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços |
| Idap | Índice Dimensional da Ativação do Patrimônio Territorial |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IDN | Índice da Dimensão Natural |
| IDR | Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná |

| | |
|---------|--|
| Imap | Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial |
| INEP | Instituto Nacional de Educação e Pesquisa |
| INPI | Instituto Nacional de Propriedade Industrial |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PIA | População em Idade Ativa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAIC | Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa |
| PR | Paraná |
| ProPAT | Projeto de Pesquisa - Patrimônio Territorial como Referência no Processo de Desenvolvimento de Territórios |
| PSS | Processo Seletivo Simplificado |
| SEAB | Secretaria da Agricultura e Abastecimento |
| SEDEST | Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo |
| SEFA | Secretaria Estadual da Fazenda |
| SEMA | Secretaria Estadual do Meio Ambiente |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL EM ARARUNA | 15 |
| 2.1 As Abordagens multidimensionais de território e do patrimônio territorial..... | 18 |
| 2.1.1 <i>Abordagem multidimensional do território</i> | 18 |
| 2.1.2 <i>Patrimônio territorial e desenvolvimento</i> | 22 |
| 2.1.3 <i>Conjunto Integrado dos Recursos e Ativos (I) Materiais</i> | 26 |
| 2.2 A abordagem interdisciplinar da pesquisa | 29 |
| 2.3 Procedimentos metodológicos da investigação | 34 |
| 3 PANORAMA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARARUNA | 55 |
| 3.1 Caracterização do objeto de estudo | 56 |
| 3.2. As dimensões do patrimônio territorial de Araruna..... | 63 |
| 3.2.1 <i>Dimensão Social</i> | 64 |
| 3.2.2 <i>Dimensão Humana e Intelectual</i> | 75 |
| 3.2.3 <i>Dimensão Cultural</i> | 83 |
| 3.2.4 <i>Dimensão Natural</i> | 91 |
| 3.2.5 <i>Dimensão Institucional</i> | 99 |
| 3.2.6 <i>Dimensão Produtiva</i> | 105 |
| 4 ANÁLISE DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARARUNA E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS | 113 |
| 4.1 A construção dos sedimentos (i) materiais, as expressões culturais, identitárias, valores simbólicos..... | 113 |
| 4.1.1 <i>Dimensão Natural de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação</i> | 115 |
| 4.1.2 <i>Dimensão Cultural de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação</i> | 119 |
| 4.1.3 <i>Dimensão Humano e Intelectual de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação</i> | 126 |
| 4.1.4 <i>Dimensão Social de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação</i> | 130 |
| 4.1.5 <i>Dimensão Institucional de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação</i> | 132 |
| 4.2 A relação de produção à realidade socioeconômica | 136 |
| 4.2.1 <i>Dinâmicas Locais e Processos de Interação: O Papel das Associações, Sindicatos, Instituições Religiosas e Moradores em Araruna</i> | 144 |

| | |
|---|------------|
| 4.3 Formas de organização dos atores e instituições locais no desenvolvimento | 150 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 153 |
| 6 REFERÊNCIAS | 155 |
| ANEXOS | 162 |

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como tema o “Patrimônio Territorial de Araruna-PR: análises das dinâmicas e do desenvolvimento”, com enfoque na compreensão do patrimônio territorial como expressão das permanências e transformações presentes no espaço. Considerou-se o patrimônio territorial como um conjunto de sedimentações materiais e imateriais, composto por paisagens, manifestações culturais, referências identitárias e valores simbólicos que conferem sentido ao território e às práticas sociais ali desenvolvidas. Nesse sentido, o patrimônio territorial composto por camadas históricas e culturais, ecossistemas e recursos naturais que se acumulam ao longo do tempo e que são essenciais à identidade e o bem-estar de uma comunidade (Lowenthal, 1985). Para além disso, são também sedimentos socioeconômicos, resultados de relações produtivas e sociais (Dallabrida, 2020).

O patrimônio territorial pode ser compreendido como o conjunto de histórias e a soma dos recursos disponíveis em determinado espaço. Trata-se de elementos que integram a memória coletiva e expressam a diversidade de usos e significados atribuídos ao longo do tempo. Em algumas localidades, esses recursos possuem profundo valor histórico e cultural, mantendo-se funcionais na atualidade; em outras, configuram vestígios de práticas e estruturas do passado, que sobrevivem apenas como lembranças. Ainda assim, mesmo quando desprovidos de utilidade prática, continuam a desempenhar papel relevante como testemunhos das dinâmicas históricas e como referências simbólicas que fortalecem a identidade cultural do território (Calderón; García Cuesta, 2016, p. 2153).

Segundo Calderón e García Cuesta, o patrimônio territorial resulta da combinação de diferentes fontes patrimoniais e da atribuição de valor ao conjunto que delas decorre em um território. Essa integração envolve recursos naturais, culturais, sociais e econômicos, enfatizando a interação entre tais dimensões. Assim, o patrimônio territorial configura-se como uma abordagem abrangente e complexa para a avaliação social, política e econômica do espaço.

Na abordagem patrimonial de Araruna, destacaram-se as articulações historicamente construídas a partir das formas, processos, estruturas e funções, nas múltiplas dimensões territoriais. Essas articulações compreendem elementos constitutivos com potenciais recursos e valores associados ao desenvolvimento, bem como estruturas patrimoniais institucionalizadas de poder e gestão do município. Além disso, o termo patrimônio encontra-se originalmente presente nas configurações sociais (Dallabrida; Rotta; Büttendbender, 2021).

Tornou-se necessário, portanto, realizar estudos e análises do patrimônio territorial como referência para o desenvolvimento, o que evidenciou possibilidades e desafios na compreensão da complexidade das interações diante dos processos históricos de construção territorial. Isso exigiu o domínio do funcionamento de um conjunto integrado de recursos e bens materiais sob perspectiva crítica (Dallabrida, 2020).

Assim, estudar esse tema mostrou-se fundamental, pois permitiu investigar como as interações com o patrimônio histórico afetam o recorte territorial analisado. Tal investigação envolveu a observação de aspectos fundamentais e contextuais no campo acadêmico, alinhando a perspectiva interdisciplinar ao planejamento territorial local. Essas análises foram decisivas para compreender as necessidades da comunidade e orientar projetos de desenvolvimento voltados ao futuro desejado para o município.

A questão central desta pesquisa consistiu em analisar os sedimentos materiais, como rios, vegetação, relevo e solo; os culturais e históricos, como edificações, ocupações e tradições locais; os socioeconômicos, relacionados às indústrias, ao comércio, à agricultura e às estruturas de poder e gestão; além dos elementos imateriais, ligados às tradições, costumes, saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, bem como lugares de relevância comunitária, rurais e urbanos, considerados indicadores de melhoria da qualidade de vida em Araruna.

O município, com população de 14.485 habitantes (IBGE, 2022), é majoritariamente composto por assalariados, comerciantes, funcionários públicos, agricultores e trabalhadores autônomos, residentes tanto na cidade quanto no campo. Segundo o IBGE (2020), a maioria das famílias pertence às classes média e baixa, sendo que o nível de escolaridade predominante não ultrapassa o ensino fundamental. Dada essa condição econômica, o trabalho ocupa a maior parte do tempo das famílias, dificultando a realização de atividades voltadas à promoção da qualidade de vida, realidade semelhante à de muitos outros municípios brasileiros.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo analisar as dinâmicas de formação e evolução do patrimônio territorial de Araruna em suas múltiplas dimensões, identificando paisagens, expressões culturais e identitárias, valores simbólicos e aspectos socioeconômicos, sobretudo os ligados à produção, além de compreender as formas de organização institucional. Pretendeu-se, com isso, levantar elementos que corroborassem perspectivas de desenvolvimento local, destacando fatores que contribuem para a promoção da qualidade de vida dos moradores. Também se buscou compreender as desigualdades sociais, culturais e econômicas de Araruna e como estas influenciam suas dinâmicas sócio-territoriais.

Foi igualmente fundamental considerar tanto a história quanto o contexto atual da comunidade, a fim de obter uma compreensão mais profunda de sua dinâmica territorial. Nesse sentido, tornou-se crucial abordar as funções organizacionais, realizar observações de campo e analisar historicamente a realidade local, o que possibilitou identificar padrões, tendências e fatores que moldaram o patrimônio territorial do município.

Além disso, ao fomentar a criticidade por meio do conhecimento sistematizado, destacou-se a necessidade de incentivar a reflexão sobre as políticas e práticas de desenvolvimento em vigor, uma vez que o município apresenta baixa oferta de trabalho e renda, sobretudo para os jovens.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a pesquisa qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, por este fornecer “bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente [...]” (Gil, 2007, p. 14).

Em termos teórico-metodológicos, este estudo utilizou a abordagem do Grupo ProPAT, conforme os trabalhos de Büttgenbender *et al.* (2023) e Dallabrida (2016, 2017, 2020, 2023). A análise fundamentou-se ainda em autores que conceituam o território, como Raffestin (1993) e Saquet (2007), entre outros. A interpretação processual considerou as ações e relações historicamente estabelecidas por diferentes sujeitos, revelando implicações sociais tanto coletivas quanto individuais. Complementarmente, aplicaram-se questionários e entrevistas semiestruturadas.

A dissertação foi organizada em quatro seções. A primeira apresenta o tema central, os objetivos, a justificativa e uma visão inicial da metodologia, detalhada na segunda parte. Esta, além de explicitar o percurso metodológico, expõe o estado da arte, com ênfase na literatura sobre território multidimensional e patrimônio territorial. A terceira seção trata dos componentes do patrimônio territorial de Araruna, destacando os aspectos natural, produtivo, humano e intelectual, cultural, social e institucional. Por fim, a quarta seção discute os processos relacionados à gestão, oferta e execução dos serviços no âmbito das dimensões e de seus componentes.

A partir da análise de dados coletados em questionários e entrevistas, foi possível compreender o funcionamento das estruturas patrimoniais, as demandas da população, as potencialidades das infraestruturas e as regulamentações de associações e conselhos locais. Assim, a pesquisa, a partir de uma abordagem crítica das dimensões territoriais, evidenciou elementos que podem subsidiar o planejamento de um futuro desejado para o desenvolvimento de Araruna.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL EM ARARUNA

Esta seção compreende a análise e a fundamentação teórico-metodológica das concepções de Patrimônio Territorial, suas múltiplas dimensões e seu caráter interdisciplinar, servindo de base para os procedimentos operacionais da pesquisa. Nesse sentido, realizou-se levantamento vinculado ao referencial teórico-metodológico, com abordagem epistêmico-teórica do Projeto ProPAT. Em Dallabrida, Rotta e Büttgenbender (2021), apresentam-se pressupostos e categorias conceituais que fundamentam a abordagem territorial do desenvolvimento, destacando o patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões. O ProPAT propõe validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, considerando o patrimônio como um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, acumulados ao longo da história em determinado espaço. Nessa perspectiva, o território é entendido como recorte espacial delimitado pelas relações de poder, podendo estar associado a um Estado, como no caso de um país, ou a localidades específicas, como ocorre nesta pesquisa, que fundamenta seu teor científico nessa concepção.

Com enfoque na construção do patrimônio territorial de Araruna, constatou-se que sua evolução está ligada à história da ocupação regional e à emancipação política do município. O surgimento do povoado em seu entorno possibilitou análises a partir das dinâmicas e do desenvolvimento destacados no espaço. Também foram considerados os processos de recepção e uso das terras da localidade. A configuração urbana e rural, composta por distritos, elevou-a à categoria de município com a emancipação em 1954, relacionada à Rota Transcontinental Caminhos de Peabiru, que possui um trecho reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial.

A partir dessa concepção, a pesquisa utilizou componentes, variáveis e indicadores como instrumentos de coleta de dados, permitindo a estruturação metodológica baseada nos Índices de Ativação das Dimensões. Esses índices avaliam a qualidade e a eficácia da utilização dos recursos patrimoniais do território e foram agrupados no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP)¹ considerando dimensões produtiva, social, natural, cultural,

¹ IMAP, Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP) (...) a equipe de pesquisa do projeto ProPAT, dividida em seis grupos de trabalho, cada um deles no estudo de uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural), se ocupou, em identificar os componentes básicos de cada dimensão. Foram definidas variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, com o fim de estruturar um referencial metodológico multidimensional, para ser utilizado

institucional e humana/intelectual. A elaboração do IMAP tomou como ponto de partida o espaço territorial ararunense, utilizando variáveis distribuídas em diferentes áreas da superfície.

As avaliações objetivaram compreender o impacto do patrimônio territorial na economia, na sociedade e na qualidade de vida da população. Esse delineamento metodológico correspondeu à identificação dos componentes de cada dimensão e à sua integração no patrimônio territorial, consolidando uma abordagem qualitativa e exploratória sob perspectiva teórica. Os resultados evidenciam a contribuição das dimensões, uma vez que o IMAP estabelece variáveis que permitem avaliar o território de forma integrada.

Assim, os indicadores associados ao IMAP correspondem a instâncias normativas que orientam a leitura da ativação do patrimônio territorial, permitindo agregar variáveis de análise para monitorar e avaliar aspectos relevantes da organização e do desenvolvimento local, identificar tendências, desigualdades e desafios e subsidiar o planejamento e a tomada de decisões políticas e econômicas.

Nesse contexto, esta pesquisa considera:

- A) **Indicadores Sociais:** taxa de mortalidade infantil, índice de desenvolvimento humano (IDH), taxa de desemprego, escolaridade, acesso a serviços de saúde, entre outros;
- B) **Indicadores Econômicos:** produtividade, renda per capita, taxa de investimento, crescimento econômico, emprego, entre outros;
- C) **Indicadores Ambientais:** qualidade do ar e da água, cobertura vegetal, emissões de gases de efeito estufa, desmatamento, entre outros;
- D) **Indicadores de Infraestrutura:** densidade da rede rodoviária, acesso à energia elétrica, saneamento, internet, entre outros;
- E) **Indicadores de Planejamento Territorial:** uso e ocupação do solo, planejamento e mobilidade urbana, entre outros.

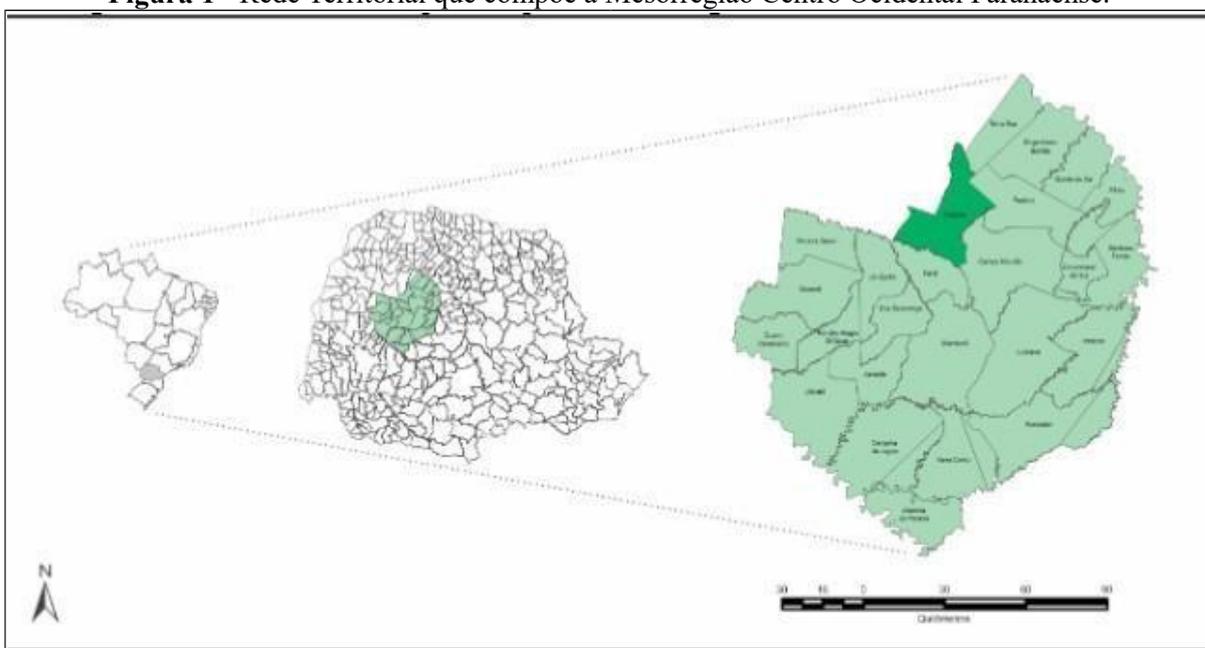
Esses indicadores constituem ferramentas essenciais para compreender a dinâmica territorial, identificar oportunidades e desafios e subsidiar a formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento.

Considerando o recorte territorial da pesquisa, o foco volta-se ao município de Araruna, situado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Figura 1). A investigação adota diferentes instrumentos de coleta e análise de dados, entre os quais se destacam entrevistas e questionários

aplicados a moradores, representantes da sociedade civil, do setor empresarial, sindicatos e associações institucionalizadas. Essas estratégias permitem compreender as dinâmicas socioterritoriais e os elementos constitutivos do patrimônio local.

O Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP) foi desenvolvido pela equipe do Projeto ProPAT, organizada em seis grupos de trabalho, cada um responsável por uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural). Para cada dimensão, foram definidos componentes básicos, variáveis e técnicas de coleta de dados, estruturando um referencial metodológico multidimensional voltado à prospecção e à projeção de alternativas de desenvolvimento em diferentes recortes territoriais, como municípios, regiões e territórios.

Figura 1 - Rede Territorial que compõe a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.



Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

A delimitação geográfica apresentada pela Rede Territorial que compõe a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Figura 1) oferece subsídios relevantes para a contextualização do campo empírico da pesquisa, caracterizando o objeto de estudo. Ao evidenciar a posição de Araruna no interior da mesorregião, a imagem reforça a necessidade de compreender as especificidades territoriais que condicionam as práticas sociais, as formas de apropriação do espaço e a construção do patrimônio local. Com base nesse enquadramento espacial, procede-se à identificação das linhas de construção do conhecimento historicamente produzido, por meio da pesquisa bibliográfica, a fim de descrever o estado da arte e conhecer o Patrimônio Territorial de

Araruna, analisando suas dinâmicas e processos de desenvolvimento, bem como a relevância e a viabilidade deste projeto.

Para direcionar os estudos, utilizou-se o estado da arte, que permitiu identificar a evolução das pesquisas sobre o tema, compreender como as concepções de território se desenvolveram ao longo do tempo, reconhecer diferentes perspectivas de análise e observar como distintas áreas do conhecimento abordam o território em suas múltiplas dimensões. O levantamento possibilitou ainda a identificação de lacunas e pontos a serem investigados, além de articular fundamentos teóricos que situam o panorama geral do espaço em análise, inspirando novas investigações voltadas à construção do patrimônio territorial. As análises das dinâmicas e do desenvolvimento configuram-se, assim, como ferramentas para compreender a complexidade das diferentes perspectivas que envolvem o manejo do espaço, permitindo avanços no presente estudo e resultados capazes de subsidiar o planejamento e a orientação de ações voltadas ao progresso territorial.

2.1 Abordagens multidimensionais de território e do patrimônio territorial

O conceito de patrimônio territorial é explorado de forma interdisciplinar, considerando suas múltiplas dimensões no contexto espacial do município de Araruna. O foco recai sobre as dinâmicas de poder estabelecidas no território, analisando relações, influências, configurações e usos do espaço. A proposta deste estudo reconhece a dimensão do território e do patrimônio como fundamental para uma compreensão abrangente e integrada, capaz de identificar suas formas de expressão cultural, social, humano-intelectual, físico-natural e econômico-produtiva. Tal perspectiva permite indicar potencialidades e fatores geradores para o planejamento do futuro desejado em termos de desenvolvimento municipal. Desse modo, o reconhecimento do espaço como patrimônio territorial, em sua essencialidade, transcende para uma compreensão holística e integrada das dinâmicas do desenvolvimento local.

2.1.1 Abordagem multidimensional do território

O território tem origem no termo latino *territorium*, derivado de *terra*, caracterizada como o habitat e espaço de vivência dos seres humanos, remetendo à ideia de vínculo entre espaço e ser humano, estabelecido por meio de sua extensão territorial, permeada pelo exercício de adaptação e controle que a sociedade exerce sobre ele (Raynaut, 2014). Assim, é compreendido por distintas

conceitualizações, em razão da diversidade de sentidos que lhe são atribuídos. A ciência geográfica incorpora em seus argumentos conceitos voltados à valorização dos referenciais espaciais, com ênfase nas delimitações fronteiriças, onde grupos ou Estados exercem poder. Para além do senso comum, o território constitui uma construção histórica e social, que envolve relações de poder, cultura, economia, história e política, articulando atribuições conceituais associadas e correlacionadas ao conhecimento produzido pelas ciências sociais. Nesse viés, a discussão sobre o Patrimônio Territorial local adota uma abordagem interdisciplinar, articulando diferentes áreas de estudo. Sob a perspectiva histórica, consideram-se os comportamentos sociais ao longo do processo de formação da sociedade; sob a geográfica, analisa-se o Território Patrimonial em suas múltiplas dimensões - natural, econômica, política e cultural - e seus impactos no desenvolvimento; na ótica sociológica, investigam-se os fatores que estruturam a sociedade; e na econômica, estudam-se as relações produtivas territoriais e seu papel no desenvolvimento. Destaca-se, ainda, o diálogo da geografia com a antropologia, que trata das interações entre o mundo material e o simbólico; com a sociologia, especialmente as vertentes urbana e rural; com a economia, ao considerar os efeitos da localização dos sistemas de produção e consumo; e com a ciência política, que aborda a territorialização do poder e das políticas públicas (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009).

Nesse contexto, a noção de território nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento apresenta um caráter aparentemente paradoxal. Por um lado, destacam-se as tendências dominantes de globalização dos processos produtivos e dos mercados, dos padrões de consumo, dos sistemas financeiros e de governança, resultando em uma progressiva desterritorialização do desenvolvimento. Por outro, observa-se uma valorização crescente da identidade e da diversidade dos territórios, elementos que se relacionam com os processos de globalização e, por vezes, os fortalecem (Giannella; Callou, 2011).

Para Leineker (2016, p. 43), a compreensão do território “[...] se constitui a partir das relações espaço/tempo. Ao se apropriar de um espaço, em um tempo determinado, a sociedade o territorializa”. Nesse sentido, a autora acrescenta que:

[...] o território abrange aspectos econômicos, sociais e culturais, os quais estão em constante transformação e construção no espaço geográfico. O território pode também ser considerado em seus aspectos políticos e administrativos quando está articulado à uma organização. Nesse caso, constituem-se grupos por interesse, afinidade ou conveniência, paralelos ao Estado, que fica fora da configuração de territorialidade desses grupos (Leineker, 2016, p. 41).

Segundo Leineker (2016), a apropriação do território pelo ser humano gera o espaço, projetado e transformado por meio do trabalho. Pode-se afirmar, portanto, que o território envolve dimensões econômicas, sociais e culturais, encontrando-se em constante construção e transformação no espaço geográfico. O autor ressalta ainda que o território pode ser compreendido sob aspectos políticos e administrativos, considerando o papel das organizações. Nessa perspectiva, o espaço se organiza por interesses, afinidades ou conveniências, muitas vezes de maneira paralela ao Estado, que pode se situar dentro ou fora da configuração de territorialidade dos grupos.

Complementando essa visão, Raffestin (1993, p. 143), um dos pioneiros nos estudos sobre território, enfatiza que a compreensão do espaço geográfico é:

[...] o espaço é anterior ao o território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, con - creta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

Como visto, o espaço está em posição que antecede o território, e sua formação se origina por este, sendo criada uma relação de dependência; um elo determinado e outro determinante na relação de poder, podendo ser configurado como espaço território (Raffestin, 1993). Essas concepções de Raffestin (1993) consideram também que

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social [...] pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob a gestão do Estado Nação (Saquet apud Candioto, 2004, p. 81).

Nesta abordagem, os autores discutem a produção do espaço territorial em relação às dinâmicas de poder, utilizando analogias conceituais que se conectam às teorias e sugerem que essas relações se manifestam em escalas temporais variáveis, sazonais e intermitentes, não se limitando aos conceitos convencionais de território.

Na concepção de Rodríguez (2005), o território constitui uma estrutura flexível, sujeita à influência de forças internas e externas. Essa dinâmica impõe pressões, conflitos e relações de poder, podendo levar à sua expansão ou deslocamento, e permite que a noção de território contemple as complexas demandas socioambientais emergentes “[...] mediante políticas e estratégias de manejo dos recursos econômicos, culturais e ambientais que sustentam a integridade do território” (Rodríguez, 2005, p. 46), conferindo-lhe um caráter multidimensional (Figura 2).

Figura 2 - Esquema geral da multidimensionalidade territorial

Fonte: Rodriguez (2005)

Ao analisar a Figura 2, observa-se que as noções de território vão além do âmbito geográfico, permitindo a compreensão de aspectos diversos da realidade social. As convergências apresentadas enriquecem os conteúdos e ampliam sua aplicabilidade (Raynaut, 2014), contribuindo para uma visão territorial mais elaborada e multifuncional, capaz de superar a dicotomia urbano/rural.

Todas as referências ao território alinham-se à perspectiva de Raffestin (1993), que atribui à ciência geográfica a análise das relações de poder instituídas socialmente e mantidas pelas estruturas estatais. Assim, o Estado configura-se como parte ativa da sociedade, atuando de forma assimétrica ao favorecer certas estruturas em detrimento de outras, segundo as regras impostas pelas equações de poder.

Neste estudo, o território é compreendido como uma construção social que integra recursos tangíveis (naturais, infraestrutura) e intangíveis (identidades e práticas culturais). Com base nisso, propõem-se seis dimensões - Produtiva, Natural, Humana e Intelectual, Cultural, Social e Institucional - extraídas da revisão de literatura e debatidas em seus aspectos evolutivos e conceituais pelo Grupo Propat (Quadro 1).

Quadro 1 - Destaque das Dimensões Territoriais

| Dimensões | Destaques |
|--------------------------------------|--|
| Dimensão Produtiva | Os sistemas produtivos em âmbito local têm se manifestado de diversas formas, abrangendo desde sistemas produtivos locais e sistemas agroalimentares localizados até experiências de economia social e solidária. Além disso, apresentam-se sob diferentes arranjos, formais ou informais, de produção e distribuição da riqueza ou dos produtos de uma sociedade (Büttenbender <i>et al.</i> , 2023). |
| Dimensão Natural | [...] É amplamente reconhecido que as questões ambientais são fundamentais para compor as diferentes dimensões que caracterizam o desenvolvimento de uma região, e a conservação e gestão ambiental figura como importante pacto para qualquer experiência de desenvolvimento territorial, que deve engajar os envolvidos na gestão pública, organizações do terceiro setor, sociedade civil organizada e entidades empresariais Denardin <i>et al.</i> (2023). |
| Dimensão Humana e Intelectual | A Dimensão Humana e Intelectual é constituída por dois componentes, que, por sua vez, se subdividem em subcomponentes. Os componentes são: 1) Saberes e 2) Grupos Humanos. Os subcomponentes são, respectivamente: Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Verticais e Grupos Horizontais Mueller <i>et al.</i> (2023). |
| Dimensão Cultural | A cultura apresenta relação intrínseca com o território. Sua produção e reprodução está associada às atividades econômicas e sociais presentes no território. A sua materialização e representação implicam uma dialética contínua entre os processos territorializados e as experiências culturais Carniello <i>et al.</i> (2023). |
| Dimensão Social | A dimensão social compreende as diferentes relações e estruturas constituídas pelos seres humanos e interações estabelecidas entre si, com a natureza Rotta, <i>et al.</i> (2023). |
| Dimensão Institucional | A dimensão institucional considera as instituições intermediadoras no processo de interlocução entre o poder público e os atores sociais nos territórios, especialmente na definição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. O referencial metodológico dessa dimensão é orientado por três componentes: (i) capacidade administrativa da estatalidade no território; (ii) políticas públicas de apoio ao desenvolvimento; e (iii) atores, instituições e arenas de concertação (Gumiero <i>et al.</i> , 2023). |

Fonte: Adaptado do grupo ProPat (2023).

No Quadro 1, observa-se a característica interdisciplinar do território no contexto específico do Patrimônio Territorial, ilustrada pelas diferentes áreas de estudo que complementam e enriquecem a compreensão desse fenômeno. A história, a geografia, a sociologia e a economia destacam-se por sua capacidade de examinar o território em suas dimensões humana e intelectual, natural, econômica, política, cultural e social.

2.1.2 Patrimônio territorial e desenvolvimento

De acordo com Dallabrida (2020) o patrimônio territorial compõe um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, concentrados num percurso histórico de um determinado território, resultante de processos de construção e reconstrução nas suas dimensões, produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual (Figura 3).

Figura 3 - Dimensões do Patrimônio Territorial

Fonte: Dallabrida (2016). Adaptado pela Autora (2023)

Dallabrida (2020) também explora o patrimônio territorial como padrões de heranças acumuladas ao longo do tempo. Ele ressalta que esses padrões não se limitam apenas aos elementos recebidos de tempos remotos, mas incluem também as contribuições contemporâneas que constantemente se incorporam ao território. Além disso, o autor argumenta que o patrimônio territorial desempenha um papel crucial como base para estratégias de desenvolvimento sustentável. Ainda nesta perspectiva, defende que a utilização responsável dos recursos naturais e culturais de um território é essencial para garantir sua viabilidade econômica, social e ambiental a longo prazo. Isso implica não apenas na preservação dos recursos existentes, mas também na gestão inteligente que promova benefícios duradouros para as comunidades locais e para o meio ambiente. Em resumo, a abordagem de Dallabrida nos oferece uma compreensão ampla e integrada do patrimônio territorial, destacando sua importância não apenas como um legado do passado, mas como um recurso dinâmico que molda o presente e pode ser moldado para construir um futuro desejado e sustentável.

Após essa análise, em consonância com as reflexões de Alberto Magnaghi e dos colaboradores ProPAT, publicadas pela Editora Unijuí - Desenvolvimento em Questão, observou-se que a literatura sobre patrimônio territorial também se fundamenta em conceitos de sedimentação, que consideram o acúmulo de vestígios do passado como essencial para compreender a formação dos territórios.

Para Magnaghi (2010), o patrimônio territorial é constituído por sedimentos materiais, que abrangem as estruturas físicas dos lugares e suas paisagens, além de sedimentos socioeconômicos relacionados aos recursos mobilizáveis no processo de desenvolvimento. Essas expressões

culturais e identitárias estão intimamente ligadas à memória coletiva, aos valores simbólicos e ao senso de pertencimento ao local. Portanto, o patrimônio territorial é conceitualmente definido pela presença de múltiplos sedimentos das fases anteriores de territorialização, os quais contribuíram para a transformação da natureza em território: (i) sedimentos materiais, que incluem morfologias e a fisicalidade dos lugares e paisagens; (ii) sedimentos socioeconômicos, vinculados aos recursos mobilizáveis no desenvolvimento, incluindo conhecimentos, habilidades e tecnologias contextuais; (iii) sedimentos culturais e identitários, relacionados à memória coletiva, valores simbólicos e características de pertencimento (Magnaghi, 2010).

Ainda segundo Magnaghi (2015), é crucial considerar os bens territoriais, como cidades, infraestruturas, paisagens agroflorestais e patrimônios culturais, artísticos e arquitetônicos, como bens comuns, resultantes de longos processos coevolutivos que envolvem assentamentos humanos em interação com o ambiente natural, e não indivíduos isolados. Desse modo, o autor propõe pensar em sistemas de governança territorial que visem “governar os bens comuns”, promovendo o autogoverno do território e reconhecendo que isso exige uma revisão dos regulamentos legais que afetam os territórios.

Segundo essa vertente, Ortega Valcárcel (1998) discute que a percepção de patrimônio territorial parte de um conjunto de recursos culturais e naturais herdados em um determinado espaço geográfico, o qual apresenta altos parâmetros de anuência e reconhecimento social local.

A consideração do território como recurso cultural e econômico decorre de sua recente e progressiva valorização como parte do patrimônio histórico e cultural. A partir desse entendimento, passa-se a considerar o território como patrimônio, em razão da evolução da própria concepção e da progressiva reelaboração do conceito de território. Assim, “o conceito de patrimônio territorial permite integrar, como construção histórica, os elementos naturais e os componentes artificiais naquilo que constitui a arquitetura do território histórico” (Ortega Valcárcel, 1998, p. 40).

A questão do valor patrimonial residual dos ativos físicos - ou seja, o valor que permanece de recursos naturais após terem sido utilizados ou transformados pelos seres humanos - também é abordada por Feria (2013). O autor justifica que a presença humana tem modificado, em maior ou menor grau, a imensa maioria dos espaços naturais existentes em contextos geográficos de histórica antropização, contribuindo para modelar e introduzir variações nas características e na fisionomia desses espaços, desde a alteração das cadeias tróficas até o manejo de massas florestais, incluindo a própria condição desses espaços como territórios delimitados. A afirmação, referenciada em Feria (2013), destaca que a presença humana tem um impacto significativo nos

espaços naturais, especialmente em áreas com longa história de interação com a espécie humana. Segundo o autor, essa interação leva à modificação e à modelagem desses espaços, introduzindo variações em sua estrutura e características originais. Em outras palavras, a ideia central é que a ação humana, ao longo do tempo, transformou a paisagem natural, adaptando-a às suas necessidades e interesses. Essa transformação pode ocorrer de diversas formas, desde o desmatamento e a construção de infraestruturas até a introdução de espécies exóticas e a alteração de cursos d'água. Essa perspectiva é relevante para a compreensão da relação entre sociedade e natureza, evidenciando que o território, como espaço geográfico, é resultado de uma construção social e natural, constantemente reconfigurada pelas ações humanas e pelas dinâmicas ambientais.

Poli (2015) concebe o patrimônio territorial como um conceito nômade. Reconhecido no campo jurídico como herança familiar, assumiu, ao mesmo tempo, diferentes significados que produziram sucessivas mudanças semânticas, culminando na proteção e conservação do patrimônio cultural e da paisagem.

Considerando a diversidade de conceitos acerca do patrimônio territorial e sua valorização, é necessário repensar nosso modelo econômico e social. Nesse sentido, Dematteis e Magnaghi (2018, p. 18-19) propõem um novo modelo socioeconômico fundamentado na valorização do patrimônio territorial, delineando sete diretrizes teóricas essenciais:

- a) uma nova civilização hidráulica, ambiental e energética, essencial para o funcionamento dos sistemas socioprodutivos locais;
- b) uma nova civilização agroecológica, enfatizando a multifuncionalidade e a produção de serviços ecossistêmicos;
- c) uma nova civilização da hospitalidade, promovendo mudanças culturais e repensando as diversas formas de migração;
- d) uma nova civilização urbana, buscando a sinergia entre cidade e campo, urbano e rural, e reconstituindo processos de urbanidade inclusiva como gestão dos bens comuns;
- e) uma nova civilização produtiva, com ênfase na gestão social e na produção biorregional voltada ao bem-estar das pessoas, com ética e modelos econômicos alternativos ao domínio exclusivo do mercado;
- f) uma nova civilização empreendedora, caracterizada pela complexidade, participação e inclusão, com um pacto entre governo e sistema produtivo local, mudanças no sistema decisório e responsabilidade social corporativa;

g) a construção de novas relações entre o sistema socioterritorial e o mercado, por meio de um mercado cooperativo entre diferentes sistemas e mercados regionais, não mais regulado globalmente.

Essa abordagem visa enfrentar problemas ambientais, sociais, administrativos, infraestruturais, paisagísticos e produtivos, exigindo novas posturas, tais como: o fortalecimento da consciência local; a inovação dos setores produtivos em prol do patrimônio territorial como bem comum; o desenvolvimento de sistemas de decisão pacíficos para gerir esses setores; a adoção do “princípio territorial” por empresas em sua produção; a configuração de distritos multissetoriais baseados na multifuncionalidade; e o papel decisivo dos órgãos públicos locais na organização e gestão de processos participativos dentro desses sistemas socioeconômicos locais.

2.1.3 *Conjunto Integrado dos Recursos e Ativos (i) Materiais*

Outros autores tratam o tema patrimônio territorial como um conjunto integrado e original de ativos e recursos. Calderón e García Cuesta (2016) definem o patrimônio territorial como um conjunto único e original de combinações naturais e sociais e das relações entre elas. Os autores destacam que o patrimônio territorial constitui uma porção variável de combinações no espaço, sem fronteiras administrativas. O importante, segundo eles, é que, mais recentemente, passa-se da simples valoração e proteção dos recursos para procedimentos e mecanismos que articulem esses elementos, considerando-os como potencialidades nas estratégias de desenvolvimento.

Assim, o território deixa de ser visto apenas como recurso ou espaço físico, passando a representar a interconexão na ação humana, com o patrimônio territorial sendo a expressão do uso social do espaço. O território não é mais simplesmente um suporte ou local de patrimônio, nem apenas um cenário para a paisagem, mas um espaço em que tudo é considerado integradamente como território de patrimônio.

O patrimônio de um território não se limita aos recursos isolados - por exemplo, uma catedral, um castelo, uma tradição, uma paisagem natural ou uma forma característica de produção -, mas à combinação desses e de outros recursos, resultantes de atividades humanas estáveis, cíclicas, contínuas ou descontínuas, articuladas por meio de uma história singular e original (Calderón; García Cuesta, 2016). Dessa forma, há uma relação entre os recursos do passado, a herança e o modo de vida do presente, sendo necessário reconhecer os valores culturais como resultado de uma construção social (Ortega; Valcárcel, 1998).

Para Calderón e García Cuesta (2016), a combinação de diversas fontes de recursos patrimoniais e a atribuição de valor ao conjunto resultante em um território constituem o patrimônio territorial. Esse conceito representa um avanço significativo na avaliação social, política e econômica desses recursos, pois reflete a soma de momentos irrepetíveis moldados pelo uso que a sociedade faz do espaço. Frequentemente sujeito a diversas agressões, esse espaço requer proteção para alcançar um duplo objetivo: conservar o recurso para as gerações futuras e viabilizar sua exploração sustentável, sem custos adicionais.

O patrimônio territorial é a soma de todos os recursos e histórias contidos nele. Em alguns casos, são recursos de profundo significado histórico ou cultural que ainda podem ser funcionais; em outros, os recursos foram usados no passado, mas hoje constituem lembranças dos usos que tiveram. Todos eles compõem a profunda memória territorial, sua memória geográfica (Calderón; García Cuesta, 2016, p. 2153).

Seguindo essa perspectiva, Feria (2013) entende os recursos vinculados ao patrimônio territorial como um conjunto articulado de elementos significativos. Para o autor, trata-se de um sistema integrado, no qual cada componente adquire sentido a partir das interações históricas entre o meio natural e a ação humana, e não de uma simples soma de objetos isolados. Com base em investigações anteriores, destaca-se o potencial dessa noção como instrumento para a valorização e preservação de recursos patrimoniais, sejam eles naturais ou culturais, nos mais diversos contextos geográficos.

Feria (2013) também ressalta a importância de uma abordagem integrada e participativa na gestão e no planejamento do patrimônio territorial. Essa perspectiva envolve a articulação entre diferentes atores sociais, governos locais, comunidades, organizações não governamentais e setor privado, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos territórios. Nessa lógica, o patrimônio territorial é reconhecido como recurso estratégico para o desenvolvimento em escala local e regional.

A utilização das dimensões (Figura 3) tem o potencial de constituir-se como proposta analítica, reconhecendo “[...] a relativa abundância de estudos que evocam o desenvolvimento territorial de forma genérica e desprovida de referencial teórico-metodológico” (Cazella *et al.*, 2019, p. 51).

No entanto, é importante ressaltar que o conjunto de categorias proposto se traduz em uma arquitetura preliminar, sob a qual a noção de território e seu enfoque para o desenvolvimento têm sido tratados, e cujos aspectos explicativos são abordados conforme a revisão teórica realizada.

Assim, a proposta apresenta subsídios pautados em dados de indicadores nacionalmente reconhecidos, capazes de sustentar as análises com base na realidade percebida.

A operacionalidade da coleta de dados considera o território de Araruna como recorte espacial para análise. Nesse contexto, o patrimônio territorial é composto pelas interações entre seus seis componentes principais:

i) patrimônio produtivo - recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) patrimônio natural - as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora; (iii) patrimônio humano e intelectual - o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) patrimônio cultural - valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) patrimônio social - valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e (vi) patrimônio institucional - institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo (Dallabrida, *et al.* 2023, p. 35).

A Figura 4 apresenta os componentes que constituem a noção de patrimônio territorial, conforme a proposta teórica de Dallabrida (2020). Esses elementos são compreendidos como ativos que contribuem para a valorização do território, servindo de base para a análise de diferentes contextos locais, como o do município de Araruna. A identificação e o aproveitamento desses ativos requerem a consideração do saber acumulado ao longo do tempo e das interações sociais estabelecidas nos espaços de convivência. Essa abordagem amplia a compreensão das dinâmicas locais e das possibilidades de desenvolvimento associadas ao ambiente de vida.

Figura 4 - Território e a dinâmica territorial do desenvolvimento.



Fonte: Dallabrida (2021).

Dando continuidade à abordagem conceitual, a Figura 4 reúne seis componentes do patrimônio territorial, também compreendidos como dimensões: produtiva, natural, humana e intelectual, cultural, social e institucional. Esses elementos oferecem uma base estruturante para a coleta e sistematização de dados em análises territoriais. Organizados sob a forma de variáveis, esses dados e informações auxiliam na construção de um referencial analítico capaz de sustentar estudos mais aprofundados sobre diferentes recortes espaciais, como municípios, regiões ou territórios (Dallabrida *et al.*, 2023).

Assim, o levantamento de dados em organizações institucionalizadas integrará os dados primários, considerando as dinâmicas do patrimônio territorial, dados sobre os sedimentos (i) materiais do território, paisagens, expressões culturais, identitárias, valores simbólicos, entre outros e dos sedimentos socioeconômicos.

2.2 A abordagem interdisciplinar da pesquisa

A proposta de tratar das questões referentes às concepções de patrimônio territorial, visando à construção da pesquisa sobre o patrimônio territorial do município de Araruna, conduz a reflexões em busca de um referencial teórico-metodológico que privilegie o enfoque a ser debatido, fundamentado em retóricas argumentativas no âmbito da temática estudada. A abordagem contempla a função dialógica do método adotado, articulando a revisão da literatura a

partir dos textos estudados nas disciplinas do curso de Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento. A contextualização dos fenômenos se realiza mediante esforços de articulação interdisciplinar; parafraseando Minayo (2014), esclarece-se:

[...] efetivamente, em todas as áreas de conhecimento, cada método, por si só, não possui elementos suficientes para responder às questões que uma investigação específica suscita. Daí a importância do diálogo interdisciplinar sobre métodos para o conhecimento da realidade sob vários ângulos. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Segundo o autor, o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação (unificação e interdependência) de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto (Minayo, 2014, p. 43).

A relevância desta abordagem envolve a discussão sobre a síntese de diversos conceitos sob uma perspectiva interdisciplinar, evidenciando o método e as metodologias a serem aplicadas. Isso inclui a análise das políticas de desenvolvimento territorial, examinando como o Estado e os atores locais atuam em diferentes escalas. Além disso, são considerados referenciais complementares que contribuem para a compreensão da realidade, destacando-se a importância da teoria da complexidade - uma análise teórica que permite correlacionar o tema em sua multidimensionalidade. Em suma, ao aplicar o pensamento complexo, conforme definido por Morin (2015, p. 13-15):

[...] a um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [...].

Como postulado, as interpelações aqui propostas tecem possibilidades de reflexão para além da produção historicamente construída, em que o pensamento complexo se estabelece como requisito para o exercício da interdisciplinaridade, com o objetivo de identificar contribuições dos conceitos que abordam as intersecções interdisciplinares, suas proposições sobre um olhar crítico do espaço e suas preocupações com o enfoque no desenvolvimento, emergindo discussões sobre sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, arte, ciência, filosofia, entre outros.

A análise foi conduzida sob diferentes abordagens teóricas para a coleta, tratamento e difusão dos dados. O objetivo é consolidar conclusões sobre o patrimônio territorial local,

fundamentando-se em abordagens que justifiquem as conceitualizações interdisciplinares. Isso possibilitará um estudo abrangente das características e influências derivadas de diversos conceitos, permitindo compreender:

Verificamos que a interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes, sempre que nos defrontamos com um daqueles problemas imensos cujo princípio de solução sabemos exigir o concurso de múltiplas e diferentes perspectivas (Pombo, 2008, p. 15).

Neste contexto, pode-se destacar a importância de validar os princípios éticos e compreender os conceitos que fundamentam o embasamento teórico. O uso de abordagens interdisciplinares se justifica pela capacidade de integrar diversos conhecimentos, enfrentando os desafios presentes neste trabalho. Isso inclui o estudo do patrimônio territorial - suas formas, processos, estruturas e funções - explorando pesquisas nas dimensões produtivas, naturais, humanas, sociais, culturais e políticas do município.

As terminologias utilizadas sob o prisma da interdisciplinaridade ampliam suas conceitualizações, promovendo sua integração em diferentes níveis, conforme afirmado por (Soares 2016 apud Pombo, 2016):

[...] interdisciplinaridade pode estabelecer sínteses locais, regionais, limitadas e provisórias, susceptíveis de permitir uma perspectivação compreensiva de esferas alargadas da realidade natural humana”. Os limites das sínteses podem ser entendidos como um sintoma da “complexidade do mundo em que vivemos, um sinal e uma consequência da globalização.

As sínteses a serem produzidas exploram as potencialidades do patrimônio territorial em um arranjo de procedimentos de coleta e análise de dados, fundamentados em base teórica estruturada a partir de relatórios de pesquisa e textos científicos, com atenção às questões éticas que auxiliam na organização, operacionalização e tratamento dos dados levantados. Nesse sentido, como acadêmica do curso, a preocupação com aspectos relacionados à prática interdisciplinar e suas implicações no processo de desenvolvimento territorial requer uma análise aprofundada da realidade espacial e de seus interlocutores. Considerando que o conceito de interdisciplinaridade se origina dos debates filosóficos e possui objeto próprio de pesquisa, conforme relata Aires (2011, p. 219), os pressupostos fundamentais da concepção hegemônica de interdisciplinaridade são:

[...] a fragmentação do conhecimento impossibilita o domínio do homem sobre o próprio conhecimento; a fragmentação do conhecimento passa a ser

considerada uma patologia (cancerização); a interdisciplinaridade só pode ocorrer no trabalho em equipe de um sujeito coletivo; esse sujeito coletivo, a partir da interdisciplinaridade, é capaz de curar toda enfermidade do conhecimento; a interdisciplinaridade, através do trabalho em equipe, garante a produção do conhecimento, independentemente da historicidade.

Pela perspectiva da criticidade surgem variados conceitos de interdisciplinaridade, mas, cabe salientar que estes nascem de pensamentos filosóficos, tendo como foco do objeto de pesquisa o espaço, o tempo e o sujeito, o que revela seu caráter de conhecimento historicamente produzido, sendo aporte às pautas pretendidas. Neste contexto para Bianchetti; Jantsch (2002), as discussões em prol das concepções críticas apontam que:

[...] para o deslocamento da discussão que centra o sujeito (indivíduo ou grupo de indivíduos) dotado de vontade capaz de superar o suposto caos em que se encontra, o mundo acadêmico e educacional - indo além da “filosofia do sujeito” [...] - para a discussão que centra a história ou, em outras palavras, o real enquanto construção do homem, por mais que o sonho ancestral da unidade metafísica do real (holos, kosmos, perusia ou outras categorias que designam a não contaminação do homem na história) (Bianchetti; Jantsch, 2002, p. 13-14).

Assim, pode-se compreender as ações da interdisciplinaridade como resultado da interação entre diferentes áreas do conhecimento, suas contribuições e fundamentações para esta proposta, considerando os variados sujeitos que as compõem. Trata-se de conceitos etimologicamente complexos, que reconhecem as diferenças peculiares a cada área e restabelecem correlações capazes de ampliar as múltiplas visões das realidades patrimoniais, socialmente produzidas e reproduzidas pelas ações historicamente construídas pelos cidadãos.

Denotou-se, portanto, que o pensamento complexo e a interdisciplinaridade funcionam como possibilidades de intersecções paradigmáticas, o que pode ser constatado a partir de discussões baseadas na obra *Os diferentes níveis de realidade - o paradoxo do nada*, de Patrick Paul. Nesse trabalho, o autor faz alusões à teoria da complexidade como proveniente de uma epistemologia que articula, graças a um ato paradoxal do pensamento, separação e integração, objetividade e subjetividade. Nesse contexto, acionam-se interpretações divergentes, expostas às contraposições das ações elucidadas (das Ciências da Natureza) e condescendentes (das Ciências Sociais e das Humanidades), a cognição “objetiva” e a subjetividade dos indivíduos, “com o tratamento dessas relações contraditórias gerando um conjunto de níveis não necessariamente hierárquicos, mas diferenciados enquanto níveis lógicos e fenomenológicos ou epistemologicamente diferenciados” (Paul, 2011, p. 234).

Seguindo essa linha de raciocínio, considera-se que grande parte das experiências do dia a dia são paradoxais e sujeitas a debate. Como seres humanos, existe uma necessidade constante de questionar o que nos cerca, inclusive aquilo de que se acredita ter certeza ou conhecimento. Tais discussões fundamentam o trabalho interdisciplinar, que recorre ao estudo integrado dos objetos de pesquisa, buscando a construção coletiva de um modelo de sociedade no qual normas, valores, instituições e sistemas estejam articulados sistematicamente.

Esse processo caracteriza-se pela modernização e pode trazer percepções para um novo modelo de desenvolvimento, sempre aberto a contraposições. Considerando esses aspectos, destacam-se as contribuições para a formação do pensamento complexo, reforçando a importância de articular objetividade e subjetividade, múltiplas disciplinas e abordagens integradas na análise das realidades sociais e patrimoniais.

E, como a complexidade é inerente, entre outras, aos sistemas vivos e às problemáticas ligadas ao sujeito, quando estas pedem uma reflexão epistemológica sobre a globalidade da pessoa humana (ou seja, sobre as relações entre as dimensões material, biológica, psicológica, social e uma abertura para o sagrado), requerem um pensamento complexo (Paul, 2011, p. 235).

O referido estudo demonstra que as análises agregaram conhecimentos próprios das capacidades dos indivíduos, os quais foram empregados pelas ciências econômica, sociológica, antropológica, política, entre outras, em todos os âmbitos e dimensões que caracterizam a condição humana, denotando o conceito de desenvolvimento e o resgate histórico de suas conceitualizações enquanto seres sociais. O termo sociedade pode assumir diferentes concepções e significados, não diferindo da realidade do objeto analisado. Essas observações possibilitaram uma melhor compreensão das dinâmicas da sociedade de Araruna e das mudanças em seu patrimônio territorial, tornando-se fundamentalmente relevantes para a necessidade de novos estudos que ressignifiquem os conceitos de desenvolvimento, seja na esfera social ou local, diante das transformações paradigmáticas evidenciadas, conforme se observa nas considerações de Santos et al. (2012, p. 59):

Não podemos esquecer que o desenvolvimento é um meio para uma finalidade maior que é o homem. Desenvolver o homem é construir condições que possibilitam a evolução das suas potencialidades bio-psíquico-sociais. Para tanto, não podemos delegar a construção deste conceito apenas a um campo de saber ou a uma visão política, nem tampouco a uma dimensão da vida humana. A construção deste conceito requer uma compreensão mais ampla da vida econômica, política, social e cultural da sociedade, o que exige outro olhar, outro sentido, outros valores. Requer uma visão para além da dicotomia entre

Ocidente/Oriente, moderno/atrasado, centro/periferia, global/local, humano/não-humano.

Portanto, este estudo analítico sobre os ativos patrimoniais de Araruna, tanto rurais quanto urbanos, revela as complexidades do patrimônio territorial, suas conceituações e aplicações práticas. Ao incorporar a interdisciplinaridade na análise, torna-se possível avaliar não apenas a extensão e as necessidades do desenvolvimento local, mas também as interações dinâmicas entre os diversos campos de conhecimento. Isso nos desafia a enfrentar a complexidade da realidade integrada e suas múltiplas dimensões, buscando soluções holísticas que promovam o bem-estar e a sustentabilidade das comunidades envolvidas.

2.3 Procedimentos metodológicos da investigação

O referencial adotado insere-se na metodologia qualitativa, que Bogdan e Biklen (1994) definem com cinco características fundamentais para uma investigação:

a) Local de estudo e aquisição dos dados: o estudo ocorre no ambiente em que as pessoas vivem, sem apropriação de ideias e culturas de outros lugares. Enquanto pesquisadora e habitante local há décadas, há uma preocupação constante com o contexto em que o estudo se desenvolve, pois, como frequentadora dos locais e conhecedora da população, atua como observadora dos acontecimentos dentro do ambiente natural de ocorrência.

b) Investigação descritiva: a palavra escrita é fundamental tanto para o registro dos dados colhidos, que se apresentam na forma de transcrições, imagens e não números, quanto para a disseminação dos resultados da pesquisa.

c) Interesse pelo processo: a investigação valoriza mais o processo do que apenas os resultados ou produtos obtidos.

d) Análise indutiva dos dados: as alterações vão sendo construídas à medida que os dados particulares recolhidos se agrupam (Bogdan e Biklen, 1994, p. 50). A direção da análise só começa a se definir à medida que os dados são conhecidos.

e) Significado e importância vital: a perspectiva qualitativa busca compreender como as pessoas dão sentido às suas vidas, sendo fundamental conhecer suas percepções e interpretar suas experiências, refletindo um diálogo entre investigador e investigado. Essa abordagem compreende a ciência como prática social, redimensionando critérios científicos como objetividade, rigor, generalidade e validade da pesquisa (Spink e Menegon, 1999).

Sendo o conhecimento vinculado às relações construídas e legitimadas entre as pessoas, não há, de fato, uma verdade irrestrita a ser encontrada. Não se pretende alcançar objetividade que apreenda uma realidade ordenada e mensurável por relações de causa e efeito, pois a verdade é construída no decorrer da pesquisa.

Diante disso, um fator considerado relevante é a relação entre pesquisador e pesquisado. Assim, neste estudo empregam-se estratégias de investigação com regras e padrões específicos para a conclusão da proposta, em consonância com a solução do problema de pesquisa, utilizando lógica formal e lógica concreta (dialética). Essas estratégias são organizadas sob teorias sobre os sedimentos materiais e socioeconômicos, bem como as estruturas patrimoniais, de poder institucionalizado e de gestão, como indicadores de melhoria da qualidade de vida da população de Araruna.

O objetivo foi promover maior aproximação com a situação investigada e com o processo social, contribuindo para estudos posteriores e para a construção de novos saberes. Focando na análise da construção histórica do patrimônio territorial de Araruna, o estudo propõe alternativas de ações para impulsionar o desenvolvimento do município, destacando variáveis que podem contribuir para a redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a análise dialética da realidade local desempenha papel central. Para enriquecer essa compreensão, apresentam-se os setores da estrutura administrativa pública e associações de Araruna como uma das fontes desta pesquisa (Quadro 2).

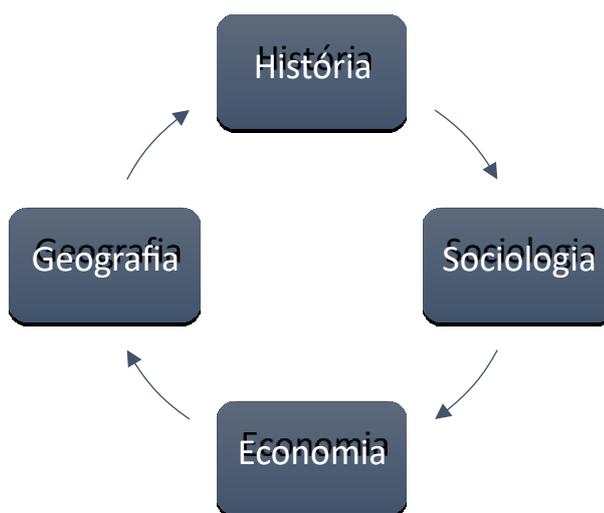
Quadro 2 - Estrutura da Administrativa pública e organizações da sociedade do Município de Araruna

| Patrimônio Territorial | Administrativa Pública e Organizações |
|---------------------------------|---|
| Patrimônio Produtivo | Departamento de Administração Departamento de Fazenda Departamento de Indústria e Comércio Departamento de Planejamento Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos Compras e Licitação |
| Patrimônio Natural | Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente |
| Patrimônio Social | Departamento de Assistência Social Secretaria de Saúde |
| Patrimônio Cultural | Departamento de Cultura e Turismo Esportes e Lazer |
| Patrimônio Humano e Intelectual | Diretoria de Educação |
| Patrimônio Institucional | Câmara de Vereadores, Conselhos municipais Sindicato de trabalhadores Associações de trabalhadores |

Fonte: Autora (2024)

Nessa linha, e em conformidade com o apontado na Figura 2, para uma melhor compreensão dos aspectos metodológicos, a fundamentação das ações para o incremento da pesquisa considera uma análise multifacetada de diversos campos do conhecimento (história, sociologia, economia, geografia, entre outros). Ou seja, trata-se de um instrumento de abordagem analítica fundamentado nos referenciais da pesquisa, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Análise na perspectiva multifacetada da pesquisa



Fonte: Autora (2024)

Para utilizar os dados na análise da realidade, considera-se:

- a) **Análise do patrimônio territorial em seus aspectos históricos:** realização de pesquisa detalhada sobre a história de Araruna, desde suas origens até os eventos mais significativos que moldaram sua identidade territorial. Busca-se identificar locais históricos do município, monumentos e outros elementos tangíveis e intangíveis que contribuem para o patrimônio histórico.
- b) **Perspectivas para a superação das desigualdades:** avaliação das disparidades sociais existentes em Araruna, incluindo o acesso desigual a recursos, oportunidades educacionais, emprego e serviços básicos.
- c) **Fatores de organização da sociedade/comunidade:** promoção do senso de identidade territorial compartilhada entre os residentes, destacando elementos que unem a comunidade em torno de objetivos comuns e incentivando a participação e engajamento da população nas decisões que afetam o desenvolvimento territorial, fortalecendo os laços sociais e o sentimento de pertencimento.

- d) **Análise do potencial de desenvolvimento e seus recursos naturais:** identificação de práticas de desenvolvimento sustentável e avaliação de recursos naturais disponíveis.
- e) **Valorização da diversidade cultural, étnica e identitária da população:** proposição de políticas inclusivas que protejam os direitos das minorias e garantam sua participação igualitária na vida social, econômica e política de Araruna.

Na sequência, realiza-se a apreciação dos resultados pesquisados, considerando o referencial teórico e metodológico adotado. Descreve-se a construção da trajetória por meio das articulações e implementações das políticas de desenvolvimento nas dimensões territoriais de Araruna, além das perspectivas para o futuro desejado.

No contexto da pesquisa, a metodologia adotada desenvolveu-se a partir de três momentos significativos, apresentando, dentre as técnicas de pesquisa que validam o trabalho acadêmico:

- a) Levantamento, leitura, fichamento e sistematização de produções bibliográficas no âmbito do tema em análise;
- b) Coleta, organização, análise e sistematização de dados secundários (pesquisa documental de fonte primária e secundária);
- c) Trabalho de campo realizado junto a órgãos públicos e privados, traduzido nas técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas, abrangendo as peculiaridades mais pertinentes ao estudo.

O desenvolvimento iniciou-se a partir de material já elaborado (livros, artigos científicos), cuja principal vantagem “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 1999, p. 65).

Durante a pesquisa, foram realizados levantamentos de dados junto a órgãos públicos e privados, especialmente dados secundários do IBGE, IPARDES e Prefeitura. Também foram aplicados questionários à população e realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações institucionalizadas. Foram entrevistadas 50 (cinquenta) pessoas, a fim de coletar informações que configurassem o conjunto de dados permitindo representação gráfica conforme previsto no local estudado. Utilizaram-se seis modelos distintos de formulários para as entrevistas, além de seis modelos diferentes de questionários, cada um adequado às dimensões ou componentes do patrimônio territorial. Os questionários foram aplicados em associações, sindicatos e moradores do município, totalizando 72 (setenta e dois) questionários, os quais abordaram temáticas correspondentes às dimensões analisadas na pesquisa.

A pesquisa, de natureza qualitativa, analisou opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes, permitindo compreender, além das respostas, as experiências e perspectivas individuais explícitas e implícitas. Essas técnicas possibilitaram reconhecer e entender a realidade social e as visões de intervenção dos atores pesquisados, que incluíram:

- a) Prefeitura: Prefeito, Secretários e Chefes de Departamentos (Administração, Agropecuária e Meio Ambiente, Assistência Social, Compras e Licitação, Cultura e Turismo, Educação, Esportes e Lazer, Fazenda, Indústria e Comércio, Geral do Governo, Planejamento, Saúde, Viação, Obras e Serviços Públicos);
- b) Sindicatos: Patronal e Trabalhadores;
- c) Associações: Comercial e Industrial;
- d) Conselhos: Educação e Saúde;
- e) Câmara Municipal de Vereadores: ativos e inativos;
- f) Moradores: antigos e atuais.

Para levantamento de indicadores/dados que possibilitem análise, foram utilizados sistemas institucionalizados e normativos como IBGE, Lei de Zoneamento, associações e conselhos públicos, dados de economia, vegetação, estrutura administrativa, Câmara Municipal, bem como levantamento de inscritos em programas sociais e de atendimento à saúde. A necessidade de realizar a pesquisa surgiu da detecção da autonomia das lideranças das diferentes redes de poder territorial de Araruna, analisando dados que configuram correlações entre as fases de desenvolvimento territorial e suas dimensões, objetivando identificar o protagonismo frente à representação da sociedade.

Dessa forma, a pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, ancorada no referencial teórico-metodológico desenvolvido pelo ProPAT, conforme apresentado no Quadro 1, e alinhada ao processo histórico de desenvolvimento de Araruna e às suas características socioespaciais e temporais. A análise das articulações e confluências do patrimônio territorial, bem como sua consolidação e evidências, vai além da ocupação historicamente construída, incorporando uma leitura crítica do desenvolvimento desejado para o município.

Nesse contexto, o Quadro 3 sistematiza os componentes fundamentais do patrimônio territorial de Araruna - entre eles, a dimensão social -, estruturando os principais indicadores e fontes utilizadas para a análise do município. Esses elementos orientam a leitura das potencialidades e fragilidades do território, permitindo a compreensão integrada de suas dinâmicas.

Quadro 3 - Dimensões Territoriais, Indicadores e Fontes para Análise

| Dimensões Territoriais, indicadores e fontes | | |
|---|---|---|
| Dimensões/Componentes | Indicador/dado | Fontes de pesquisa |
| Produtivo | Emprego e renda -PIB da indústria -IDH -Taxa de desemprego -Renda per capita | -IBGE -Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil - IPARDES - Prefeitura Municipal de Araruna |
| Social | -Índice de Gini -População de vulnerabilidade social -Dados populacionais -Dados da saúde | -Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil -Sítio do IBGE -Índice Firjan - IPARDES - CRAS - CREAS |
| Cultural | -Trabalho informal -Taxa de mulheres em trabalho formal -Patrimônio cultural | -IBGE -Ministério do trabalho / CAGED - Diretoria de Cultura Municipal |
| Humano e Intelectual | -Indicadores de Educação (escolaridade, analfabetismo) | -IBGE -Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil - Plano Municipal de Educação de Araruna - Mec - INEP - Diretoria Municipal de Educação |
| Natural | -Taxas de saneamento - Índices de cobertura Natural - Solos e Produção - Área de cobertura vegetal | -IBGE -Prefeitura -Sindicato Patronal |
| Institucional | -Prefeitura, Secretarias -Conselhos municipais -Sindicato de trabalhadores -Associações de trabalhadores | -Sítios oficiais da Prefeitura Municipal de Araruna, consulta a documentos oficiais disponibilizados, sítio oficial da Câmara de Vereadores de Araruna -IBGE -FETAEP/PR - Federação de Agricultores |

Fonte: Autora (2024)

Conforme indicado no Quadro 3, a metodologia deste estudo envolve a análise dos contextos socioeconômico-ambientais, utilizando o patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz. Os seis componentes do patrimônio territorial são considerados dimensões dentro do recorte espacial do município, abrangendo os aspectos socioeconômicos e ambientais, a saber: (i) produtivo; (ii) natural; (iii) humano e intelectual; (iv) cultural; (v) social; e (vi) institucional. Dessa forma, é fundamental reconhecer o patrimônio territorial por meio de seus indicadores de análise, tratando as informações de maneira a detalhar e caracterizar cada dimensão, destacando seus potenciais, desafios e oportunidades.

Para tanto, elaboraram-se diversos quadros com questões que permitissem compreender cada dimensão territorial, bem como os fatores e variáveis passíveis de análise em relação ao patrimônio territorial do município de Araruna.

Na Dimensão Social, buscou-se compreender e resguardar os valores socialmente compartilhados. Considerando Araruna como lócus da pesquisa, este espaço é elevado a uma

categoria privilegiada, com estudos e abordagens de fenômenos ocorridos no município por meio de suas dimensões de vivência. O patrimônio social, entendido como valores socialmente compartilhados, associativismo e redes sociais estabelecidas, constitui a base de análises que permitem identificar as áreas do município atendidas pelo setor de Assistência Social, possibilitando observar o espaço que indivíduos e grupos vivenciam, em juízos e valores conjugados a áreas e elementos espaciais (Tuan, 1983; Holzer, 1999).

Neste contexto, a Dimensão Social de Araruna foi abordada com base em teorias que reconhecem a importância das experiências vividas, as quais moldam a maneira como os indivíduos são educados e orientados, garantindo uma conexão efetiva entre teoria e prática.

Destaca-se o papel crucial da interdisciplinaridade, especialmente ao se considerar a dimensão social em relação à sustentabilidade. O bem-estar humano depende de condições culturais, econômicas, sociais, ambientais e políticas. Em Araruna, políticas urbanas fomentam a interação social e a participação pública na tomada de decisões, fortalecendo as comunidades, promovendo coesão e integração, incentivando a colaboração entre diversos segmentos da sociedade para resolver problemas e garantindo acesso a serviços essenciais, como saúde, emprego e espaço público de qualidade. Esse tema é discutido nas seções 3 e 4.

Para compreender a Dimensão Social e suas contribuições no fortalecimento da cidadania, dos comportamentos e da responsabilidade individual e coletiva, foram coletados e analisados dados sobre os valores compartilhados socialmente, conforme ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Dimensão Social do Patrimônio Territorial

| Dimensão Social - valores compartilhados socialmente |
|--|
| 1) Quais áreas do Município são atendidas pelo setor de Assistência Social? |
| 2) Qual é o número de Famílias atendidas? |
| 3) Qual é o número de domicílios no Município? |
| 4) Qual é o número de famílias cadastradas em programas sociais no Município? |
| 5) Quais os tipos de programas sociais ofertados no Município? |
| 6) Quantas famílias são cadastradas em cada programa social? |
| 7) O que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS)? |
| 8) Quais serviços oferece? |
| 9) Quantas famílias atende? |
| 10) O que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)? |
| 11) Quais serviços oferece? |
| 12) Quantas famílias atende? |
| 13) No Município existem crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho infantil? Se sim. Quantos? |

Fonte: Autora (2024)

Na Dimensão Humana e Intelectual, as análises sobre seus componentes e variáveis, com foco no território de Araruna, suscitaram reflexões acerca do saber-fazer, da formação acadêmica

e profissional, do conhecimento e da criatividade, conforme demonstrado no Quadro 5. Essas reflexões consideram a dimensão humana e intelectual como parte essencial da existência. Para fundamentar essas ponderações, foram consideradas as contribuições de diversos autores sobre a dimensão humana no contexto educacional, apoiando-se nos princípios do pensamento complexo (Morin, 2002).

Refletir sobre a condição humana envolve questões que vão desde a origem até a formação dos indivíduos, explorando as consistências que definem sua existência e as interações estabelecidas no ambiente em que vivem, bem como suas capacidades e influências. O estudo busca compreender o mundo contemporâneo, as políticas e a organização social que sustentam a condição humana em um determinado lugar. Reconhece-se que a vida atual é marcada por dificuldades subjetivas e fragmentação relacional, que afetam a constituição civilizatória dos indivíduos. A violência social e os desastres naturais evidenciam fragilidades existenciais, mesmo em sociedades sistematicamente organizadas.

Reencontrar a humanidade no humano implica percorrer um caminho complexo, no qual a educação se apresenta como uma das vias possíveis, promovendo uma educação inclusiva que valoriza a diversidade. Edgar Morin (2002), pensador sobre temas relacionados à humanidade, indica caminhos que possibilitam o reconhecimento do humano. Esses caminhos envolvem equilíbrio na vida, proporcionando condições para uma existência digna e de qualidade.

Assim, inicia-se a jornada de redescoberta das raízes humanas, humanizando-nos e promovendo reflexões humanizadoras. Por meio das atividades desenvolvidas nesta pesquisa sobre a dimensão humana, buscou-se argumentar sobre o significado do humano, sustentando uma abordagem educacional que visa formar um sujeito “autêntico, humano, cidadão, consciente, intelectualmente ativo, afetivo, um sujeito do mundo, inclusivo, um ser ecoformador” (Suanno, 2013, p. 107). Este estudo considera as reflexões apresentadas no contexto demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 - Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial

| |
|---|
| Dimensão Humana e Intelectual - Componentes e variáveis - saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade |
| No Município tem instituição de Ensino Superior? |
| Há diplomas de graduação e pós-graduação emitidos por instituições sediadas no território? |
| Há programas de pós-graduação <i>latu senso</i> ? pós-graduação <i>stricto senso</i> ? |
| Há Registro de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), realizado por instituições sediadas no território? |
| Há humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos estão plenamente representados em conselho municipal de cultura? |

| |
|--|
| No Município são faladas mais de 6 línguas não oficiais e tal prática é incentivada pelo poder público, sendo algumas delas incorporadas nas atividades escolares formais? |
| No Município são faladas entre 3 e 6 línguas não oficiais e tal prática é incentivada pelo poder público, sendo algumas delas incorporadas nas atividades escolares formais? |
| No Município são faladas mais de 6 línguas não oficiais, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais? |
| No Município são faladas de uma a 6 línguas não oficiais, e não estão nas atividades escolares formais? |
| No território são faladas línguas não oficiais, porém tal prática é reprimida pelo poder público local? |
| No Município existem mais de 10 grupos de religiões diferentes e inexistem registros de conflitos por motivos religiosos, prevalecendo o respeito e a tolerância mútua? |
| No Município predomina um grupo religioso, mas são comuns diferentes formas de atividades ecumênicas? |
| No Município há predominância de um grupo religioso, entretanto não há integração ecumênica? |
| No Município há registros de situações esporádicas de intolerância religiosa? |
| No Município são comuns conflitos violentos entre diferentes grupos religiosos? |
| No legislativo local, as vagas são ocupadas de maneira paritária, sendo 50% homens e 50% mulheres? |
| As vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 60% homens e 40% mulheres? |
| As vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 70% homens e 30% mulheres? |
| As vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 80% homens e 20% mulheres? |
| As vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo mais de 80% homens e menos de 20% mulheres? |

Fonte: Autora (2024)

Na Dimensão Cultural, exploraram-se interpretações sobre a territorialização, considerando inicialmente a importância da colonização e as influências que marcaram a história do processo de ocupação. O Brasil apresentou diversos aspectos, como a exploração de riquezas naturais, a escravidão, a violência contra os indígenas e a arquitetura. Nesse período, acreditava-se na abundância de recursos naturais, como ouro, prata e pedras preciosas. A economia baseava-se na monocultura de exportação, com destaque para a produção de açúcar, ouro e café.

O trabalho era realizado majoritariamente por indígenas ou africanos escravizados. A escravização de indígenas foi proibida em meados do século XVIII, e a de africanos, apenas no fim do século XIX. Mesmo assim, ambas tiveram grande importância, pois as ações e a cultura desses povos marcaram a história não apenas de Araruna, mas também dos municípios vizinhos.

Atualmente, essas influências são reconhecidas em nomes de ruas, avenidas, instituições públicas e privadas, na culinária, nos ornamentos culturais, nas festas típicas etc., permitindo a valorização e o resgate da história local, conforme confirmado na citação:

A influência indígena fora marcante e ainda sobrevive na atualidade, que pode ser observada nas denominações dos municípios e rios que compreendem a região em estudo. Por exemplo, a cidade de Iretama (casa das abelhas), Peabiru (caminho aterrado), Mamborê (lugar distante), Araruna (arara [espécie de ave com plumagens azuis]), Corumbataí (rio dos peixes corimbás), rio Ivaí (rio da flor) e Piquiri (rio de peixes pequenos [lambaris]). Contudo, a ocupação primitiva da região foi praticamente dizimada, notadamente pelos bandeirantes paulistas e, posteriormente, em razão dos conflitos entre os indígenas opositores à ocupação

dos novos povoadores. Carvalho (2008), ao estudar o processo de colonização da região de Campo Mourão, dividiu em cinco grupos sociais que se apropriaram dos recursos naturais: os índios Xetas, os Kaigangs, os ervateiros do Paraguai e da Argentina, os pecuaristas guarapuavanos e os lavradores (denominamos de agricultores). Assim, a ocupação das terras da região de Campo Mourão não se fez sem conflitos, mas foi palco de vários, porém, em períodos diferenciados. Primeiramente, com os ocupantes indígenas e posseiros e no segundo momento, com a participação ativa do Estado, quando este se tornou um agente colonizador, a partir da década de 1940 (Andrade, 2013, p. 85 - 86).

Este estudo contribuiu significativamente para o reconhecimento dos aspectos culturais predominantes na localidade, como valores, códigos de conduta e tradições, além de tipificar e caracterizar as principais expressões culturais locais. Também foram analisadas a aceitação social desses elementos e seu reconhecimento como parte da identidade territorial, bem como o número de museus, instituições culturais e profissionais da cultura em relação à força de trabalho.

No contexto empresarial, avaliaram-se aspectos que pudessem influenciar a atração de novos empreendedores, como políticas públicas e privadas de apoio a novos negócios, além das necessidades e perspectivas para criar um ambiente empresarial favorável a investimentos. O comprometimento das empresas com o desenvolvimento territorial sustentável também constituiu um ponto de referência essencial para a pesquisa.

A Dimensão Cultural visa fortalecer a história, os valores e a cultura local. Além disso, enfatiza elementos como o respeito pela diversidade, essencial para construir a identidade territorial, e a valorização da cultura local, buscando equilibrar tradição e inovação - fundamentos para estruturar projetos futuros. A criação participativa do patrimônio representa uma mudança nos paradigmas culturais individualistas de planejamento.

Um aspecto relevante deste estudo foi a análise da “cultura de programas”, que envolve projetos para a população local, divulgação pelo poder público, promoção de eventos culturais e estratégias para disseminação em diferentes escalas. A pesquisa valida os conhecimentos por meio da análise do patrimônio territorial cultural, conforme detalhado no Quadro 6.

Quadro 6 - Dimensão Cultural do Patrimônio Territorial

| |
|---|
| Dimensão Cultural - Valores e códigos de conduta, patrimônio cultural, cultura empresarial no Município de Araruna em classificação da importância, utilizando a escala de Likert com as categorias “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5) |
| Há diversidade de grupos culturais com relações intragrupos? |
| Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos |
| Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos |
| Baixa multiculturalidade |
| Dominação cultural |
| Dominação cultural com repressão a demais grupos |

| |
|---|
| Há Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas? |
| Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada |
| Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas |
| Manifestações culturais com pouca diversidade |
| Manifestações de grupos sociais dominantes |
| Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias |
| Há Dotação orçamentária para eventos culturais no município? |
| Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária |
| Ações pontuais de cultura com recursos financeiros |
| Ações pontuais de cultura sem recursos |
| Ações esporádicas de cultura |
| Sem ações locais voltadas à cultura |
| Existem equipamentos culturais distribuídos no Município? Há orçamento destinado à cultura no município? |
| Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no município |
| Equipamentos parcialmente descentralizados |
| Equipamentos apenas na região central |
| Equipamentos concentrados em alguns bairros |
| Equipamentos concentrado em regiões de alta renda |
| A diversidade de mídia é favorável para o desenvolvimento local? |
| Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas |
| Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas |
| Baixa diversidade de mídia |
| Concentração de mídia em grandes grupos comerciais |
| Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo |
| A geração de emprego e renda são baseadas em atividades culturais favoráveis para o desenvolvimento local? |
| Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município |
| Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar |
| Geram emprego informal como renda complementar |
| Gera emprego informal precarizado |
| Não gera emprego e renda |

Fonte: Autora (2024)

Na Dimensão Natural, as teorias de desenvolvimento territorial são necessariamente multidimensionais, visando fornecer subsídios e estratégias para o desenvolvimento tanto em localidades rurais quanto urbanas, incluindo Araruna. Nesse contexto, foi crucial reconsiderar as teorias de desenvolvimento, promovendo debates que incentivem um crescimento que não degrade os ecossistemas nem intensifique as desigualdades sociais.

Portanto, as análises dos sistemas econômicos e sociais estão sendo cada vez mais revisadas, considerando as interações ambientais como parte de um novo entendimento organizado e multidimensional do desenvolvimento. Esse enfoque multidisciplinar utiliza conhecimentos científicos variados para analisar situações complexas e formular ações que melhorem a qualidade de vida e respondam às questões críticas de sustentabilidade e desenvolvimento territorial em Araruna e outras regiões.

As questões ambientais ocupam papel central na análise das dimensões territoriais de Araruna, oferecendo fundamentos teóricos relevantes para práticas voltadas à sustentabilidade social e ecológica no contexto local. A preservação e o cuidado com o meio ambiente tornam-se, nesse sentido, elementos indispensáveis para as experiências de desenvolvimento territorial, exigindo articulação entre gestão pública, setor empresarial, organizações da sociedade civil e entidades do terceiro setor.

A pesquisa buscou problematizar a Dimensão Natural no contexto do desenvolvimento territorial, explorando elementos que sustentam diagnósticos e práticas futurísticas relacionadas ao tema. Para isso, revisões conceituais foram fundamentadas em categorias como geossítios e patrimônio geológico, que orientam iniciativas para promover o desenvolvimento territorial. Além disso, destacam-se os agroecossistemas como essenciais para o desenvolvimento sustentável, a vulnerabilidade ambiental urbana para garantir o direito à cidade e à qualidade de vida, e a cesta de bens e serviços territoriais como guia metodológico para valorizar recursos e ativos territoriais (Dallabrida, 2023).

Essas abordagens visam lidar com as complexidades e categorias mencionadas, com o objetivo de identificar indicadores e variáveis que subsidiem ações reflexivas e promovam o desenvolvimento sustentável, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 - Dimensão Natural do Patrimônio Territorial

| |
|---|
| Dimensão Natural - Paisagens, solo, minerais, fauna, flora, ambiente natural, no Município de Araruna em classificação da importância, utilizando a escala de Likert com as categorias Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5) |
| (Bio)Geodiversidade, expressada na presença dos geossítios |
| Geossítio local de feições muito singulares e diversidade geológica muito alta e risco de degradação muito baixo; Área com densidade populacional muito alta e muito próximo a outros valores ecológicos e culturais. |
| Geossítio de feições singulares e de compreensão fácil, diversidade geológica alta e risco de degradação |
| baixo; Geossítio acessível, seguro, em área com densidade populacional alta; |
| Geossítio de feições singulares e de compreensão fácil, diversidade geológica e risco de degradação médios; Geossítio acessível, seguro, em área de densidade populacional média próximo a outros valores ecológicos e culturais; |
| Geossítio de feições comuns e de compreensão difícil, com diversidade geológica baixa e risco de degradação alto; Geossítio de difícil acesso, pouco seguro, em área com densidade populacional baixa; |
| Geossítio de feições comuns, compreensão restrita, com diversidade geológica muito baixa e risco de degradação alto; Geossítio de difícil acesso, pouco seguro, em área com densidade populacional muito baixa; |
| Como apresenta-se o Agroecossistemas do município de Araruna, em relação a sustentabilidade rural? |
| Composto: (espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas) e silvipastoris (espécies de animais); acima de 40 espécies; |
| Ausência de incidência de pragas/parasitas e doenças; |

| |
|---|
| Presença de inimigos naturais (com elevada abundância e diversidade); |
| Ausência de deficiências nutricionais (vigor); |
| Apresenta utilização de arranjos produtivos biodiversos (sistemas agroflorestais); |
| Ausência de aplicação de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; |
| Apresenta comunidades com presença majoritária de agricultura familiar camponesa; |
| As unidades familiares são vinculadas a associações e cooperativas, com selo de produção orgânica; |
| Possui adequação ambiental, a Reserva Legal e as áreas de preservação permanente estão bem conservadas. |
| Existem Leis ambientais aprovadas pelo município |
| Possui níveis consideráveis de degradação do solo. |
| Apresenta presença de erosão em sulcos e voçorocas. |
| Vulnerabilidade Ambiental Urbana do município: |
| As condições sanitárias e de ocupação dos imóveis são péssimas e completamente inadequadas; |
| São péssimas as condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, |
| Há ocorrências de risco de enchentes e desmoronamento no município; |
| No meio natural, as unidades estão sobre riscos muitos altos inerentes à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; |
| Há insegurança alimentar causadas por desconfianças quanto a qualidade dos produtos cultivados; |
| As populações apresentam padrões muito altos de precarização de renda, desemprego, desigualdade e pobreza; |
| A composição da Cesta de Bens e Serviços Municipais apresentam: |
| Os principais recursos municipais específicos ao meio ambiente estão ativados: |
| Existem serviços e canais de comercialização local; |
| Os bens públicos são socializados; |
| Os produtos, serviços apresentam qualidade; |
| Existe sistema de coleta de lixo; |
| Existe rede de esgoto; |
| O sistema de distribuição de água é canalizado; |
| Existem iniciativas privadas de valorização de produtos e serviços municipais; |
| Política de Estado para a Sustentabilidade no município apresentam: |
| O município possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente; |
| O município possui Conselho Municipal do Meio Ambiente; |
| Existe Fundo Municipal do Meio Ambiente; |
| Existe Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos; |
| Existe Legislação específica na área ambiental, em plena atividade; |
| É perceptível dinamismo dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA; |
| Há concurso público para a área específica; |
| Existem contratação e/ou reposição de pessoal e equipamentos específicos para o setor; |
| Há ações de operacionalidade (ações crescentes de fiscalização e preservação). |

Fonte: Autora (2024)

Sendo assim, as análises realizadas na Dimensão Natural evidenciaram a importância da conservação ambiental e da valorização dos recursos naturais como fundamentos para o desenvolvimento territorial sustentável. A compreensão das dinâmicas ecológicas, da geodiversidade, dos agroecossistemas e da vulnerabilidade ambiental urbana permitiu identificar indicadores relevantes para a construção de estratégias integradas que envolvam a sociedade e o poder público local.

Na Dimensão Institucional de Araruna, o embasamento teórico sobre os componentes e as considerações em relação às variáveis do patrimônio territorial derivaram das experiências de planejamento territorial ao longo da história. Tais experiências contribuíram para a padronização do sistema institucional, impulsionadas por contextos heterogêneos e pela necessidade de um projeto territorial consistente e articulado. Esse processo prevê reformulações contínuas com base em políticas públicas, instituições governamentais e na participação da sociedade civil.

Portanto, com foco nas instituições públicas e privadas de Araruna e na classificação de sua importância, esta proposta de trabalho visou analisar os aspectos patrimoniais da região. O objetivo foi compreender suas dimensões em relação às dinâmicas de desenvolvimento territorial e à capacidade administrativa local. Os diferentes aspectos e formas de atuação dependem do contexto e dos propósitos específicos, guiando-se pelas estruturas administrativas, instrumentos de planejamento, comunicação, transparência, inovação, planos, programas e ações públicas de apoio ao desenvolvimento.

As abordagens propostas permitiram análises detalhadas e projeções de projetos, atas e outros documentos que registram as ações dos atores e instituições na articulação territorial. Isso incluiu os mecanismos de conversação e concertação social, como conselhos municipais, sindicatos de trabalhadores e associações locais, fundamentando um debate contextualizado sobre as capacidades e o desempenho funcional na Dimensão Político-Institucional do Patrimônio Territorial.

Os componentes da Dimensão Institucional do patrimônio territorial possuem base interpretativa na relação estabelecida entre a centralização e a concentração do poder no Poder Executivo municipal, divididos em setores do município - Estrutura Institucional Administrativa e organizações, conforme apresentado no Quadro 2 (item 2.3).

Assim, os departamentos e secretarias foram distribuídos da seguinte forma:

- a) Departamento de Administração, Departamento de Fazenda, Departamento de Indústria e Comércio, Departamento de Planejamento, Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos e Compras e Licitação: compõem a dimensão do Patrimônio Produtivo;
- b) Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente: compõe as dimensões do Patrimônio Produtivo e Natural;
- c) Secretaria de Saúde e Departamento de Assistência Social: compõem a dimensão do Patrimônio Social;
- d) Departamento de Cultura e Turismo: compõe a dimensão do Patrimônio Cultural;

- e) Diretoria de Educação e Saúde: compõe o Patrimônio Humano e Intelectual;
- f) Câmara de Vereadores, Conselhos municipais, Sindicato de trabalhadores e Associações de trabalhadores: constituem os componentes da Dimensão do Patrimônio Institucional.

Os setores foram patrimoniados com vistas à institucionalização, possibilitando a atuação do município em programas voltados ao desenvolvimento da economia e da industrialização, com foco na superação das desigualdades locais e na implementação de planos, programas e políticas públicas sociais.

Além disso, foi possível observar as relações de poder relacionadas à descentralização administrativa e à competitividade entre as unidades administrativas e suas subdivisões, determinadas pela capacidade técnica e gerencial e pelos arranjos institucionais. Verificou-se a prevalência do poder produtivo, já que as capacidades administrativas de maior poder organizacional e institucional se concentram nessa dimensão.

Apesar da percepção de que o poder administrativo é concentrado, constata-se que as experiências de organização do planejamento territorial setorial apresentam avanços estruturais em heranças institucionais sistematizadas. Essas experiências incorporam, em suas estratégias, ideias de planejamento participativo, multidimensional, pluriescalar e sustentável, institucionalizadas no Patrimônio Institucional, apoiadas pelas categorias apresentadas no Quadro 8.

Sendo assim, as análises realizadas na Dimensão Natural evidenciaram a importância da conservação ambiental e da valorização dos recursos naturais como fundamentos para o desenvolvimento territorial sustentável. A compreensão das dinâmicas ecológicas, da geodiversidade, dos agroecossistemas e da vulnerabilidade ambiental urbana permitiu identificar indicadores relevantes para a construção de estratégias integradas que envolvam a sociedade e o poder público local.

Na Dimensão Institucional de Araruna, o embasamento teórico sobre os componentes e as considerações em relação às variáveis do patrimônio territorial derivaram das experiências de planejamento territorial ao longo da história. Tais experiências contribuíram para a padronização do sistema institucional, impulsionadas por contextos heterogêneos e pela necessidade de um projeto territorial consistente e articulado. Esse processo prevê reformulações contínuas com base em políticas públicas, instituições governamentais e na participação da sociedade civil.

Portanto, com foco nas instituições públicas e privadas de Araruna e na classificação de sua importância, esta proposta de trabalho visou analisar os aspectos patrimoniais da região. O

objetivo foi compreender suas dimensões em relação às dinâmicas de desenvolvimento territorial e à capacidade administrativa local. Os diferentes aspectos e formas de atuação dependem do contexto e dos propósitos específicos, guiando-se pelas estruturas administrativas, instrumentos de planejamento, comunicação, transparência, inovação, planos, programas e ações públicas de apoio ao desenvolvimento.

As abordagens propostas permitiram análises detalhadas e projeções de projetos, atas e outros documentos que registram as ações dos atores e instituições na articulação territorial. Isso incluiu os mecanismos de conversação e concertação social, como conselhos municipais, sindicatos de trabalhadores e associações locais, fundamentando um debate contextualizado sobre as capacidades e o desempenho funcional na Dimensão Político-Institucional do Patrimônio Territorial.

Os componentes da Dimensão Institucional do patrimônio territorial possuem base interpretativa na relação estabelecida entre a centralização e a concentração do poder no Poder Executivo municipal, divididos em setores do município - Estrutura Institucional Administrativa e organizações, conforme apresentado no Quadro 2 (item 2.3).

Assim, os departamentos e secretarias foram distribuídos da seguinte forma:

- a) Departamento de Administração, Departamento de Fazenda, Departamento de Indústria e Comércio, Departamento de Planejamento, Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos e Compras e Licitação: compõem a dimensão do Patrimônio Produtivo;
- b) Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente: compõe as dimensões do Patrimônio Produtivo e Natural;
- c) Secretaria de Saúde e Departamento de Assistência Social: compõem a dimensão do Patrimônio Social;
- d) Departamento de Cultura e Turismo: compõe a dimensão do Patrimônio Cultural;
- e) Diretoria de Educação e Saúde: compõe o Patrimônio Humano e Intelectual;
- f) Câmara de Vereadores, Conselhos municipais, Sindicato de trabalhadores e Associações de trabalhadores: constituem os componentes da Dimensão do Patrimônio Institucional.

Os setores foram patrimoniados com vistas à institucionalização, possibilitando a atuação do município em programas voltados ao desenvolvimento da economia e da industrialização, com foco na superação das desigualdades locais e na implementação de planos, programas e políticas públicas sociais.

Além disso, foi possível observar as relações de poder relacionadas à descentralização administrativa e à competitividade entre as unidades administrativas e suas subdivisões,

determinadas pela capacidade técnica e gerencial e pelos arranjos institucionais. Verificou-se a prevalência do poder produtivo, já que as capacidades administrativas de maior poder organizacional e institucional se concentram nessa dimensão.

Apesar da percepção de que o poder administrativo é concentrado, constata-se que as experiências de organização do planejamento territorial setorial apresentam avanços estruturais em heranças institucionais sistematizadas. Essas experiências incorporam, em suas estratégias, ideias de planejamento participativo, multidimensional, pluriescalar e sustentável, institucionalizadas no Patrimônio Institucional, apoiadas pelas categorias apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8 - Dimensão Institucional do Patrimônio Territorial

| | |
|---|--|
| Dimensão Institucional - | Institucionalidades públicas e privadas (sociais, políticas, corporativas), no Município de Araruna em classificação da importância, utilizando a escala de Likert em categorias Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5) |
| Estruturas Administrativa | |
| 80 a 100% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias | |
| 60 a 79% dos técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias; | |
| 40 a 59% dos técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias; | |
| 20 a 39% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias; | |
| menos de 20% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias. | |
| Instrumentos de Programação e Planejamento | |
| Há Formulação e atualização de documentos norteadores das atividades da Secretaria Munic. de Educação; | |
| Os Documentos são formulados por consultorias; | |
| Existência de todos os documentos citados, porém desatualizados; | |
| Ausência de um destes documentos citados; | |
| Inexistência do PPA | |
| Existência nos planos e leis a referência de ações e projetos nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental; | |
| Ausência de ações e projetos referentes a área produtiva, | |
| Inexistência de ações e projetos nas áreas sociocultural ou ambiental | |
| Apresenta lacuna deixada por ausência de projetos; | |
| Inexistência de ações e projetos; | |
| Quanto as Estruturas de comunicação, transparências e inovação: efetividade na comunicação externa e transparência pública e as estruturas e ações de inovação e E-Governo apresentam-se em: 80 e 100% , 60 e 79%, 40 e 59%, 20 e 39% , 0 a 19% | |
| Planos, Programas e Ações Públicas, apresentam-se em: | |
| Ações públicas de Apoio ao desenvolvimento, apresentam-se em: | |
| Ações públicas de Apoio ao desenvolvimento - planos, projetos, atas e outros documentos de registros, apresentam-se em: | |
| Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial, apresentam-se em: | |
| Estruturas de conversação e concertação social, apresentam-se em: | |

Fonte: Autora (2024)

Na Dimensão Produtiva, é essencial considerar as contribuições dos embasamentos teóricos para analisar o desenvolvimento do Patrimônio Territorial de Araruna. Isso implica examinar os arranjos produtivos locais e avaliar políticas que promovam esse tipo de produção.

Com base nos conhecimentos sobre os arranjos espaciais, é fundamental identificar os elementos imateriais, como paisagens, expressões culturais, identidades e valores simbólicos, além de analisar os aspectos socioeconômicos relacionados à produção, compreendendo suas formas de organização e o papel das instituições envolvidas no desenvolvimento do município.

A análise do patrimônio territorial abrangeu suas múltiplas dimensões, com foco na abordagem territorial para o desenvolvimento local, incluindo diversas comunidades, como Lirial de São Luís, Melão/Taquarimbé, São Martim, Santa Terezinha, Pinhalzinho, São Miguel/Água do Urutu, Pinheirão, Colônia Upá, Distrito de São Geraldo, Nova Brasília, Estrela Azul/Lavourinha, Distrito de São Vicente, Água do Tamanduá, Vila Rural Sol Nascente, Vila Rural Arara Azul e Vila Rural Andorinha.

Esta pesquisa considerou os arranjos e sistemas produtivos como espaços relevantes de estudo e pesquisa, fundamentados em conceitos comportamentais presentes no processo histórico de construção da sociedade no território de Araruna e na caracterização das múltiplas dimensões territoriais (Natural, Social, Cultural, Institucional, Humana/Intelectual e Produtiva). A fundamentação teórica se apoia nos principais fatores organizacionais dessa sociedade, com ênfase nas relações produtivas territoriais e de desenvolvimento.

Diante da necessidade de desenvolvimento, esta proposta buscou integrar instituições urbanas e rurais no território de Araruna, motivada pelos objetivos, metodologias e tratamento dos dados relevantes ao contexto desta pesquisa. Foram consideradas as proximidades geográficas, que subsidiaram os condicionantes investigativos dos aspectos institucionais, culturais, sociais, naturais e Humano/Intelectuais, consolidando as análises do patrimônio sob as dinâmicas produtivas do local.

Para promover a sustentabilidade no município, foi fundamental considerar os fatores que impulsionam a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços rurais, impactando positivamente a renda, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e sustentável. Destacou-se a importância da gestão das unidades produtivas, dos programas comunitários e das políticas de fomento voltadas às agroindústrias. Também se evidenciou a necessidade de aprimoramento dos sistemas de produção, especialmente na sericicultura, fruticultura, mandiocultura e olericultura, atividades que contribuem para o aumento da produtividade e da renda, a inclusão social e

produtiva da população rural e a diversificação dos sistemas de produção, fortalecendo tanto o mercado institucional quanto outras formas de comercialização.

A produção sustentável, baseada em agroecologia e em práticas de manejo e conservação de solos e águas, foi compreendida como estratégia essencial para facilitar o acesso a programas e políticas públicas voltadas ao meio rural. Nesse contexto, os conhecimentos sobre as dinâmicas da Dimensão Produtiva revelaram-se centrais para a compreensão do alcance e das possibilidades de construção de espaços e cidades sustentáveis.

Assim, o estudo centrou-se no território de Araruna, compreendido como um espaço de vivência e convivência, cujas especificidades territoriais demandam maior atenção. A região em que o município está inserido é frequentemente percebida como periférica ao processo de desenvolvimento, sobretudo devido ao relativo isolamento físico em relação a outras áreas do estado do Paraná. Contudo, apresenta expressivo potencial de crescimento, que pode ser impulsionado por políticas públicas integradas, pela valorização das vocações locais e pelo fortalecimento de redes produtivas sustentáveis.

Para fundamentar essas atividades, foram discutidos amplamente os componentes e variáveis relacionados à Dimensão Produtiva, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 - Dimensão Produtiva do Patrimônio Territorial

| |
|---|
| Dimensão Produtiva - Município de Araruna em classificação de importância, utilizando a escala de Likert com as categorias Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5) |
| Existência de poucas empresas no município? |
| Existência de concentração produtiva (Gini)? |
| Existência de Clusters - concentração de MPEs em torno de uma grande empresa? |
| O ambiente econômico é inovador com entre organizações públicas e privadas? |
| Sistemas produtivos locais (concentração em PMEs, instituições de apoio e P&D, inovação tecnológica e organizacional, existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações? |
| Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D: |
| Inexistência de iniciativas empreendedoras, nenhuma disponibilidade de crédito e inexistência de P&D; |
| Baixas iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; |
| Médias iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; |
| Alto nível iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; |
| Integração entre iniciativas empreendedoras, e empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D. |
| Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias: |
| Inexistência de coordenação entre empresas, inexistência de instituições de apoio e inexistência de redes e parcerias; |
| Baixa coordenação entre empresas, baixa existência de instituições de apoio, limitada existência de redes e parcerias; |
| Média coordenação entre empresas, média existência de instituições de apoio, média existência de redes e parcerias; |
| Alta coordenação entre empresas, alta existência de instituições de apoio, alta existência de redes e parcerias; |
| Integração da coordenação entre empresas às instituições de apoio e às redes e parcerias. |

| |
|--|
| Existência de produtores esparsos; |
| Existência de concentração de produtores do mesmo segmento; |
| Existência de produtores menores em torno de um grande produtor; |
| Existência de pequenos produtores e certo grau de inovação; |
| Existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.). |
| Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial: |
| Inexistência de multifuncionalidade agrícola e inexistência de recursos e ativos com especificidade territorial; |
| Baixa multifuncionalidade agrícola e baixa existência de recursos e ativos com especificidade territorial; |
| Média multifuncionalidade agrícola e média existência de recursos e ativos com especificidade territorial; |
| Alta existência de multifuncionalidade agrícola e alta existência de recursos e ativos com especificidade territorial; |
| Integração da multifuncionalidade agrícola e articulação com os recursos e ativos com especificidade territorial; |
| Sobre a Autonomia e autogestão: |
| Inexpressiva presença de organizações que possuem caráter de economia social e solidária; |
| Baixa existência de organizações de economia social e solidária, com baixa autonomia e centralização do processo de tomada de decisão; |
| Média existência de organizações de economia social e solidária, com limitada autonomia e processos de tomada centralizados; |
| Alta Existência de organizações de economia social e solidária, com autonomia e relativa centralização da tomada de decisão; |
| Existência de uma pluralidade de tipos de organizações de economia social e solidária, demonstrando aspectos significativos de autonomia e autogestão; |
| Sobre Solidariedade e cooperação: |
| Inexpressiva presença de solidariedade e inexistência de cooperação; |
| Baixa existência da solidariedade e baixa existência de cooperação; |
| Média existência da solidariedade e média existência de cooperação; |
| Alta existência da solidariedade e alta existência de cooperação; |
| Expressiva solidariedade e articulação entre as organizações de economia social e solidária, bem como existência de cooperação intra e interinstitucional; |
| Sobre Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado: |
| Inexpressiva presença articulação das organizações da economia social e solidária e inexistência de integração às estruturas do mercado |
| Baixa existência de articulação das organizações da economia social e solidária e baixa integração às estruturas do mercado |
| Média existência de articulação das organizações da economia social e solidária e média integração às estruturas do mercado |
| Alta existência de articulação das organizações da economia social e solidária e alta integração às estruturas do mercado |
| Expressiva articulação das organizações da economia social e solidárias às estruturas do mercado formal e informal; |
| Processo de formação socioeconômica: |
| Inexpressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; |
| Baixa articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; |
| Média articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; |
| Alta articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; |
| Expressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; |
| Sobre Geração de trabalho e renda: |
| Inexistência de Iniciativas de Geração de trabalho e renda; |
| Baixas iniciativas de Geração de trabalho e renda; |
| Médias Iniciativas de Geração de trabalho e renda; |
| Alto nível de Iniciativas de Geração de trabalho e renda; |

| |
|--|
| Integração entre iniciativas empreendedoras e Iniciativas de Geração de trabalho e renda |
| Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos - Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos: |
| Inexistência de Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; |
| Baixas iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; |
| Médias Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; |
| Alto nível de Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; |
| Integração entre iniciativas e Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos. |

Fonte: Autora (2024)

A análise da Dimensão Produtiva permitiu compreender como os sistemas locais de produção, as formas de organização do trabalho e as práticas associativas se articulam com o patrimônio territorial de Araruna. As evidências indicam a relevância de iniciativas que promovam a integração entre agentes produtivos, instituições de fomento, políticas públicas e práticas sustentáveis. A diversidade produtiva do município, marcada por vocações como sericicultura, fruticultura e agricultura familiar, evidencia um potencial estratégico para fortalecer redes locais e valorizar saberes e fazeres tradicionais.

Assim, a produção, entendida como expressão concreta da apropriação e transformação do território, assume papel central na consolidação de um modelo de desenvolvimento integrado, pautado em dinâmicas territoriais sustentáveis e em práticas colaborativas que valorizam os recursos locais e reforçam a identidade produtiva do município.

Por meio da investigação detalhada do patrimônio territorial, abrangendo tanto aspectos históricos quanto contemporâneos, foi possível identificar desigualdades sociais, a distribuição desigual de recursos e oportunidades para promover o desenvolvimento territorial. Portanto, ao articular essas dimensões no contexto de Araruna, este estudo não apenas contribuiu para o conhecimento acadêmico, como também forneceu subsídios práticos para orientar futuras intervenções e políticas públicas.

Na continuidade da análise metodológica do patrimônio territorial, tornou-se necessário aprofundar a exploração das estratégias e iniciativas capazes de traduzir essas percepções em ações concretas. Nesse contexto, a próxima seção se dedica especificamente aos patrimônios de Araruna.

3 PANORAMA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARARUNA

Com vistas à abrangência do espaço físico e à relevância dos aspectos gerais na caracterização do panorama do patrimônio territorial de Araruna, as análises deste estudo tiveram como objetivo identificar os elementos que o integram, as composições dos conjuntos de variáveis, bem como os processos de transmissão das informações sobre o objeto de estudo e os componentes que constituem sua integralidade. As observações, análises e pesquisas consideraram o patrimônio territorial como referência para as dinâmicas de ativação do processo de desenvolvimento, abordando as dimensões cultural, humana e intelectual, institucional, social, produtiva e natural, com estratégias que buscaram reduzir os limites e a distância entre o observador/pesquisador e o espaço analisado em suas configurações.

Outrossim, o estudo descritivo contribuiu para estabelecer as fundamentações teóricas e a sistematização dos pressupostos do patrimônio local. As análises tiveram como foco diagnosticar as condições de desenvolvimento e gerar conhecimentos que subsidiem políticas públicas, promovendo dinâmicas capazes de favorecer o desenvolvimento territorial.

Assim, percebe-se que o patrimônio territorial de Araruna pode ser compreendido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, acumulados ao longo da história em um determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, em interação com o entorno ambiental (Figura 6).

Figura 6 - Vista aérea do município de Araruna



Fonte: Google Earth - Acesso em 24/6/2024

Assim, este território pode ser compreendido como multidimensional, pois agrega em suas dimensões as questões econômicas, ambientais, culturais, humanas e intelectuais, sociais e institucionais. Essas dimensões estão entrelaçadas e constituem elementos fundamentais para a dinâmica do desenvolvimento local e para a construção do patrimônio territorial.

Nesse contexto, a pesquisa explorou detalhadamente o objeto de estudo, analisando as transformações ocorridas em função do crescimento populacional e econômico. Foram investigados o patrimônio local e as mudanças no conceito de tombamento ao longo do tempo, considerando sua função e importância. Além disso, eventos passados foram examinados quanto à sua relevância na construção do patrimônio, permitindo explorar as diversas dimensões patrimoniais à luz das dinâmicas de desenvolvimento e das potencialidades do território.

3.1 Caracterização geral do objeto de estudo

Araruna foi elevada a distrito, e sua sede à categoria de vila, em 1952, como unidade administrativa de Peabiru. Em 1954, pela Lei nº 3, de 26 de novembro, passou à categoria de município, sendo instalado em 18 de novembro de 1955. A instalação oficial ocorreu em 29 de novembro de 1955, configurando uma cidade planejada quanto à ocupação e divisão de seu espaço territorial.

O município de Araruna, no Paraná, é caracterizado por seu clima, bioma, solo e altitude. O clima apresenta verões quentes e chuvosos e invernos temperados e secos, sendo relativamente mais seco em comparação à capital, Curitiba. O bioma ocupa 100% do território e corresponde à Mata Atlântica. Quanto ao solo, predominam áreas arenosas de baixo pH, havendo uma pequena região de terra roxa no sudeste do município. Localiza-se à latitude 23°55'54" S e longitude 52°29'47" O, com altitude de 610 metros. A população estimada em 2022 era de 14.485 habitantes.

Na hidrografia, os principais rios que cortam o município são: na Bacia do Rio Ivaí, o Rio Claro, Rio Ligeiro e Rio Guarita; e na Bacia do Rio Piquiri, o Rio São Vicente, Rio Goioerê e outros córregos.

As divisões territoriais de Araruna compreendem os distritos de São Vicente, São Geraldo e Nova Brasília, e os bairros urbanos: Centro, Beija-flor, Jardim Vitória, Jardim Esperança, Santa Ana, Batista Pinto, Araucária, San Marino, Cidade Alta, Primavera, Alessia, Jardim Novo Horizonte, Jardim Sorriso, Willage, Jardim Aquários, Jardim Bela Vista, Araruama, Jardim Furlaneto, Jardim Santa Felicidade, Jardim Itália, Jardim Santa Amélia, além das vilas rurais Andorinha e Sol Nascente.

Na economia, a agricultura é a base do município, destacando-se a produção de soja, milho, trigo, mandioca, café e cana-de-açúcar, além da pecuária de corte e leite e, mais recentemente, da avicultura. O principal destino das safras é o escoamento via os dois entrepostos da cooperativa Coamo, localizados em Araruna e no bairro Nova Brasília.

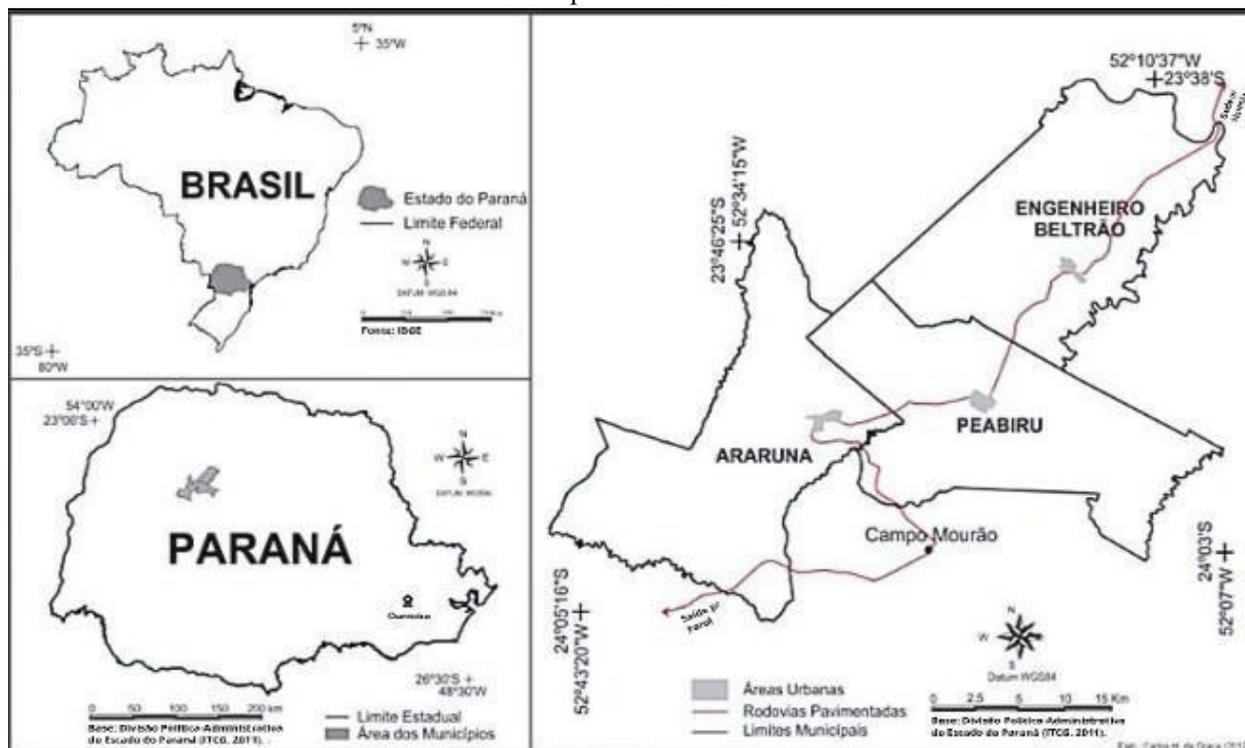
No setor industrial, predominam pequenas e médias empresas, especialmente na produção de alimentos, móveis e metalúrgica.

Quanto aos transportes, as rodovias que cortam o município são: PR-465 (ligação com Peabiru), PR-558 (Campo Mourão), PR-567 (São Lourenço e APR-323), BR-487 - “Boiadeira” (vem de Campo Mourão, passa por Araruna e segue até Tuneiras do Oeste) e BR-272 (pequeno trecho de cerca de 3 km dentro da área rural, entre Campo Mourão e Farol). Além disso, Araruna possui 730 km de estradas rurais que interligam a sede a diversas comunidades rurais e municípios vizinhos.

Conforme relatado por Saquet (2015), essas características revelam percepções sobre o território cujas origens remontam às constituições sociais e às relações historicamente estabelecidas. Esse entendimento demonstra que a apropriação dos espaços esteve vinculada aos processos de dominação sobre a população, tanto nas dimensões físicas quanto naturais. Dallabrida (2020) associa essas evidências às atividades produtivas, ao conhecimento local, aos costumes e tradições e à história do lugar. Isso permite compreender que a construção social, histórica e relacional, ligada às interações entre os sujeitos e o território, é produto de processos históricos e das convivências estabelecidas, contribuindo para a formação consciente do senso de pertencimento, evidenciado pela identidade e vínculo com a localidade.

Esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva do capital territorial, considerando abordagens teóricas e conceituais sobre patrimônio territorial, possibilitando uma análise detalhada do município de Araruna.

Figura 7 - Localização geográfica do estado do Paraná no Brasil, com destaque para o Município de Araruna



Fonte: Bases: IBGE (2011); ITCG (2011). Elaborado pela Autora (2024)

As considerações desta pesquisa têm como objeto de estudo o município de Araruna, o qual faz limite com os municípios de Campo Mourão, Cianorte, Farol, Jussara, Peabiru, Terra Boa e Tuneiras do Oeste (Figura 7).

Os aspectos históricos da ocupação de Araruna refletem os princípios coloniais, conforme evidenciado por pesquisas que buscam compreender e mitigar os impactos da colonização. A sede do município foi atravessada por um dos ramais do Caminho de Peabiru, uma trilha pré-cabralina utilizada por povos indígenas para conectar o Chaco, no Paraguai, ao litoral brasileiro. Essa estreita ligação com uma rota milenar fez com que o pequeno povoado de Araruna fosse inicialmente conhecido como Caminho do Peabiru, o que desviou o reconhecimento da cidade em si, resultando em uma certa descaracterização de sua história original, configurando um “apagão histórico”.

Somente a partir de 1948, com o surgimento das primeiras lavouras de café e cereais cultivadas pelos pioneiros, o município começou a reconstruir sua identidade. Esse processo culminou, em 1951, com a elevação do povoado de Araruna à categoria de distrito administrativo de Peabiru, pela Lei nº 613.

Figura 8 - Representação do povoado do município de Araruna.



Fonte: IBGE - Autor: Somlo, Tomas; Vieira, Maurício Coelho, 1957 - Org. Autora (2024)

Na época, o novo distrito era constituído por algumas casas, a primeira capela dedicada a Santo Antônio e alguns estabelecimentos comerciais, como bares, hotel e mercearias, conforme ilustrado na Figura 8. Esse início de desenvolvimento local culminou na criação do Município de Araruna em 1954, por meio da Lei Estadual n.253/1954. O nome

“Araruna” foi escolhido em homenagem à ave Arara-una (*Anodorhynchus hyacinthinus*) que habita a região, dando origem ao nome do vilarejo, e tornado símbolo da cidade, conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9 - Praça enfeitada com Arara e os dizeres: “Araruna o nosso orgulho”



Fonte: Autora (2024)

Esses aspectos históricos foram fundamentais para iniciar discussões sobre as dinâmicas que impulsionam o progresso do território, considerando suas possibilidades geográficas, históricas e patrimoniais, analisadas nas diferentes dimensões.

No contexto histórico, os diferentes enfoques às questões críticas, acompanhados de discussões sobre patrimonialização, apresentam sugestões de questões de investigação sobre a temática, bem como referências bibliográficas que colaboraram na elaboração do texto. Esses elementos proporcionam alinhamentos que podem subsidiar alternativas de pesquisa e fontes capazes de corroborar o estudo do objeto, dos sujeitos e das ações sociais interacionistas que configuram a atual conjuntura do município de Araruna, conforme apresentado no Quadro 2, da seção 2.

As proposições atribuídas ao objeto tratado sugerem investigações sobre o desenvolvimento patrimonial, bem como sobre as implicações dos empreendimentos setoriais que integram a dinâmica socioeconômica territorial local e suas contribuições para a preservação e qualificação do patrimônio territorial.

A necessidade deste estudo, ao analisar o patrimônio territorial como referência para o desenvolvimento do objeto investigado, evidenciou possibilidades e desafios, ao enfatizar as complexidades interativas dos dados e os processos históricos de construção do território. Tal análise demandou compreender o patrimônio de Araruna como um conjunto integrado de recursos e ativos materiais e imateriais, considerando as diferentes abordagens e apresentação

Figura 10 - Aspectos históricos da construção do Patrimônio Territorial Ararunense



Fonte: Autora (2024)

Ao observar as decorrências históricas apresentadas na Figura 10, pode-se, portanto, considerar o quanto a propensão ao tema foi fundamental, pois possibilita a investigação dos resultados das interações do patrimônio territorial historicamente construído a partir de seu objeto de estudo. A análise versa sobre os componentes básicos de observação, a saber:

- a) Patrimônio produtivo: recursos financeiros, terras, maquinário, equipamentos e infraestruturas;
- b) Patrimônio natural: paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora;
- c) Patrimônio humano e intelectual: saber-fazer, formação acadêmica e profissional, conhecimento e criatividade;
- d) Patrimônio cultural: valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial;
- d) Patrimônio social: valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente;
- f) Patrimônio institucional: institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo.

Conforme destaca Dallabrida (2016; 2020), para fins operacionais, na análise de um determinado recorte espacial, esses seis componentes do patrimônio territorial constituem elementos essenciais para o levantamento e sistematização dos dados necessários:

- (i) patrimônio produtivo - recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) patrimônio natural - paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, fósseis, minerais, fauna e flora; (iii) patrimônio humano e intelectual - saber-fazer, formação acadêmica e profissional, níveis de conhecimento e criatividade; (iv) patrimônio cultural - valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) patrimônio social - valores compartilhados socialmente, formas de associativismo, redes sociais estabelecidas localmente; (vi) patrimônio institucional - institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo.

Tal enfoque resultou das fundamentações em contexto acadêmico que discorreram a partir das discussões sobre o território de Araruna, alinhadas às perspectivas interdisciplinares, com abordagens à referenciais teórico-metodológicos caracterizados por procedimentos de domínio territorialista, cujo propósito é discutir as problemáticas numa visão interdisciplinar, como base ao planejamento e gestão do patrimônio territorial de Araruna, associados aos possíveis anseios da comunidade local sob aspectos do desenvolvimento social, construindo novos olhares para

visualização das formas da Terra, as quais redefinem as organizações estruturais, suas diretrizes e as tensões vetoriais do verdadeiro ‘retorno ao território’, como fundamentais “grande retorno” em dependência aos aspectos de reconstrução e reordenação dos processos de desterritorialização que levaram à crise do atual modelo de averbações locais, onde por analogia buscamos referenciais as contribuições:

[...] Daí que se torne transparente uma nova geografia que redefine as hierarquias, as diretrizes e as tensões vetoriais do verdadeiro ‘retorno ao território’, pois trata-se de um efetivo ‘grande retorno’ que busca reverter os processos de desterritorialização que levaram à crise do atual modelo de assentamento. (Magnaghi, 2010, p. 52, tradução nossa).²

Ao considerar as ações sócio-territoriais das comunidades rurais e urbanas de Araruna, como influenciadoras do desenvolvimento, em dimensões que objetivaram seu protagonismo frente a representação da sociedade, há de tornar visíveis suas vulnerabilidades e potencialidades? Assim, com base no conjunto de indagações e referências teóricas estudadas como suporte para a pesquisa, as etapas propostas foram organizadas da seguinte forma:

- 1) Levantamento de dados para análise e compreensão histórica da construção do patrimônio territorial tendo como objeto de estudo o município de Araruna.
- 2) Análise quali-quantitativa do objeto:
 - a) Análise das possibilidades paradigmáticas;
 - b) Verificação das contribuições para o desenvolvimento das potencialidades apresentadas pelos dados levantados e suas relevâncias à produção do espaço territorial e suas categorias e abordagens;
 - c) Verificação das perspectivas de desenvolvimento territorial e possibilidades de soluções a serem adotadas para o projeto proposto e para o objeto, por meio da aplicação de categorias de análise com base metodológica criada por Dallabrida, (2020), em seu trabalho: “Planejamento e Gestão Territorial - Aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios” cujos métodos e ferramentas serão detalhados.

² No original: [...] *De ahí que transparente una nueva geografia que vuelve a definir las jerarquias, las directrices y las tensiones vectoriales del verdadero ‘regreso al territorio’, pues un efectivo “gran retorno” que cuenta con invertir los procesos de desterritorialización que han llevado a la crisis del modelo de asentamiento actual.*

- 3) Conclusão geração de uma matriz de resultados oriundos da análise anterior para posterior verificação da coerência do resultado final.

3.2. As dimensões do patrimônio territorial de Araruna

O estudo do Patrimônio Territorial de Araruna, metodologicamente contextualizado resultou de uma análise mais abrangente das organizações sociais, dos aspectos econômicos e ambientais do local. Esta abordagem visou compreender o território em suas diversas dimensões, utilizando-o como base de reconhecimento e exploração do seu potencial. Tal proposta foi embasada pelos componentes patrimoniais e sua territorialidade, que foram apresentados como temáticas centrais deste estudo.

Além disso, essa análise especificamente as características do recorte espacial em questão, explorou as diversas dimensões do patrimônio, tais como: Dimensão Produtiva, engloba as atividades econômicas do local; Dimensão Natural, que trata dos recursos naturais e ecossistemas presentes no município; Dimensão Humana e Intelectual, que estão relacionadas à população residente no município e suas práticas culturais e intelectuais; Dimensão Cultural, que aborda os aspectos históricos, artísticos e simbólicos; Dimensão Social, considerando as relações sociais e as estruturas de poder; Dimensão Institucional, que analisa as organizações e políticas que influenciam o uso e gestão do território de Araruna.

Embora cada dimensão do Patrimônio Territorial de Araruna sendo apresentada de forma distinta, foi importante destacar que estão intrinsecamente entrelaçadas, formando uma rede de influências e interações que contribuíram para o desenvolvimento à resiliência da comunidade local;

Conforme observado no Quadro 2 (seção 2), a Estrutura Administrativa e institucional, composta por setores, revelou a preocupação do poder público local com o planejamento da gestão pública, crucial para o desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida dos moradores. O planejamento bem estruturado em sua formação, com objetivos claros e metas bem definidas, tornou possível a gestão dos recursos públicos de forma mais eficiente, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos à população, garantindo o desenvolvimento do município. Porém, entendendo que na gestão pública transcorre desafios por ansiar transformar as estruturas administrativo-burocráticas em estruturas mais flexíveis que gerem resultados positivos pois estes são esperados pela sociedade.

Por isto, firmou-se a necessidade desta pesquisa, pois esta visou aprimoramento de conhecimentos sobre Patrimônio Territorial local em suas dimensões, contribuindo para que as

comunidades e também os gestores estejam munidos de informações elaboradas e consistentes, permitindo que de posse destas análises e pesquisas, tenham informações capazes de contribuir para a adoção de padrões e instrumentos para alçar projetos de gestão mais desenvolvidos, podendo até mesmo, a partir de base consolidada de conhecimento sobre seu território, utilizar-se de recursos tecnológicos para modernizar a gestão e entendendo a importância do planejamento na gestão pública municipal, pelo princípio da localidade que corrobora para as interações, sequenciamento das instruções e estruturas em comunidades.

Tendo em vista que o planejamento é o ponto de partida da eficiência e eficácia da máquina pública, visto que ele ditará os rumos da gestão e se refletirá na qualidade do serviço prestado à população, esta proposta permitiu observar as capacidades do município quanto ao planejamento, sua adequação e incidências na gestão dos processos na construção dos sedimentos (i)materiais, as expressões culturais, identitárias, valores simbólicos; bem como as relações de produção à realidade socioeconômica; como as formas de organização dos atores e Instituições locais e seus reflexos no desenvolvimento, considerando os impactos do planejamento e as estratégias que o revelam, sabendo que o entendimento sobre planejamento foi essencial para a elaboração e implementação efetiva de políticas públicas, pois contribui para aumentar a governabilidade e a perícia dos gestores públicos na identificação de problemas, análise estratégica e formulação de cenários resolutivos, pela possibilidade de criar planos estratégicos e precisos validados pela transparência, eficiência e, desempenho que são bases de garantia para o desenvolvimento.

3.2.1 *Dimensão Social*

Conforme discutido na Seção II, a análise da Dimensão Social foi fundamental para compreender a dinâmica e o tecido social local. Essa análise abrange diversos componentes e variáveis que impactam o patrimônio territorial do município, sendo essencial considerar, segundo Andrade et al. (2022): a) relações de trabalho e acesso a bens e serviços; b) formas de organização e interação; c) valores, normas e estruturas sociais.

Esses três elementos constituíram os principais componentes para a análise das potencialidades da dimensão social e suas respectivas variáveis. A compreensão desses componentes se deu por meio de instrumentos de coleta de dados, cuja organização sistemática possibilitou a interpretação integral das nuances observadas.

Cabe destacar que a concepção epistêmico-teórico-metodológica da pesquisa define seu caráter, ao valorizar a precisão na análise da dimensão social. Essa abordagem exigiu que a dimensão social fosse discutida em relação às demais dimensões do território, garantindo a

coerência semântica das ideias e dados. Assim, a análise contribuiu para a construção do Índice de Ativação do Patrimônio Territorial, oferecendo subsídios relevantes para o desenvolvimento local.

Neste cenário, entende-se que a análise da dimensão social, na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que se refere às relações de trabalho e acesso a bens e serviços, precisa ter como referência, pelo menos, três variáveis: (i) situação do trabalho formal e informal; (ii) distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe; (iii) indicadores de vulnerabilidade social. (Rotta, et al. 2023, p. 100).

A partir das abordagens e das variáveis de referência, este estudo teve como objetivo analisar o patrimônio territorial social em sua dinâmica de desenvolvimento, considerando, em especial, os setores do Departamento de Assistência Social e da Secretaria de Saúde Pública Municipal, conforme destacado no Quadro 2. Observa-se que a análise foi permeada pela busca e manutenção de conceitos claros, pela aplicação de procedimentos sistematizados de coleta de dados e pelo uso de instrumentos adequados, dentre os quais se destaca o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS).

Esse instrumento contribuiu significativamente para a elucidação de evidências, preservando o contexto das análises e indicando questões essenciais para o tratamento dos dados e a geração de informações. O QI-MCS permitiu identificar dimensões sociais representativas, tais como: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e autoridade e ação política.

O questionário foi adaptado às especificidades do território de Araruna, seguindo os encaminhamentos elaborados pelo Grupo ProPAT, de modo a manter a fidelidade às diretrizes de pesquisa estabelecidas pela equipe de pesquisadores. Os resultados e aplicações desse instrumento encontram-se sistematizados no Quadro 10.

Quadro 10 - Estudo da dimensão social do território do Patrimônio - valores compartilhados socialmente

| Componentes | Variáveis | Instrumentos de coleta de dado | Escala - (1 a 5) |
|---|--|--|--|
| Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços | Trabalho formal e informal | - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - Índice de Gini - Índice de Vulnerabilidade Social - IVS | 5 - (ótimo) |
| | Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe | | 4 - (bom) |
| | Indicadores de vulnerabilidade social | | 3 - (regular) 2 - (ruim) 1 - (péssimo) |
| Formas de organização e interação | Grupos sociais e estratos de classe organizados | - Questionário estruturado | 5 - (ótimo) |
| | Redes de relações | | 4 - (bom) |
| | Formas de cooperação e associação | | 3 - (regular) 2 - (ruim) 1 - (péssimo) |

| | | | |
|---|-------------------------|--|---------------|
| Valores, normas estruturas sociais | Valores | Questionário estruturado Entrevista semiestruturada Visitas <i>in loco</i> | 5 - (ótimo) |
| | Normas e Moral | | 4 - (bom) |
| | Densidade Institucional | | 3 - (regular) |
| | | | 2 - (ruim) |
| | | | 1 - (péssimo) |

Fonte: Andrade *et al.*, 2023 - Adaptado pela Autora (2024)

Neste sentido, reconheceu-se a importância de compreender a abrangência dos componentes sociais do município, considerando os seguintes elementos e suas variáveis:

1. **Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços**, com destaque para:

a) Situação do trabalho formal e informal: O trabalho formal, caracterizado pela contratação oficial de profissionais com registro em carteira e observância da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em Araruna ocupa a 126ª posição, com 2.816 pessoas assalariadas. Já o trabalho informal, que corresponde a formas alternativas de emprego sem proteção legal da CLT, ocupa a 128ª posição, com 3.279 pessoas ocupadas. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,37%. Comparando com outros municípios do estado, Araruna ocupa as posições 113 de 399 e 130 de 399, respectivamente, e, em nível nacional, 1.264 de 5.570 e 1.127 de 5.570, respectivamente.

b) **Distribuição da renda entre classes ou estratos sociais**: Em Araruna, conforme dados do IBGE, 29,6% da população apresentavam rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (ano de referência 2010). Em 2021, o PIB per capita foi de R\$ 39.018,11 e o salário médio mensal correspondia a 2,2 salários mínimos. No recorte de domicílios com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo, 29,6% da população estavam nessa condição, colocando o município na 302ª posição entre 399 municípios do Paraná e na 4.751ª posição entre 5.570 municípios do Brasil.

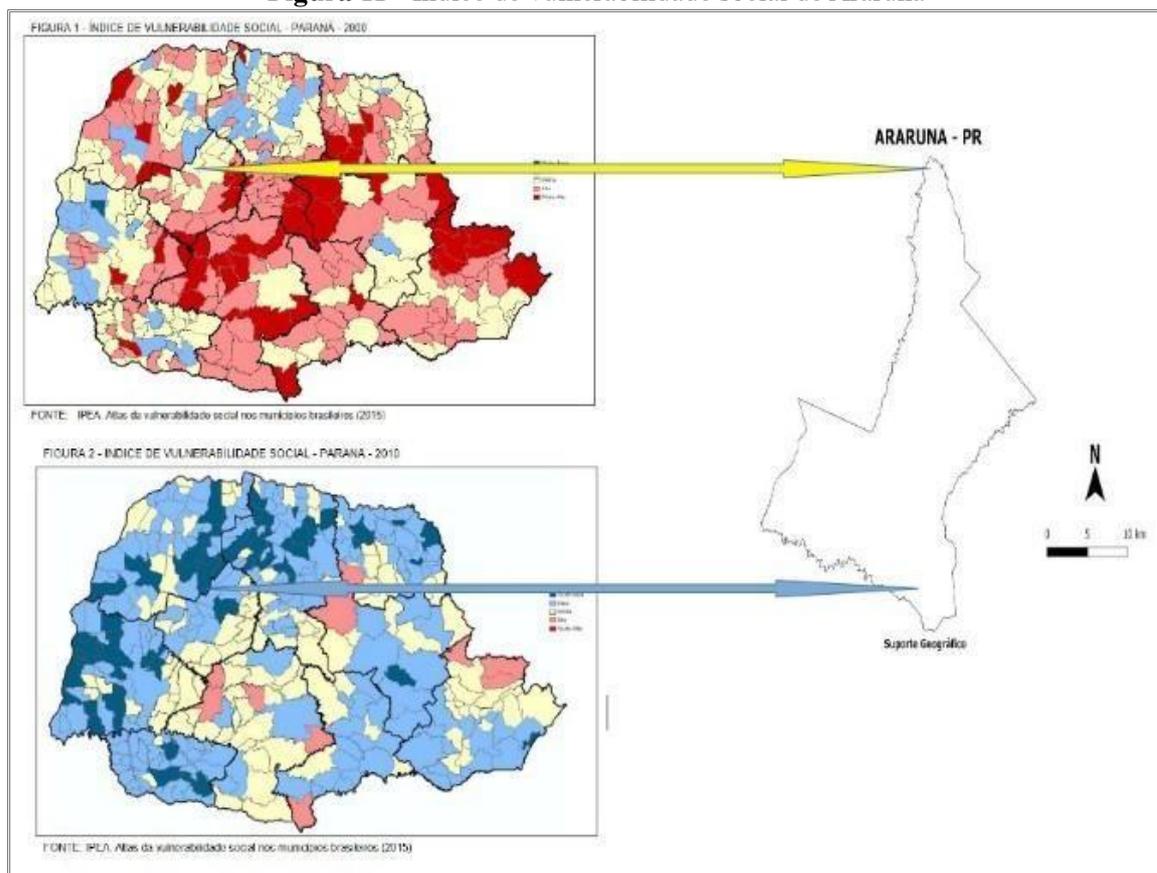
c) **Indicadores de vulnerabilidade social**: O município possui plano municipal de saneamento, mas não dispõe de conselho ou fundo municipal de saneamento. Observa-se que:

- 99,99% da população é atendida com abastecimento de água (média estadual: 95,72%; média nacional: 84,2%); apenas 2 habitantes não têm acesso.
- 64,08% da população é atendida com esgotamento sanitário (média estadual: 82,76%; média nacional: 66,95%); o esgoto de 5.039 habitantes não é coletado.
- 99,19% da população possui coleta de resíduos domiciliares e coleta seletiva, com recuperação de 7,21% do total de resíduos; 113 habitantes não têm recolhimento de lixo.

- 76,5% da população é atendida com drenagem de águas pluviais (média estadual: 47,64%; média nacional: 25,96%). Não há domicílios em risco de inundação, mapeamento de áreas de risco ou sistemas de alerta para riscos hidrológicos.

Na Figura 11, observa-se que, no ano 2000, Araruna apresentava índice médio de vulnerabilidade social, passando para baixo em 2010, indicando melhora nas condições socioambientais do município.

Figura 11 - Índice de vulnerabilidade social de Araruna



Fonte: IPARDES-2010 - IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, 2015 - Adaptado pela Autora (2024)

Na segunda parte, seis variáveis foram destacadas como elementos centrais para analisar as formas de organização e interação no Brasil:

- 1) grupos sociais e estratos de classe organizados;
- 2) movimentos sociais organizados;
- 3) principais redes de relações;
- 4) organizações e instituições sociais;
- 5) principais formas de interação, cooperação e associação; e
- 6) principais conflitos.

No contexto aplicado ao objeto de estudo, essas variáveis de referência permitem compreender como os atores sociais e territoriais se articulam, criando dinâmicas de cooperação e competição que influenciam o desenvolvimento local.

Os referenciais teóricos relacionados a “distritos industriais” (Becattini, 1987), aos “sistemas produtivos localizados” (Benko e Lipietz, 2000) e às propostas de “desenvolvimento local” (Boisier; Vázquez Barquero) indicam que a circunvizinhança territorial assume relevância crescente na modernidade contemporânea. Embora, em um primeiro momento, seu papel pareça secundário, essas áreas passam a ter importância estratégica, evidenciando formas de organização e interação territorial específicas.

Abordagens posteriores reforçam essa perspectiva, destacando conceitos como:

- “Vantagens competitivas de nações e regiões” (Porter, 1991),
- “Meios inovadores” (Maillat, 1995b),
- “Redes de inovação” (Lundvall, 1992).

Esses estudos demonstram que as adjacências territoriais contemporâneas assumem um papel funcional e estratégico, com ênfase na inovação, na competitividade e na capacidade de interação entre agentes econômicos, sociais e institucionais, consolidando mecanismos de desenvolvimento territorial mais integrado e sustentável.

Assume-se aqui o seguinte conceito de inovação: a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente (MÉNDEZ, 2002, p. 3). Assim, ao referir-se a um lugar-região-território inovador, faz-se referência a âmbitos espaciais em que seus atores-agentes e organizações-instituições forem capazes de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentam em cada momento da história. (Dallabrida *et al.*, 2004, p. 11).

Assim, evidencia-se a importância de conhecer a abrangência do território de Araruna, tomando como referência os componentes e variáveis que estruturam sua dinâmica social. Conforme Andrade *et al.* (2022), três variáveis centrais permitem analisar as formas de organização e interação:

1. Grupos sociais e estratos de classe organizados
2. Redes de relações
3. Formas de cooperação e associação

1) Grupos sociais e estratos de classe organizados

No município de Araruna, assim como em outros municípios do Paraná e do Brasil, a estratificação social ocorre em três principais camadas: classe alta, classe média e classe baixa,

cada uma subdividida em outros estratos. Essa organização reflete que os indivíduos diferem entre si por características econômicas, políticas ou culturais, compartilhando padrões de vida, hábitos culturais, poder de influência, mentalidade e interesses. Além do critério econômico, outros fatores como escolaridade, aporte cultural e poder político colaboram para a identificação e caracterização da estratificação social local.

Os Grupos sociais organizados no município apresentam composição sistematizada e institucionalizada, nos quais os indivíduos compartilham histórias, objetivos, valores, princípios, símbolos, tradições, normas e papéis sociais. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, os principais grupos sociais de Araruna são: familiares, profissionais, educativos, políticos, religiosos e de lazer/entretenimento.

As camadas sociais, segundo indicadores do IBGE, são determinadas por: características urbanísticas, ordenamento urbano dos domicílios, rendimento mensal domiciliar per capita, destino do lixo, abastecimento de água, existência de banheiro ou sanitário, cor ou raça e outros fatores que contribuem para a classificação socioeconômica da população.

2) Redes de relações

As redes de relações em Araruna reúnem pessoas com objetivos comuns, habilidades complementares e experiências variadas, estabelecendo vínculos de cooperação, aprendizagem e sociabilidade. Essas redes permitem intercâmbio de informações, colaboração em projetos, desenvolvimento profissional, socialização e fortalecimento do capital social local.

O município possui departamentos e estruturas institucionais que possibilitam a gestão e o fortalecimento dessas redes, como:

- Departamento de Assuntos Pedagógicos;
- Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão de Educação;
- Departamento de Transporte Escolar.

Além disso, conselhos, comitês e comissões permanentes ou especiais vinculados à Secretaria Municipal de Educação promovem integração social e monitoramento de políticas educacionais, como o Conselho Municipal de Educação (CME), Comitê Municipal de Transporte Escolar, Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e comissões especiais de processos seletivos e programas específicos. Destaca-se também a gestão tecnológica de redes sociais, que contribui para a comunicação e integração entre diferentes atores.

3) Formas de cooperação e associação

A análise da cooperação e associação em Araruna requer compreensão das diferenças entre associações e cooperativas.

- **Associações:** possuem objetivo social, com gestão simples e custos reduzidos, voltadas para assistência social, educação, cultura, representação política, defesa de interesses de classe ou filantropia.
- **Cooperativas:** têm objetivo econômico, organizando atividades produtivas coletivas de médio ou grande porte, visando viabilizar negócios dos associados no mercado.

A relevância das formas de cooperação e associação é evidenciada no contexto do ProPAT (Proposta de Abordagem Territorial do Desenvolvimento), que utiliza estas categorias para construir o índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial.

A partir dessas considerações, torna-se evidente que a compreensão das variáveis sociais - grupos, redes e formas de cooperação - é essencial para analisar a dinâmica territorial e subsidiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à valorização do patrimônio territorial de Araruna.

[...] identificação das principais formas de cooperação e associação adquirem uma relevância especial à medida que cresce a sua ligação aos bens públicos e aos bens comuns colaborativos (CORIAT, 2015). Em uma época de privação do território, na qual se reduzem significativamente as formas de interação e solidariedade, se faz necessário reafirmar e/ou reinventar formas de cooperação e associação, através de clubes de produtores e de consumidores, cooperativas de trabalho em comum, espaços de co-working, incubadoras de startups, associações ambientais e culturais, entre outras (Andrade *et al.* 2023, p. 108).

No território de Araruna, com relação às formas de cooperação e associação, identificou-se a presença de produtores organizados em associações que comercializam parte de sua produção, especialmente para a merenda escolar e feiras livres, incluindo hortaliças, frutas (uva, morango, banana) e panificados. Isso evidencia o potencial para diversificação dos sistemas produtivos; entretanto, constatou-se a necessidade de desenvolvimento dessas atividades com foco em práticas mais sustentáveis, alinhadas à agroecologia e à produção orgânica.

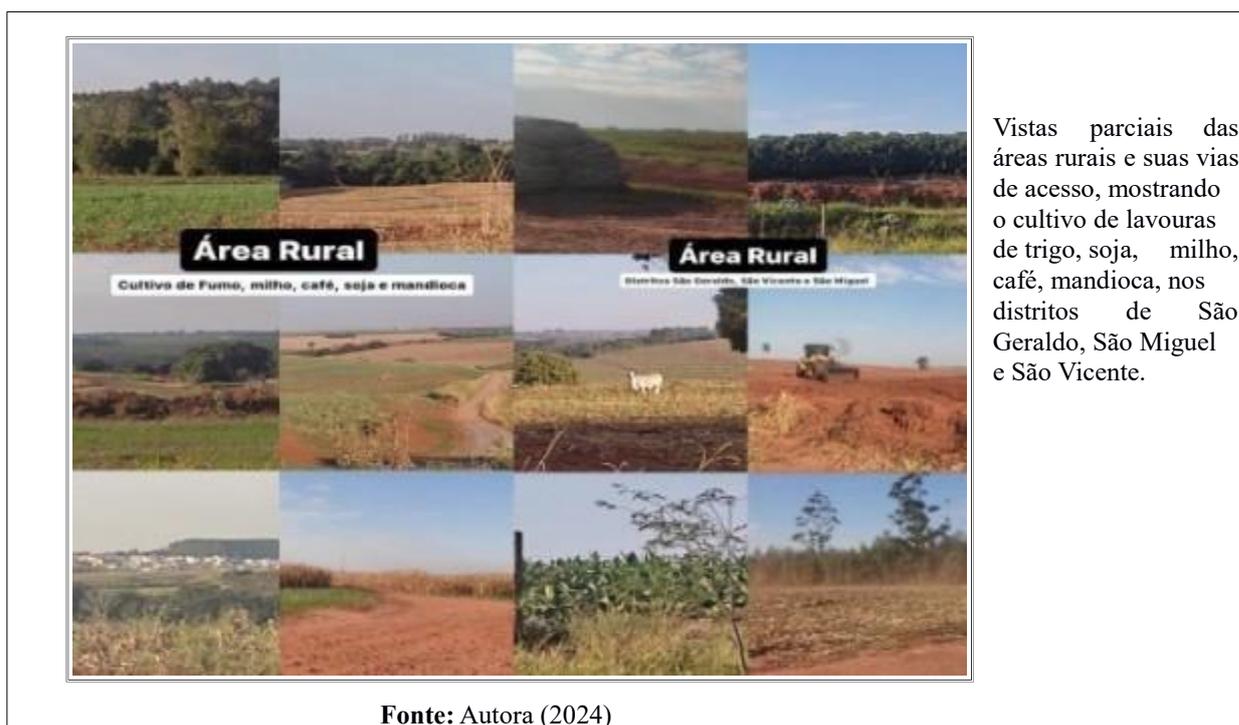
As atividades realizadas em regime de cooperação e associação são organizadas principalmente por agricultores familiares, moradores das vilas rurais e associações de produtores. Entre as organizações presentes no município, destacam-se:

- Associações Comerciais e Empresariais da Região Centro-Ocidental do Paraná (Cacercopar);
- Associação Comercial e Industrial de Araruna;
- Associação dos Sericultores de Araruna (ARASEDA);
- Associações comunitárias das Vilas Rurais Andorinhas e Sol Nascente;

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna (APAE);
- Associação Independente de Apoio à Cultura Popular de Araruna;
- Associação dos Agropecuaristas da Região de Araruna;
- Associação dos Servidores Municipais de Araruna (ASSEMA);
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araruna;
- Associação dos Artesãos do Lirial de São Luiz de Araruna;
- Associação dos Agropecuaristas do Município de Araruna (AGROARA - atualmente extinta).

Observou-se que muitas organizações situadas em áreas rurais enfrentam desafios de infraestrutura, especialmente em relação aos caminhos de acesso, que frequentemente são precários, constituídos por vias de chão batido e distantes da sede do município, como ilustrado na Figura 12.

Figura 12 _ Via de acesso às Áreas Rurais



Saber mais sobre o Patrimônio Territorial ararunense e suas características possibilitou saber mais sobre as necessidades para atuar onde é preciso para manter viva as ações cooperativas, reafirmando e reelaborando estratégias que possam colaborar para a existência e permanência ativa das formas. Como citado, sugere-se a criação e implantação de clubes de produtores e de

consumidores, cooperativas de trabalho em comum, incubadoras de startups, associações ambientais e culturais, entre outras, aumentando as possibilidades de inserção social cooperada.

Para análise da ativação do patrimônio territorial face as formas de cooperação e associação, observou-se sua consistência na reorganização do território, permitindo novas formatações em sua configuração buscando ações interativas e contributivas, que promovem a implantação de novos recortes espaciais a partir de análises dialógicas entre as partes, medidas por políticas públicas para a busca de soluções mais ajustadas a cada grupo social, como instrumentos de coletas de dados serão adaptados meios de aplicação por questionário estruturado, entrevista semiestruturada e Visitas in loco.

Postos os elementos ontológicos, epistemológicos e teóricos, apresenta-se, agora, os elementos constitutivos deste terceiro componente da dimensão social, ou seja, três variáveis que são essenciais para analisar a dimensão social, em relação ao componente Valores, normas e estruturas sociais: (i) Valores; (ii) Normas e moral e; (iii) Densidade institucional. É oportuno também considerar que estas variáveis são fundamentais em toda e qualquer análise social, não apenas no âmbito deste estudo (Teixeira, et al. 2023, p. 113).

Para analisar a dimensão social na dinâmica territorial do desenvolvimento, especialmente em relação aos valores, normas e estruturas sociais, foi oportuno considerar variáveis qualitativas fundamentais:

- 1) principais valores compartilhados socialmente;
- 2) compreensão dos princípios normativos que regem as condutas;
- 3) percepção das estruturas sociais e normativas;
- 4) percepção dos direitos sociais;
- 5) aspectos em que a presença ou ausência de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social;
- 6) compartilhamento de valores sociais e visões futuras;
- 7) capital social.

No estudo sobre a ativação do patrimônio territorial, considerando os valores humanos, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado baseado em escala de 1 a 5: 5 - ótimo; 4 - bom; 3 - regular; 2 - ruim; 1 - péssimo.

O objetivo foi conhecer os principais valores compartilhados socialmente no município, identificar os princípios normativos que orientam as condutas dos habitantes e analisar a percepção sobre as estruturas sociais e normativas. Adicionalmente, buscou-se avaliar a percepção quanto aos direitos sociais e compreender de que forma a presença ou ausência de determinados valores

influencia a coesão social. O estudo também procurou identificar o grau de compartilhamento de valores e visões futuras, bem como sua relação com o capital social local, oferecendo subsídios para fortalecer a integração comunitária e as práticas colaborativas no território de Araruna.

Na primeira variável, Valores, entende-se que estão ligados a crenças e emoções que, quando ativadas, geram sentimentos positivos e negativos. É uma construção motivacional que conduz pessoas para agirem de forma adequada em diversos contextos sociais, de tal modo que transcendem situações e ações específicas, bem como algo que orienta a “seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos e compõe critérios para julgamentos [...]” (Torres; Schwartz; Nascimento, 2016, p. 342).

As variáveis “Valores”, “Normas e Moral” e “Densidade Institucional” são fundamentais para os estudos sociais, pois, ao analisar a estrutura social, é necessário considerar um conjunto de padrões, normas e valores relativamente estáveis em determinada sociedade. Embora não exista uma única estrutura social aplicável a toda sociedade humana, constata-se a presença de normas e padrões estruturais comuns, perceptíveis nas formas de organização estudadas, permitindo compreender o modo de produção predominante no território.

Neste contexto, a pesquisa também destacou aspectos populacionais, mantendo o foco no patrimônio territorial de Araruna, município com 14.029 habitantes, dos quais 78,06% estão em área urbana e 21,94% em área rural, distribuídos em um território de 493,19 km², com densidade populacional de 28,45 hab/km². Como fontes de pesquisa, utilizaram-se os Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, o Sítio do IBGE e o Índice Firjan, enfatizando a dimensão territorial local em seus princípios sociais para o desenvolvimento. Os indicadores analisados - Índice de Gini, população em situação de vulnerabilidade social, dados populacionais e de saúde - possibilitaram compreender relações de trabalho e acesso da população a bens e serviços, avaliando despesas e capital por função, com base nos níveis de agregação municipal.

A análise incluiu a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA), considerando ocupação por tipo de domicílio, sexo e faixa etária, valorizando as peculiaridades da população local. Foram examinados tipos de domicílios urbanos e rurais, trabalho e rendimento, índices de escolarização, IDHM, mortalidade infantil, receitas e despesas municipais, PIB per capita, entre outros. Esses referenciais evidenciam as complexidades do desenvolvimento territorial e revelam as desigualdades sociais manifestadas espacialmente, contribuindo para compreender a distribuição de oportunidades e recursos no município.

A partir das potencialidades identificadas, as reflexões indicaram a importância de ações comunitárias para capacitação das comunidades e superação das assimetrias de distribuição, considerando a relevância de valores, normas e estruturas sociais. A sociedade de Araruna se

organiza como um conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e éticos, convivendo sob o mesmo regime político e econômico e dentro das mesmas regras sociais.

Nesse sentido, os principais elementos analisados incluíram:

- **Valores Sociais:** descrição e hierarquização dos valores compartilhados (cooperação, hospitalidade, solidariedade), análise de como a presença ou ausência desses valores influencia a coesão social, e necessidades de compartilhamento de valores e visões futuras.
- **Formas de Associativismo:** caracterização das principais iniciativas formais e informais, impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais resultantes, e necessidade de iniciativas que potencializem oportunidades ou superem carências locais.
- **Redes Sociais Internas e Externas:** análise das formas de interação e intercâmbio social, cultural e artístico, entre setores locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como avaliação da propensão da população a se relacionar dentro e fora do território, identificando carências e necessidades.

Refletir sobre a Dimensão Social implicou compreender a identidade e a subjetividade dos indivíduos, bem como os processos de socialização em diferentes ambientes. Aspectos como garantia das necessidades básicas, respeito e valorização das culturas locais, promoção do bem-estar presente e futuro, e busca pela igualdade social foram considerados centrais.

Ao reconhecer o território sob a perspectiva da construção social e da promoção do bem-estar e da saúde da população, tornou-se essencial analisar a dimensão social de forma abrangente, contemplando não apenas os aspectos materiais, mas também as experiências vividas e os laços sociais estabelecidos. Esse enfoque, conforme Lima e Fazzi (2018), constitui o núcleo das reflexões sobre a Dimensão Social, destacando os espaços destinados ao atendimento à comunidade, conforme ilustrado na Figura 13.

Figura 13 - Centros de Referências ao atendimento à comunidade --CRAS/CREAS



Fonte: Autora (2024)

Considera-se que, ao discutir a Dimensão Social, foi essencial considerar as famílias atendidas e cadastradas nos programas sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como os atendimentos prestados pelos departamentos responsáveis pela saúde, educação e cultura. Esses ambientes são mantidos pela prefeitura municipal e pelo Governo Federal, oferecendo orientações e benefícios sociais através do Cadastro Único.

Os Centros de apoio mencionados monitoram a situação das crianças e/ou adolescentes pertencentes a essas famílias, avaliando suas condições de sobrevivência e criando oportunidades para que prosperem, o que aumenta sua integração social, participação e qualidade de vida. Além de relatórios de responsabilidade social, esses centros repensam questões éticas fundamentais em suas operações.

3.2.2 Dimensão Humana e Intelectual

As considerações sobre a dimensão humana do Município de Araruna envolveram a análise paramétrica do potencial educacional local, especialmente no que se refere à escolarização. Foram

investigados aspectos como a presença de instituições de Ensino Superior, a emissão de diplomas de graduação e pós-graduação por instituições sediadas no município, bem como a oferta de programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Além disso, foram considerados registros de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) realizados por instituições locais, a presença e incentivo à prática de línguas não oficiais, incorporadas nas atividades escolares formais e nas práticas cotidianas, e a valorização de saberes transmitidos pela tradição oral, representados em conselhos municipais de cultura.

Também foram analisadas questões relacionadas à diversidade religiosa, inexistência de conflitos por motivos religiosos, o respeito e a tolerância entre grupos, e a ocupação paritária de vagas no legislativo local entre homens e mulheres. Esses elementos foram interpretados como indicadores de valores que simbolizam o desenvolvimento humano do território.

As análises realizadas, apoiadas em dados estatísticos, permitiram identificar peculiaridades do município e propor ações e reflexões contributivas para o fortalecimento da dimensão humana. Os dados educacionais de Araruna, apresentados no Quadro 11, demonstram o quantitativo de matrículas em diferentes etapas e modalidades da educação básica, incluindo ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional. Estes dados foram comparados com os indicadores do estado do Paraná e da região da COMCAM, permitindo avaliar a posição relativa do município.

Além disso, o levantamento serviu como parâmetro para o repasse de recursos federais, estaduais e municipais, orientando o planejamento e a divulgação das ações realizadas pelo poder público local. O uso das informações do Censo Escolar do INEP mostrou-se essencial para que os atores educacionais compreendam a situação educacional do Brasil, das unidades federativas, dos municípios e das escolas, permitindo acompanhar a efetividade das políticas públicas educacionais.

Quadro 11 - Dados Educacionais

| Educação | Fonte | Data | Município | Região | Estado |
|---|--------------|-------------|------------------|---------------|---------------|
| Matrículas na Educação Básica (alunos) | MEC/INEP | 2023 | 2.802 | 88.573 | 1.464.010 |
| Matrículas na Creche (alunos) | MEC/INEP | 2023 | 286 | 7.915 | 242.222 |
| Matrículas na Pré-escola (Alunos) | MEC/INEP | 2023 | 250 | 0.512 | 500.000 |
| Matrículas no Ensino Fundamental (Alunos) | MEC/INEP | 2023 | 1.589 | 37.175 | 1.365.669 |
| Matrículas no Ensino Médio (Alunos) | MEC/INEP | 2023 | 462 | 10.580 | 403.354 |
| Matrículas na Educação Profissional (Alunos) | MEC/INEP | 2023 | 67 | 2.788 | 142.727 |
| Matrículas na Educação Especial (Alunos) | MEC/INEP | 2023 | 77 | 1.907 | 45.900 |
| Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Alunos) | MEC/INEP | 2023 | 107 | 3.715 | 79.973 |
| Matrículas na Educação Superior Presencial (Alunos) | MEC/INEP | 2022 | - | 5.445 | 307.337 |
| Matrículas na Educação Superior à Distância (Alunos) | MEC/INEP | 2022 | 74 | 8.808 | 340.821 |
| Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais (%) | IBGE | 2010 | 9,04 | ... | 0.20 |

Fonte: Autora (2024)

Assim, os estudos apresentados neste projeto de pesquisa, dissertam em sua teoria, sobre os conteúdos que definem os conceitos apropriados da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial de Araruna. Substancialmente, se consolida em teoria e metodologia na Abordagem Territorial do Desenvolvimento, a qual, conforme descrito e citado:

[...] trata, invariavelmente, de pessoas. Trata, por conseguinte, de grupos e subgrupos por elas formados, de seus saberes, de suas características socio-demográficas e dos arranjos sociais que impactam sua formação intelectual, bem como a produção e difusão de novos conhecimentos e inovações (Mueller, *et al.* 2023, p. 131).

Em princípio, entendeu-se que a dimensão humana e intelectual tem como função abordar aspectos sociais e as características que os envolvem. Embora apresente especificidades individuais, sua análise considera a identidade coletiva, a forma de organização estruturada e contínua, e o desempenho de papéis recíprocos em conformidade com normas, interesses e valores, visando à promoção de ações comunitárias.

No contexto do território de Araruna, as análises sobre as dinâmicas e influências em seu processo de desenvolvimento buscaram identificar os componentes que contribuem para o crescimento local. O conhecimento foi considerado base primordial, articulando saberes e práticas conectadas, permitindo a formulação de soluções capazes de promover transformações no espaço estudado.

No que se refere às desigualdades sociais, observou-se que a sociedade local reflete um padrão histórico de má distribuição de renda, característica presente no Brasil e em grande parte da América Latina, na qual a maior parte dos recursos permanece concentrada em poucas mãos. Tal situação evidencia a necessidade de atenção às demandas de necessidades humanas básicas e às estratégias de promoção de princípios humanitários, bem como à valorização da intelectualidade e capacidade de inovação da população.

A pesquisa buscou narrativas que subsidiem a compreensão integral do objeto de estudo, considerando tanto as condições materiais quanto as subjetividades que compõem os grupos humanos locais, permitindo identificar capacidades e potencialidades de inovação e desenvolvimento.

Adotando uma perspectiva voltada para o interesse da sociedade, esta análise considerou as dinâmicas de desenvolvimento territorial, destacando seu potencial de estimular os interesses da comunidade local e da sociedade em geral. Embora ainda preliminares, os resultados oferecem fundamentos e orientações que possibilitam compreender, de forma ampla, a organização, a constituição e a atuação dos grupos humanos em Araruna, sob uma perspectiva futura de desenvolvimento sustentável.

Diante da relevância de estudar com profundidade os saberes, grupos humanos e as variáveis que os representam no território ararunense, esta pesquisa fundamenta-se nas abordagens adotadas pelo Grupo ProPAT, que, em consonância, definem diretrizes metodológicas e conceituais para análise da dimensão humana e intelectual do patrimônio territorial.

Quanto aos grupos humanos, Mueller et al. (2022), baseados em Stewart (2010) e Stewart, Graham e Luca (2021), adotam a distinção entre grupos verticais e grupos horizontais como critério de estratificação/ agrupamento de habitantes de um território. Segundo tal critério, grupos verticais são aqueles que não levam em consideração características distintivas como, por exemplo, diferenças étnicas, raciais ou religiosas. Segmentações por faixas de renda ou níveis de instrução são exemplos de grupos verticais. Os grupos horizontais, por sua vez, são aqueles oriundos de características que dão especificidade a algum grupo populacional, como a etnia, a religião, o gênero, etc (Mueller et al., 2023, p. 131).

Considerou-se aqui, que os componentes e seus respectivos subcomponentes são instrumentalizados por mecanismos que vão de encontro com as variáveis, que integram o nível indicativo, a ser trabalhado nesta proposta de estudos sobre a Dimensão Humana e Intelectual: componentes e variáveis - saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade no patrimônio de Araruna apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 - Dimensão Humana e Intelectual: componentes e variáveis - saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade

| Dimensão | Componentes | | Variáveis |
|-------------------------------|----------------|------------|---|
| Dimensão Humana e Intelectual | Saberes | Formal | - Expedição de títulos e certificados acadêmicos - Produção científica - Registro de patentes |
| | | Informal | - Saberes transmitidos pela tradição oral - Domínio de línguas não oficiais |
| | Grupos Humanos | Vertical | - Níveis de escolaridade - Níveis de renda - Grupos etários |
| | | Horizontal | - Grupos religiosos - Gênero - Grupos étnico-raciais |

Fonte: Grupo ProPAT, 2023, pg. 134 - Adaptado pela Autora (2024)

Tomando como referencial as pesquisas publicadas pelo Ipardes (2003-2015) no estudo *Os vários Paranás: as espacialidades socioeconômico-institucionais*, e considerando o território localizado na região noroeste do Paraná, este estudo analisou os grupos humanos do município de Araruna, evidenciando a presença de desigualdades que atingem diferentes sujeitos sociais.

Observou-se que os grupos pertencentes às camadas mais pobres da sociedade têm acesso restrito aos serviços e recursos disponíveis à população de maior condição econômica. Tal situação foi particularmente perceptível nos bairros periféricos, distritos e comunidades rurais, localizados em áreas mais afastadas do centro da cidade, conforme ilustrado na Figura 14.

Para aprofundar a análise, foram considerados indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), tais como educação, renda e longevidade, além de indicadores complementares, como renda per capita, níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior), e condições de habitação, incluindo o percentual da população atendida por rede de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos domiciliares.

A utilização desses indicadores permitiu um estudo detalhado das desigualdades sociais e proporcionou subsídios para a construção de conhecimento crítico sobre o território de Araruna, possibilitando análise e síntese das condições socioeconômicas e espaciais da população estudada.

Figura 14 - Representação dos saberes e seus respectivos grupos implantados no território



Fonte: Autora (2024).

Na Figura 14, observa-se a presença dos constitutivos da Dimensão Humana e Intelectual composta representada por seus dois componentes, que, por sua vez, se subdividem em subcomponentes. Os componentes são: 1) Saberes e 2) Grupos Humanos. Os subcomponentes são, respectivamente: Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Verticais e Grupos Horizontais, evidenciam:

Os saberes formais dizem respeito àqueles atrelados a instituições de ensino e pesquisa formalmente reconhecidas pelos aparatos legais. Trata-se, por exemplo, de escolas, universidades, centros de pesquisa e congêneres. Da mesma forma, incluem títulos, diplomas e certificados de conclusão por elas emitidos. Também incorporam a produção e o registro de patentes, bem como a produção científica, veiculada nos fóruns e formatos adequados, como, por exemplo, artigos científicos.

Os saberes informais, por sua vez, aqui são entendidos como todos os demais saberes não produzidos e legitimados pelas instituições acima mencionadas. São exemplos destes saberes: conhecimentos de línguas estrangeiras; conhecimentos de línguas autóctones próprias de determinados grupos sociais radicados nos territórios; práticas ancestrais perpetuadas pela oralidade que denotam saberes específicos, como, por exemplo, conhecimento de ervas medicinais e conhecimentos inerentes a práticas culturais, como preparo de pratos típicos, confecção de indumentárias regionais, etc. (Mueller *et al.*, 2023, p. 207).

Figura 15 - Rede Educacional de Araruna



Instituições Públicas, Particulares e Prática Esportiva, representados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Colégio Estadual 29 de Novembro – Escola Natividade de Nossa Senhora – Colégio Estadual Joana D’Arc – Ginásio de Esportes Zé 14.

Fonte: Autora (2024).

Associando estas instituições à responsabilidade na produção e nos registros de patentes, bem como a produção científica, veiculada nos fóruns e formatos adequados, de artigos científicos e produções acadêmicas e até mesmo culturais, as quais evidenciaram os níveis do saber intelectual dos moradores, compreendendo que todas as pessoas precisam se sentir acolhidas, pertencentes a um grupo e/ou lugar para assim estarem institucionalizadas. Os índices apresentados no Quadro 13, tornaram-se base de análise os dados do IBGE do Município de Araruna entre 2010 a 2021, os quais apresentam-se:

Quadro 13 - Escolarização - IBGE do Município de Araruna

| Taxas de Escolarização do Município de Araruna | |
|--|------------------|
| Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] | 99,1% |
| IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] | 6,2% |
| IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] | 5,3% |
| Matrículas no ensino fundamental [2021] | 1.643 Matrículas |
| Matrículas no ensino médio [2021] | 455 Matrículas |
| Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] | 8 escolas |
| Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] | 2 escolas |
| Docentes no ensino fundamental [2021] | 112 docentes |
| Docentes no ensino médio [2021] | 35 docentes |

Fonte: IBGE - Adaptado pela Autora (2024)

Pode-se observar, que em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99,1%. Segundo os dados do IBGE de 2010, na comparação com outros municípios do Paraná, Araruna, ficava na posição 61 dos 399 municípios que compõem o território paranaense. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 522 de 5570. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, no ano de 2021, para os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública era 6,2 e para os anos finais, de 5,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 136 e 151 de 399. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1045 e 1045 de 5570.

No Quadro 13, se apresentou em relevância a estes resultados, e com vistas as ponderações que pode-se mensurar, o Noroeste do Paraná, região onde encontra-se localizado o município objeto de estudo, possuía, em 2013, 10,96% de força de trabalho classificada como analfabeta e 20,10% com o Ensino Fundamental incompleto. Nessas duas faixas, essa porção territorial ficou com participações acima da média estadual. Nas faixas de escolaridade mais elevadas, à exceção do Ensino Médio incompleto e completo, apresentou participações inferiores à média estadual. O mesmo fenômeno se reproduziu nas faixas de remuneração mais baixas, em que a espacialidade apresentou participações superiores à média estadual, e inferiores nas faixas de remuneração mais elevadas.

Considerando as bases analíticas e os dados obtidos em diferentes pesquisas, realizou-se um levantamento das instituições de ensino superior presentes no município de Araruna, bem como dos diplomas de graduação e pós-graduação emitidos por essas instituições. Foram também coletados registros de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e observadas as práticas cotidianas dos moradores, com destaque para os saberes transmitidos oralmente.

O levantamento contemplou ainda a atuação de grupos representados nos conselhos municipais de cultura, a incorporação de línguas não oficiais nas atividades escolares e os incentivos promovidos pelo poder público. Quanto aos grupos religiosos, identificou-se a presença de mais de dez organizações distintas, sem registro de conflitos motivados por questões religiosas, evidenciando, assim, um contexto de respeito e tolerância mútua entre os habitantes do município.

3.2.3 *Dimensão Cultural*

Os conceitos sobre dimensão cultural compreenderam os seguintes elementos: raízes endógenas; história, valores e cultura; e equipamentos culturais, sendo a dimensão cultural a qual objetiva maior igualdade e participação social. Em análise, entendeu-se as configurações desta dimensão junto ao desenvolvimento do território, engajado e delineados por suas características, neste contexto considera-se:

O território, resultado das relações de poder e fundamentado nas relações concretas e simbólicas (Raffestin, 1993), incorpora a concretude e contradições das relações sociais. Portanto, está intrinsecamente relacionado à cultura e pode ser compreendido como uma construção social resultante de acúmulos herdados de um passado longínquo, ou mais recente, que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual, constituindo o patrimônio territorial. (Carniello et al. 2023, p. 151).

De acordo com Carniello et al. (2023), a valorização da cultura tradicional e a divulgação da história local são fundamentais para garantir o acesso à informação e ao conhecimento a todos os indivíduos que habitam o território. Seja nos processos de formação, na ocupação das zonas territoriais, nos referenciais de investimentos ou na aquisição de equipamentos, essas questões devem ser conduzidas de maneira participativa e comunitária, pois contribuem para a construção da identidade local e para o desenvolvimento social.

No caso do território de Araruna, observou-se uma eficiência limitada nesse sentido, o que evidencia a necessidade de estudos que fundamentem a valorização do processo histórico reconhecido pelas comunidades, permitindo que seus habitantes se sintam pertencentes e, conseqüentemente, promovam o progresso local. Assim, a citação reforça a pertinência de pesquisas que orientem a evolução das localidades por meio da análise de seus territórios em suas múltiplas dimensões, ressaltando que:

A partir das análises realizadas com a produção deste artigo avaliou-se que a busca pelo desenvolvimento local é um processo fundamental e necessário na

escala municipal, principalmente nas pequenas cidades. Também constatou-se que a perspectiva do desenvolvimento local deve contemplar as múltiplas dimensões que envolvem a vida em sociedade, como: a econômica, a política, a educacional, a ambiental, bem como o acesso digno à moradia, à saúde, ao trabalho e emprego, à cultura e ao lazer. Assim, averiguou-se que as políticas públicas são relevantes nesse processo, e que é fundamental a promoção da participação popular, desde a formulação, a implementação até a avaliação. Também examinou-se que o pertencimento ao lugar, a cultura e o enraizamento territorial, como características comuns a muitos habitantes das pequenas cidades, especialmente dos idosos, devem ser consideradas e valorizadas nos projetos e propostas que visam estimular o desenvolvimento local (Chies, 2020, p. 461).

Nesse sentido, pode-se observar na Figura 16 a Arara Azul, símbolo cultural do município, representando não apenas a biodiversidade local, mas também a ocupação histórica do território por essa espécie. Com o início do processo de povoamento, a cultura do café passou a predominar, consolidando-se como um produto simbólico da construção do espaço produtivo local. Os primeiros povoados, que hoje compõem os pequenos municípios da região, juntamente com seus habitantes, já cultivavam o café tanto para subsistência quanto para comércio, estabelecendo assim os fundamentos das primeiras ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social do território.

Figura 16 - Representação histórica: A Arara e o Café



Fonte: Casa da Cultura de Araruna (2020)

Dessa forma, a sustentabilidade cultural, pautada na identidade e no enraizamento endógeno, priorizou soluções socioeconômicas que legitimem e respeitem as particularidades territoriais. Corroborando Favareto (2010), constatou-se a necessidade de avaliações mais aprofundadas do território, uma vez que os resultados obtidos ainda carecem de compreensão plena para garantir a valorização histórica, cultural e o reconhecimento social. Observou-se que,

no contexto do patrimônio territorial, predomina um sentimento de impacto limitado e pouco colaborativo sobre a construção da identidade local.

Outro símbolo de Araruna é a Praça Central, que homenageia a Padroeira do Paraná, Nossa Senhora do Rocio. No local, encontra-se uma gruta com uma pequena imagem da santa, bem como um monumento da Arara Azul.

Assim, reforçando os referenciais deste estudo e em relação ao objeto analisado, evidenciou-se a importância do contexto histórico e dos princípios independentes consagrados com a emancipação do município. A formação da Província do Paraná e a constituição das cidades paranaenses, a partir do litoral, da região de Curitiba e dos Campos Gerais, conforme informações contidas no Quadro 14, destacam o patrimônio cultural de Araruna como espaço de discussão dentro da dimensão cultural, englobando seus valores e códigos de conduta. O centro cultural do município revela a preocupação em consolidar as ações culturais tradicionais, sendo que neste espaço encontra-se instalada a Casa da Cultura do município, conforme apresentado na Figura 17.

Figura 17 - Casa da Cultura



Fonte: Site da Prefeitura (2024)

O estudo voltado à classificação da importância dos componentes e variáveis culturais, bem como suas contribuições para a compreensão do papel da cultura no desenvolvimento do território, evidenciou o panorama das ações culturais, destacando:

- a) Multiculturalidade, valores e códigos de conduta: diversidade, biodiversidade e território;
- b) Manifestações e equipamentos culturais;
- c) Estrutura de mídia;

d) Economia criativa.

Por meio da análise da multiculturalidade, foi possível compreender a cultura local, a diversidade de grupos culturais e as relações de integração entre eles, considerando o conjunto de manifestações desenvolvidas pelo miscigenado povo ararunense. Observou-se, assim, expressões culturais em diferentes esferas da vida cotidiana, como o artesanato, os costumes, hábitos, culinária, religião e folclore. Aspectos históricos, como a colonização, os hábitos e as lendas dos moradores, redimensionaram a cultura local, sobretudo em relação à contribuição de grupos de imigrantes. Entre os legados culturais destacam-se: os indígenas, com hábitos como o consumo de plantas herbáceas, erva-mate, pinhão, mel, milho, mandioca e tabaco; os tropeiros, que introduziram o chimarrão, o café e o feijão-de-tropeiro; e os afrodescendentes, com a feijoada, a cachaça, danças e ritos específicos.

A comunicação social e os meios que divulgam informações culturais constituem a estrutura de mídia do município. Esta estrutura desempenha papel essencial na promoção de modelos de negócios e na gestão de atividades, produtos ou serviços desenvolvidos localmente, valorizando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual dos munícipes, além de contribuir para a geração de trabalho e renda, reforçando a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico do território.

Quadro 14 - Dimensão Cultural: Valores e códigos de conduta, patrimônio cultural, cultura empresarial

| Dimensão | Componentes | Variáveis |
|--------------------------|---|---|
| Dimensão Cultural | Multiculturalidade (valores e códigos de conduta) | - Diversidade de grupos culturais com relações intragrupos. |
| | Manifestações e equipamentos culturais | - Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas. - Presença de equipamentos culturais distribuídos no território. - Orçamento destinado à cultura em um território. |
| | Estrutura de mídia | Quanto maior a diversidade de mídia, em termos de propriedade e tipologia (pública, comunitária, privada de rede, privada local), mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento. |
| | Economia criativa | Quanto mais geração de emprego e renda baseadas em atividades culturais, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento. |

Fonte: Grupo ProPat, 2023 - Adaptado pela Autora (2024)

Considerou-se ainda, as políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas, os indícios multiculturais que apoiam as políticas públicas contribuindo para o crescimento em potencialidades para uma sociedade civil organizada, as políticas federais de aperfeiçoamento à inovação nos setores produtivos os quais visam: (i) agregar valor a produtos e propiciar ganhos

em processos produtivos; (ii) aumentar a produtividade na economia; e (iii) contribuir para o desenvolvimento econômico. No intuito de entender que:

O desafio da investigação descrita no presente texto é o exame de como as alterações nas práticas culturais geram as formas novas de identificação social entre a população e as práticas culturais territorializadas. Mediante essa identificação, é possível delinear a organização de políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural com suas manifestações e práticas presentes no território. (Santos et al. 2023, p. 160).

Em relação aos valores, códigos e condutas socialmente institucionalizados, é fundamental compreender as dinâmicas culturais da comunidade local, envolvendo especialistas, professores, empresários, funcionários públicos e demais atores com conhecimento aprofundado sobre a temática e interesse no desenvolvimento territorial. A pesquisa investiu na construção de conhecimentos que permitiram análises e conceituações capazes de subsidiar a utilização de recursos financeiros públicos, contemplando planejamento, aplicação, fiscalização dos investimentos, avaliação das práticas e aprimoramento constante, com o objetivo de tornar as ações culturais mais eficientes.

Essas práticas culturais, por sua vez, geraram novas formas de expressão e fortalecimento da identidade social, contribuindo para a valorização dos bens culturais e a priorização dos valores e códigos de conduta do patrimônio cultural local.

Consolida-se, assim, a ideia de que as políticas públicas moldam o território; por isso, torna-se essencial atuar na sua organização, promovendo medidas que reforcem valores e códigos de conduta e enfrentem as desigualdades culturais existentes. A urgência em implementar ações imediatas e estruturadas, voltadas a investimentos em projetos culturais organizados segundo normas e conhecimentos técnicos, evidencia a necessidade de fortalecer a culturalização das comunidades locais e fomentar a participação ativa da população no desenvolvimento cultural do município.

Figura 18 - Casa da Cultura: Biblioteca - Anfiteatro - Sala de Balé - Recepção



Fonte: Autora (2024)

A institucionalização, pode configurar dificuldades de sustentação da cultura histórica dos cidadãos, ou seja, uma visão moderna sobre as produções culturais, para inserção ao conceito de cultura propriamente dito, conforme pode-se observar na Figura 18, representadas por atividades executadas na Casa da Cultura pela comunidade local com apoio da gestão pública em ações culturais: Pinturas de Pneus, Concurso de Poesias, envolvendo os alunos das escolas; celebrações juninas.

O município celebra, em junho, a tradicional Festa de Santo Antônio, com quermesse, comidas típicas e apresentações culturais. Às sextas-feiras, a Feira do Agricultor reúne produtos locais, artesanato e opções gastronômicas. No aniversário da cidade, em 29 de novembro, destaca-se o prato típico Arroz Tratoreiro.

Figura 19 - Prato Típico: Arroz Tratoreiro



Fonte: Autora (2024)

Na celebração do aniversário da cidade, conhecida como Expoara, o trator é o principal homenageado da festa. Os agricultores valorizam a máquina como instrumento central de seu trabalho e, para celebrar o evento, criaram um prato típico, o Arroz Tratoreiro (Figura 19). Os rizicultores participam do evento em homenagem ao trator, simbolizando seu papel no desenvolvimento agrícola local, com a participação de outros produtores da região em uma organização anual consolidada.

A Casa da Cultura do município ainda abriga um espaço destinado a um “museu”, constituído por materiais e peças antigas doadas pela comunidade. Embora esses objetos não possuam valor histórico formal relacionado à construção do povoado, apresentam valor simbólico significativo para as famílias doadoras e estão expostos para visitação, reforçando o vínculo entre memória comunitária e patrimônio cultural local.

Figura 20 - “Museu” - Peças antigas



Fonte: Autora (2024)

Isto, configurou-se em uma mudança de paradigma organizacional, fortalecendo a dinâmica cultural com intuito voltado à articulação e parceria para conscientização do processo cultural que, por vezes não caracterizaram a identidade histórica e tradicional que definem os elementos que identificaram a Cultura da comunidade local. E estas ações foram analisadas pela consideração aos equipamentos culturais também representados na Figura 21, e outros existentes no município.

Figura 21 - Eventos Culturais

Fonte: Central de Comunicação da Prefeitura Municipal (2024/2025).

A representação dos eventos culturais na Figura 21 evidencia a diversidade de manifestações presentes no município e aponta para a importância dos espaços onde essas práticas ocorrem. Esses equipamentos não apenas abrigam atividades artísticas, mas também operam como vetores de sociabilidade e preservação de saberes, consolidando-se como núcleos de valorização da cultura local. Sua existência e funcionamento refletem o esforço coletivo em institucionalizar a cultura como um direito e um bem público, articulando tradição, memória e inovação.

O termo equipamento cultural se refere a “edificações destinadas a práticas culturais”, como podemos observar nas representações acima referenciadas, servindo para designar organizações culturais das mais diversas tipologias como teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, museus, dentre outros. Serve de sinônimo para termos como casa de cultura, espaço cultural, complexo cultural, conjunto cultural, centro de cultura ou ponto de cultura (Coelho, 2012, 164).

Para tanto, foram considerados equipamentos culturais todos os espaços, cobertos ou abertos, de uso público permanente, destinados à produção, guarda, gestão e exibição de produtos

culturais de diversas áreas, podendo ser mantidos tanto pelo poder público quanto pelo setor privado.

A utilização desses equipamentos na dinâmica territorial constituiu uma estratégia recente para a construção do desenvolvimento local, mas está historicamente pautada em práticas culturais e modelos conceituais prévios, que permitiram interpretar intenções, atitudes, emoções e contextos sociais.

Alguns autores destacam que modelos culturais são tipicamente flexíveis e fluidos. Nesse sentido, a organização cultural em Araruna é dinamizada por esses modelos, ainda que parte da população possa não ter plena consciência desse processo, seja por limitações de articulação, escolhas individuais ou pela influência de modismos culturais contemporâneos, revelando um processo de aculturação.

Essa aculturação surgiu, em parte, da possibilidade de industrialização ou comercialização de eventos classificados como “culturais”, voltados à obtenção de lucro e à popularização de produtos, comportamentos ou estilos de vida. Tais práticas são exercidas tanto por gestores públicos quanto por organizações da sociedade civil, muitas vezes de forma fragmentada, sem integração com ações culturais históricas, o que acaba por descaracterizar elementos tradicionais do patrimônio cultural local.

Consequentemente, o patrimônio cultural territorial corre o risco de perder sua essência, promovendo uma compreensão distorcida sobre cultura e limitando o avanço real do desenvolvimento cultural. Os obstáculos encontrados na implementação de projetos ligados à dimensão cultural evidenciam um baixo nível de resultados concretos voltados à preservação dos elementos culturais tradicionais que efetivamente identificam o território de Araruna.

3.2.4 Dimensão Natural

A dimensão natural constitui uma das dimensões mais intrínsecas às discussões sobre desenvolvimento territorial, compreendido, por definição, como um fenômeno multidimensional que envolve múltiplas facetas e aspectos interconectados, dada sua complexidade. Por isso, é fundamental refletir sobre as ações no âmbito do desenvolvimento territorial, uma vez que sua análise exige equipes multidisciplinares ou interdisciplinares, evitando interpretações equivocadas que reduzam desenvolvimento apenas ao crescimento econômico.

Nesse contexto, a proposta de trabalhar com o conjunto de componentes e variáveis pertinentes à dimensão natural permite compreender de forma sistemática o patrimônio territorial, reconhecendo seu papel no processo de desenvolvimento dos territórios. No caso específico do

município de Araruna, os estudos e análises realizados sobre o patrimônio territorial evidenciam as prerrogativas da dimensão natural e suas potencialidades contributivas, considerando que:

Pode-se avançar ainda que os processos de desenvolvimento territorial são geralmente compostos por formas de iniciativas e de modos de inovação que, no mundo rural, são sobretudo conduzidos por unidades familiares. Isso não quer dizer que não se encontra inovação em grandes unidades. Mas a forma que a inovação toma nas unidades familiares é, [...], muito particular, pois ela se apoia na valorização local de recursos específicos do território. Em geral, isso não ocorre nas grandes unidades, que inovam para melhor adaptar sua produção no mercado mundial do qual elas dependem (Campagne; Pecqueur, 2014 apud Denardin et al. 2023, p. 197).

Para tanto, adotou-se uma abordagem baseada em revisão bibliográfica e na sistematização das experiências obtidas por meio de levantamentos de dados coletados em entrevistas e questionários, aplicados tanto em áreas urbanas quanto rurais do território. No que tange à dimensão natural, a discussão fundamentou-se em cinco componentes principais: (Bio)Geodiversidade, Agroecossistemas, Vulnerabilidade Ambiental Urbana, Cesta de Bens e Serviços Territoriais e Política de Estado para a Sustentabilidade.

Conforme Denardin et al. (2023), com base no ProPat, cada componente é composto por um conjunto de variáveis, as quais contam com instrumentos específicos de coleta de dados e escalas de classificação próprias. O trabalho desenvolvido objetivou a proposição de uma matriz de componentes e variáveis capaz de mensurar um Índice representativo da Dimensão Natural (IDN) no contexto do desenvolvimento territorial. Para isso, foram utilizados dados obtidos a partir do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio (IMAP), com seleção criteriosa de componentes e agrupamento de suas variáveis, permitindo análises detalhadas dos resultados, conforme apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 - Dimensão Natural - Patrimônio natural, paisagens, solo, minerais, fauna, flora, ambiente natural.

| Componentes | Variáveis |
|--|---|
| (Bio)Geodiversidade, expressada na presença dos geossítios | Atributos geológicos |
| | Infraestrutura e entorno |
| Agroecossistemas, como expressão da sustentabilidade rural | Diversidade produtiva |
| | Produtividade (produção em relação a área) |
| | Sanidade vegetal e animal |
| Vulnerabilidade Ambiental Urbana | Nível de transição agroecológica |
| | Vulnerabilidade Habitacional e de Infraestrutura urbana |
| | Pressão sobre o ambiente natural |

| | |
|--|--|
| | Insegurança alimentar e nutricional |
| Cesta de Bens e Serviços Territoriais | Bens e serviços privados e cenário de bens públicos de qualidade |
| | Sistema de governança |
| Política de Estado para a Sustentabilidade | Legislação Ambiental Local (Lei 6.938/81) |
| | Sistema de monitoramento e fiscalização ambiental Local (Lei 6.938/81) |

Fonte: Denardin, et. al. 2023, p. 182 - 184.

a) Na análise da dimensão natural do território de Araruna, cinco componentes foram considerados fundamentais para mensurar a sustentabilidade e as condições ambientais locais:

b) (Bio)Geodiversidade: refere-se à diversidade natural de feições e processos geológicos (substrato rochoso), geomorfológicos (formas de relevo) e pedológicos (solo) importantes. A geodiversidade abrange variedades de rochas, sedimentos, minerais, fósseis, formas de relevo e solos, bem como seus processos formadores, em escalas que vão do microscópico ao continental, e tem como objetivo a preservação dos geossítios.

c) Agroecossistemas: expressam a sustentabilidade rural e incluem parâmetros utilizados para mensurar a funcionalidade e sustentabilidade dos sistemas produtivos manejados pelos seres humanos, considerando técnicas agrícolas, diversificação de cultivos e práticas agroecológicas.

d) Vulnerabilidade Ambiental Urbana: caracteriza-se como a condição resultante da insuficiência no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, incluindo moradia, saúde, educação, saneamento básico e renda, bem como a dificuldade de alterar essa condição de vida.

e) Cesta de Bens e Serviços Territoriais: compreende os ecossistemas, paisagens naturais, cultivos, saberes tradicionais e agrobiodiversidade das áreas desfavorecidas, analisando os impactos do modelo produtivista de agricultura e pecuária local. Este componente destaca os recursos específicos do território e a construção social de um estilo de desenvolvimento alinhado à sustentabilidade.

f) Política de Estado para a Sustentabilidade: refere-se à capacidade de o município criar e implementar legislação ambiental local, estabelecendo diretrizes para proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente, fundamentadas em princípios éticos e sociais, com o objetivo de fornecer serviços públicos com menor impacto ambiental.

g) O Quadro 15 apresenta, para cada componente, um conjunto de variáveis, instrumentos de coleta de dados e escalas de importância, refletindo o cumprimento da proposta metodológica para o estudo da dimensão natural no contexto do Patrimônio Territorial de Araruna.

h) O estudo fundamentou-se nas análises sobre desenvolvimento territorial, considerando sua natureza multidimensional e questões ambientais, como conservação e gestão do território. Ressalta-se a importância do engajamento de gestores públicos e privados, bem como da sociedade civil organizada, visando estratégias de aumento da produtividade e geração de renda, sem comprometer o acesso da população aos bens e serviços essenciais à qualidade de vida.

i) No contexto do desenvolvimento territorial, foram analisados elementos como:

j) Paisagens: caracterização e classificação (naturais, antropizadas, com valor histórico-artístico-cultural, turístico ou destinadas à preservação ambiental) e estado de conservação.

k) Solos e subsolo (minerais e fósseis): tipos de solo, aptidão para uso, usos atuais, exploração econômica de minerais, aspectos paleontológicos e perspectivas de utilização sustentável.

l) Fauna e flora: tipologia, mapeamento e situação das áreas de preservação ambiental, como exemplificado pelo Parque do Lago do município (Figura 22).

m) A rodovia BR-487, conhecida como Estrada Boiadeira, apresenta diversas paisagens naturais, incluindo uma cachoeira visitada pela população local. Já na BR-272, próximo ao km 370, encontra-se a Capela São José, entre Farol e Campo Mourão, considerada uma das mais belas igrejas rurais da região. A construção mescla elementos rústicos e modernos, com uma via sacra em pequenos quadros de madeira talhados e coloridos, sendo local de missas e cultos realizados regularmente pela comunidade.

n)

(Figura 22 - Lago do Parque e Capela São José)



Foto: William Fialho, (s/d).

Ainda, versa sobre estudos os usos atuais e de potenciais valorização, tanto em termos econômicos, como ecológicos; situação quanto à preservação e aspectos a serem potencializados, revertidos ou substituídos do seu uso. Nestes termos pode-se observar a Figura 23.

Figura 23 - Parque das Araras



Fonte: Autora (2024)

Recentemente, Araruna foi contemplada pelo Programa Parques Urbanos, promovido pelo governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), conforme pode ser observado na matéria da Agência de Comunicação:

O Paraná ganhou nesta quinta-feira (23) o primeiro parque do programa Parques Urbanos, em Araruna, no Centro-Oeste do Estado. O Parque das Araras, com mais de 35 mil metros quadrados, deixou de ser um espaço subutilizado com problemas de erosão e se transformou em um reduto sustentável e de lazer. Ele compreende os bairros Jardim Primavera, Jardim Araruama, Jardim Furlaneto e Jardim Aquarius (Paraná, 2024).

O primeiro parque urbano do programa foi inaugurado em 2021, transformando uma área de fundo de vale anteriormente degradada, com sinais graves de desmatamento e assoreamento, em um espaço estruturado de lazer e preservação ambiental. Atualmente, o parque oferece trilhas, playground, pista de caminhada e academia ao ar livre, além de contar com a construção de uma

ponte que conecta o bairro Jardim Primavera ao Centro da cidade, melhorando a infraestrutura urbana e a acessibilidade.

O Programa Parques Urbanos, implementado em 2019 pelo Instituto Água e Terra (IAT), tem como objetivo a preservação de áreas sujeitas a processos erosivos e regiões de fundo de vale afetadas por degradação ambiental. A iniciativa busca contribuir para a conservação da biodiversidade e promover a interação entre a população e a natureza, com foco em duas funções centrais: social e cultural.

No município de Araruna, o Parque das Araras exemplifica essa proposta, oferecendo trilhas, espaços de lazer, playgrounds e áreas de preservação ambiental integradas ao contexto urbano. Além de ser um local de recreação, o parque funciona como um espaço de educação ambiental, destacando-se na recuperação de ambientes anteriormente degradados e na promoção de práticas sustentáveis no cotidiano da população.

A implantação de espaços como o Parque das Araras fortalece o vínculo entre população e meio ambiente, desperta o senso de pertencimento territorial e amplia a atratividade turística da cidade. Ademais, incentiva a valorização do patrimônio natural e potencializa políticas públicas de sustentabilidade.

A Figura 24 ilustra um elemento natural representativo do município de Araruna: uma cachoeira localizada na Estrada Boiadeira (BR-487, próximo ao Km-161, sentido Tuneiras do Oeste). Esta paisagem reforça a importância da conservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas associados, elementos fundamentais para o sucesso das ações previstas pelo Programa Parques Urbanos.

Figura 24 - Cachoeira - localizada na estrada Boiadeira a BR-487



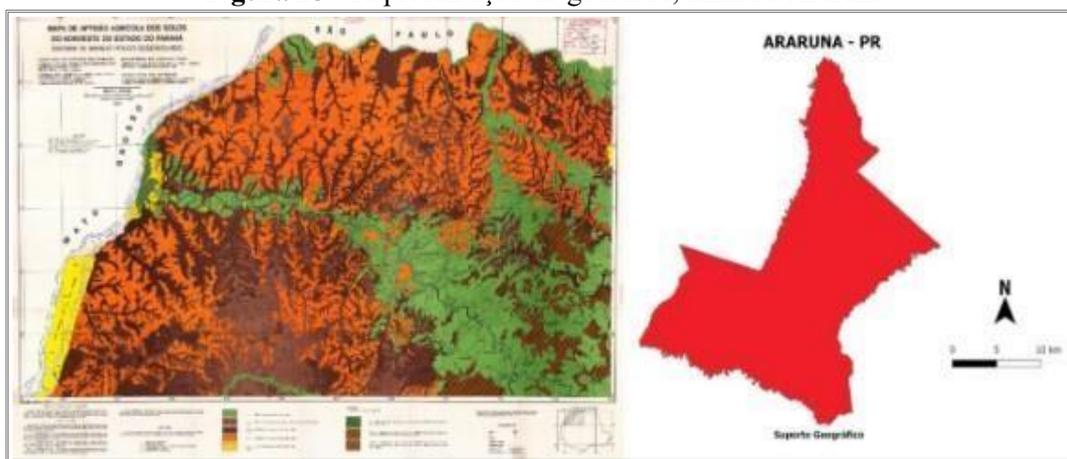
Fonte: Prefeitura Municipal (s/d).

Em análise das paisagens, solos, minerais, fauna, flora e ambiente natural do município de Araruna, representadas na Figura 25, observa-se que, em grande parte do território, o solo é

predominantemente arenoso, com baixo pH, havendo apenas uma pequena extensão de terra roxa localizada na região sudeste do município. O clima apresenta características mais secas em comparação à capital do estado, Curitiba, com verão quente e chuvoso e inverno temperado e seco.

A população estimada em 2022 era de 14.485 habitantes. A Figura 25 também evidencia a presença de geossítios no município, destacando suas delimitações geográficas, a concentração das formações geológicas e os valores associados, incluindo aspectos científicos, estéticos, ecológicos, turísticos, culturais e educativos. Essas informações reforçam a relevância do Patrimônio Geológico do território ararunense, contribuindo para a compreensão de sua geodiversidade e para a formulação de estratégias de preservação e uso sustentável dos recursos naturais locais.

Figura 25 - Representação do geossítio, ênfase a Araruna



Fonte: Embrapa – adaptado pela Autora (2024)

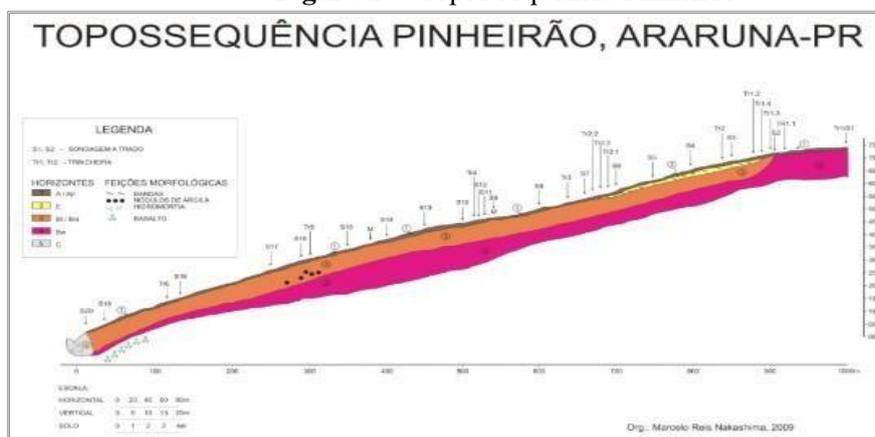
Em outras palavras, a figura traduz as representações rochosas, fósseis e formações do solo com características próprias deste local, sendo perceptível o Patrimônio Geológico. Em um inventário com levantamento de informações sobre o geossítio, propicia-se espaço para posteriores análises de seus potenciais e usos, com base em bibliografia e em especialistas da área de estudo. Tais informações contribuem para este trabalho de pesquisa, pois apresentam dados substanciais e complementares para o reconhecimento das caracterizações do objeto de estudo, com abordagem avaliativa quali-quantitativa, considerando os valores científicos, educativos e os riscos de degradação:

A topossequência Pinheirão assinala as transformações da cobertura latossólica da alta vertente em direção ao topo, ou seja, o avanço do B textural. [...] Da média vertente em direção ao fundo do vale também ocorrem transformações devido à mudança do material original. [...] O estudo desta topossequência

permite obter informações valiosas sobre a evolução da cobertura pedológica da área; permite também que seja feito um planejamento mais adequado ao uso e manejo dos solos em uma região submetida a severos processos erosivos. (Nakashima *et al.*, 2009, p. 2)

A esse respeito, destaca-se a Figura 26, que representa graficamente a topossequência Pinheirão, localizada em Araruna, e sintetiza visualmente as informações morfológicas do solo descritas por Nakashima *et al.* (2009). A imagem permite observar, com clareza, a dinâmica vertical e lateral dos horizontes pedológicos - como os horizontes E e B -, servindo de base para compreender os processos erosivos e orientar práticas de uso e conservação da terra. Assim, evidencia-se o papel dos geossítios como ferramentas educativas e estratégicas na valorização e proteção do patrimônio natural local.

Figura 26 - Topossequência Pinheirão



Fonte: Nakashima *et al.* 2009

Ademais, destaca-se a relevância do estudo das topossequências de solos na região, considerando que o município de Araruna se encontra em uma área pouco explorada para pesquisas científicas subsidiadas. A localidade é amplamente utilizada pela agricultura mecanizada e pela pecuária, tornando-a susceptível a sérios problemas de erosão do solo. Nesse contexto, os estudos de solos em topossequência são fundamentais, pois permitem um planejamento adequado para o manejo e a conservação desse recurso, contribuindo para a análise das dinâmicas de desenvolvimento territorial em âmbito local e para o avanço do território a partir do conhecimento gerado na dimensão natural do patrimônio.

Essa abordagem evidencia também o potencial de diversificação dos sistemas de produção. Entretanto, torna-se necessário desenvolver essas atividades com foco na implementação de práticas mais sustentáveis, alinhadas à agroecologia e à produção orgânica.

Para apoiar essas iniciativas, o IDR-Paraná conta com dois agrônomos no escritório local e três extensionistas atuantes na região, dispondo de recursos destinados à conservação e preservação ambiental do município.

Quadro 16 - Recurso do ICMS Ecológico Repassado aos Municípios em 2023

| ICMS ECOLÓGICO | VALOR (R\$ 1,00) |
|---|------------------|
| Fator ambiental - Unidades de Conservação | 19.658,49 |
| Fator ambiental - Mananciais de Abastecimento | - |
| Total | 19.658,49 |

Fonte: SEFA, IAT - **NOTA:** A partir de 2016 a fonte passou a disponibilizar os dados brutos.

O município conta com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SEMA), com um técnico em agropecuária. Destaca-se também a estrutura da Cooperativa Coamo, com dois agrônomos, e a presença de duas empresas de planejamento agrícola, igualmente com dois agrônomos. Diversos fatores contribuem para o desenvolvimento das áreas rurais, entre eles: maior acesso à educação e à terra, visando elevar a renda e reduzir a pobreza; prática de uma agricultura diversificada e sustentável; maior concentração de atividades, favorecida pela proximidade; e, sobretudo, instituições bem estruturadas e integradas, capazes de promover ações locais com resultados concretos.

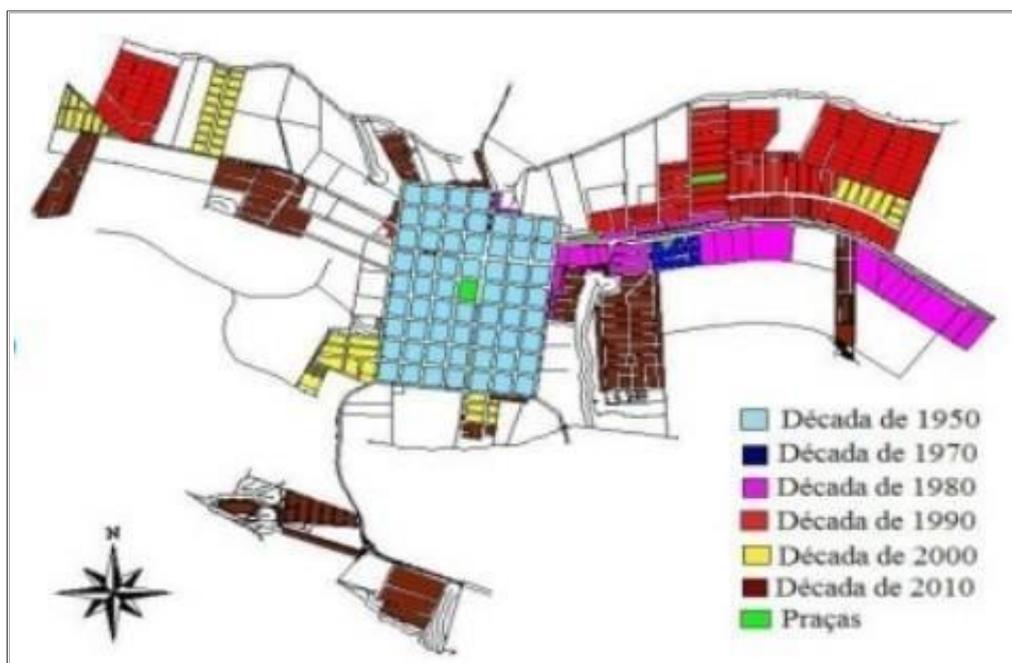
3.2.5 Dimensão Institucional

As proposições relativas à Dimensão Institucional do Patrimônio Territorial de Araruna têm como base interpretações que buscam reconhecer as instituições como mediadoras nos processos de interlocução entre o poder público e os sujeitos sociais do território, com vistas à definição e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial.

Neste contexto, o estudo apresenta uma proposta metodológica para o referencial da dimensão institucional do patrimônio de Araruna, abrangendo toda a malha urbana do município e considerando seu processo histórico de construção do espaço. A Figura 27 ilustra a expansão urbana do município entre os anos de 1950 e 2010, evidenciando a dinâmica de crescimento territorial e os padrões de ocupação espacial.

A análise dessa dimensão se estrutura em três componentes fundamentais:

Figura 27 - Mapa de expansão da malha urbana de Araruna



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Araruna (2012).

a) **Capacidade administrativa da estatalidade no território:** Este componente refere-se à aptidão do poder público em exercer direitos e deveres institucionalizados. A capacidade administrativa é entendida como a habilidade do governo de implementar programas econômicos e sociais visando a melhoria do bem-estar da sociedade, promovendo o desenvolvimento e criando alternativas para superar atrasos econômicos e sociais por meio da condução de projetos. Trata-se, portanto, da possibilidade de intervenções públicas com métodos capazes de gerar desenvolvimento sustentável no território.

b) **Políticas públicas de apoio ao desenvolvimento:** As políticas públicas, neste contexto, são concebidas como instrumentos fundamentais para a funcionalidade e avanço do desenvolvimento social. Elas são promovidas por ações governamentais que garantam direitos à população em áreas como saúde, educação, lazer, cultura, entre outras, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos.

c) **Atores, instituições e arenas de concertação:** Este componente contempla os agentes coletivos envolvidos na formulação, implementação, resistência e decisão de políticas públicas, incluindo membros de partidos políticos, movimentos sociais, burocratas, sindicatos, associações patronais, associações de trabalhadores, especialistas, organizações públicas e privadas, bem como meios de comunicação. Esses atores, munidos de recursos econômicos, midiáticos, capital político e

narrativas baseadas em valores socioculturais, podem influenciar o processo político atuando como promotores de políticas, opositores, aliados ou mediadores institucionalizados. Sua atuação ocorre frequentemente por meio de acordos e parcerias entre governo e organizações sociais, como sindicatos e associações profissionais, ocupando posições de grande visibilidade no território.

Dentre as variáveis analisadas nos três componentes, destacam-se:

- i. Estrutura administrativa;
- ii. Instrumentos de programação e planejamento;
- iii. Estruturas de comunicação, transparência e inovação;
- iv. Planos, programas e ações públicas;
- v. Ações públicas de apoio ao desenvolvimento;
- vi. Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial;
- vii. Estruturas de conversação e concertação social.
- viii.

Neste contexto, a proposta de trabalho “Abordagem Territorial do Desenvolvimento: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial”, avalizada pelo ProPAT (2023), ressalta a relevância dessas discussões, indicando a necessidade de aprofundamentos e debates posteriores sobre a temática.

(i) o papel das normas, regras e convenções para atração de pequenas e médias empresas e das empresas transnacionais, bem como suas possíveis formas de interação; (ii) a forte relação entre organização socioterritorial, inovação e desenvolvimento, (iii) a necessária (re)consideração do papel do Estado nos processos de desenvolvimento local-regional, principalmente nos países classificados como subdesenvolvidos, e (iv) a importância da estruturação de sistemas de governança territorial adequados e necessários à gestão territorial societária, constituindo-se nos processos de governança territorial (Dallabrida apud Gumieiro *et al.* 2023, p. 218).

No entanto, a mesma equipe de atores da proposta de trabalho, instituíram elementos de caráter conceitual, essenciais, mas com implicações metodológicas para o estudo da dimensão institucional do patrimônio territorial, dada a capacidade de aprimoramento às organizações institucionais, referenciando:

Vázquez-Barquero (1996) refere-se às dimensões *hardwave* (infraestruturas), *software* (iniciativas de qualificação dos recursos humanos, apoio à inovação e difusão da tecnologia) e *orgware* do desenvolvimento local/regional/territorial. O destaque é dado para a dimensão *orgware*, referindo-se às ações relacionadas a melhorar a organização social para o desenvolvimento, consistindo em aprimorar a capacidade de organização que existe na cidade, região ou território. Tratam-se de ações de apoio à capacidade organizativa territorial, constituindo-

se uma das condições para o surgimento de processos inovativos, com reflexos positivos no desenvolvimento (Gumieiro, et al. 2023, p. 218).

Neste aspecto, ao valorizar as inovações tecnológicas e aprofundar-se nas questões contemporâneas, a dimensão institucional estabelece relações com a melhoria da capacidade organizacional, apoiando-se nas competências humanas e nas organizações voltadas ao aperfeiçoamento evolutivo do território. Essa abordagem cria condições para que o desenvolvimento se dê por meio de processos inovadores, contribuindo para a pesquisa e a gestão do patrimônio territorial ararunense.

Dessa forma, as proposições no âmbito da Dimensão Institucional, articuladas às institucionalidades públicas e privadas - sejam sociais, políticas ou corporativas -, conforme apresentado no Quadro 17, indicam, por meio de seus componentes e variáveis, elementos conceituais e implicações metodológicas relevantes para o estudo da dimensão institucional do patrimônio territorial do município.

Quadro 17: Dimensão Institucional - Institucionalidades públicas e privadas (sociais, políticas, corporativas)

| Dimensão | Componentes | Variáveis |
|------------------------|---|---|
| Dimensão Institucional | Capacidade administrativa da estabilidade do território | Estruturas Administrativa |
| | | Instrumentos de Programação e Planejamento |
| | | Estruturas de comunicação, transparências e inovação |
| | | Planos, Programas e Ações Públicas |
| | | Ações públicas de Apoio ao desenvolvimento |
| | | Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial |
| | | Estruturas de conversação e concertação social |

Fonte: Autora (2024)

Os elementos conceituais da Dimensão Institucional, com ênfase ao Patrimônio Territorial do Município de Araruna, pressupõem:

- a) Estrutura administrativa e o papel do Estado na dinâmica territorial do desenvolvimento; alertando para:

Esses novos desenhos produzem, sob o mesmo marco geográfico de tipo político-administrativo, o entrecruzamento de escalas de políticas públicas diversas, oriundos de diversos setores (saúde, educação, indústria, agricultura, ciência e tecnologia, assistência social). Essas políticas, em sua inserção territorial, podem levar à complementaridade e subsidiariedade operacional, multiplicando a potência do desenvolvimento, ou acarretar na sobreposição e duplicidade das ações, com desperdício de recursos e ineficácia das iniciativas, muitas vezes redundantes e pouco efetivas (Gumieiro, et. al. 2023, p. 217).

b) Políticas públicas do município, devem constituir-se de apoio a um processo inovador de desenvolvimento territorial; destaque com vistas as funcionalidades e avanços no desenvolvimento da sociedade, promovidas por ações governamentais que garantam os direitos à população em diversas áreas:

Defende-se aqui, como imperativo para avançarmos no debate do tema, que as políticas públicas tenham como foco principal desencadear um processo inovador de desenvolvimento, ainda que enriquecidas pela historicidade dos saberes e prática socioculturais e cooperativas locais.

Toma-se como parâmetro para a abordagem sobre inovação a acepção proposta por Emmendoerfer (2019), como um processo que requer de indivíduos e organizações uma capacidade para permitir a identificação e a prática de ideias novas, aprimoradas ou renovadas, como referências na solução de problemas que impliquem melhor desempenho nos resultados esperados pelas administrações públicas, ou sociedade em geral, em termos de eficiência, eficácia e valor. O debate teórico sobre inovação e sua relação com o desenvolvimento tem resultado em diferentes abordagens, por exemplo, sobre cidades ou territórios inteligentes. (Fuini et al. 2023, p. 221).

Os autores enfatizam que é preciso ressaltar mais dois aspectos importantes nesse debate:

(i) um, relacionado às estratégias de divulgação externa de aspectos da identidade do lugar ou território, a exemplo de estratégias de marketing e/ou branding territorial; (ii) outro, referente ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS) no setor público, como mecanismo de aperfeiçoamento da divulgação e como facilitadora do atendimento dos cidadãos. Nesse sentido, é importante investir no marketing territorial, conforme assegura Sexto et al. (2001 apud Gumieiro et al., 2023):

Sexto et al. (2001) expõem quatro princípios básicos do marketing de lugares ou territórios: (i) pensar e planejar o desenvolvimento a partir dos residentes, turistas e investidores; (ii) promover uma análise integrada e permitir ações em perspectiva a esses públicos citados; (iii) promover políticas de desenvolvimento sustentável promotoras da identificação territorial, e (iv) praticar promoções com o intuito da visibilidade e notoriedade dos lugares. (Gumieiro, et. al. 2023, p. 218).

c) Atores, instituições e arenas de concertação: possibilidades e desafios. Nessa perspectiva são o as discussões de Fuini, *et al.* (2023):

(i) as instituições políticas e econômicas funcionam como as regras do jogo que parametrizam as interações entre os agentes de um território, moldando seus contornos; (ii) as instituições são sempre sustentadas por coalizões de forças sociais e existe uma correlação direta entre a extensão de uma coalizão e o caráter incluyente ou excluyente das instituições; (iii) para ter poder em uma coalizão, os atores precisam mobilizar ativos, trunfos, capitais, sendo que a formação de coalizões envolve vários aspectos, tais como, a combinação de interesses a serem atendidos, mas também envolvem a mobilização de recursos

para sustentar as instituições que possam atendê-los; mais ainda, envolve também estratégias que permitam a construção de um campo de interações entre atores diferentes, plasmando ideias-força e formas de expressá-las (narrativas, projetos, agendas, programas) que permitam combinar esses interesses e diferenças em uma equação coerente, que faça sentido e possa ser partilhada; (iv) o território é, a um só tempo estado e movimento das contradições que envolvem essa tríade formada por coalizões de atores, os ativos que elas mobilizam, e as instituições que são geradas a partir daí, estabilizando (ou mudando) as relações entre aqueles atores e aquela distribuição de ativos; (v) finalmente, políticas públicas e outros fatores exógenos a um território podem alterar algumas dessas condições do ciclo, mas também podem simplesmente reforçá-las.

Neste contexto, a equipe de trabalho do Grupo ProPAT, fez considerações referenciando “a possibilidade de se formar coalizões, considerando que estas podem ser um trunfo para atores menos empoderados avançar em defesa de seus interesses frente às redes de poder socioterritorial dominantes.” (Favareto, 2023, p. 225). Isto revelou que o que destaca a Lei, um conflito de interesses surge quando um interesse privado do agente público pode influenciar de forma indevida o desempenho de sua função pública ou comprometer o interesse coletivo (inciso I, art. 3º, Lei nº 12.813/13), significando que podem acontecer situações em que alguns pontos de interesse, por diversos motivos, gerem interferência na tomada de decisões, afetando a coletividade, implicando pensar que:

Portanto, em um processo de concertação social regional/territorial com vistas ao desenvolvimento, o Estado necessita exercer um novo papel, não mais só regulador, nem intervencionista, nem paternalista, mas inovador, integrador e promotor do desenvolvimento (Fernández, 2001; 2003). Isso implica na participação cidadã dos diferentes atores sociais, como protagonistas do processo, com reflexos diretos na governabilidade (Gumieiro et al. 2023, p. 219).

Para analisar os mecanismos de participação comunitária, consideraram-se como fontes de estudo as Diretorias, Conselhos, Comitês, Comissões e Departamentos que estruturam institucionalmente as organizações da sociedade local. Destacou-se, nesse contexto, a possibilidade de participação da comunidade na elaboração de legislações relacionadas a acordos de trabalho, bem como a existência de Comissões Permanentes de Concertação Social (CPCS), compostas por membros do governo local, associações sindicais e patronais. Essas estruturas possuem competência para apreciar projetos legislativos de âmbito sócio-laboral, integrando elementos institucionais e sociais às questões laborais.

O objetivo é viabilizar o diálogo entre o poder público, sindicatos e associações empresariais, estabelecendo acordos ou consensos que considerem as dimensões do patrimônio

territorial como diretrizes para novos usos e práticas socioeconômico-ambientais, favorecendo o bem-estar da população local (Dallabrida, 2020, p. 70).

A pesquisa evidencia que os arranjos e sistemas produtivos constituem espaços relevantes de estudo, fundamentados nos processos históricos de construção da sociedade ararunense e na caracterização de suas múltiplas dimensões territoriais - natural, social, cultural, institucional, intelectual/humana e produtiva. Nesse sentido, o estudo utilizou a matriz referencial apresentada no Quadro 17, cuja estrutura organizacional aborda a capacidade administrativa e a estabilidade do território como componentes centrais da dimensão institucional.

As variáveis analisadas incluem: estruturas administrativas; instrumentos de programação e planejamento; estruturas de comunicação, transparência e inovação; planos, programas e ações públicas; ações públicas de apoio ao desenvolvimento; atuação de atores e instituições no processo de articulação territorial; e estruturas de conversação e concertação social. A abordagem proposta permitiu avaliar de forma integrada o papel dos atores sociais e institucionais no território de Araruna, correlacionando-os com suas potencialidades de desenvolvimento e contribuindo para a articulação estratégica das dimensões cultural, econômica, social, ambiental e institucional.

3.2.6 *Dimensão Produtiva*

Com foco contextualizado e tomando como base os referenciais teóricos apresentados nesta pesquisa, compreendeu-se que a dimensão produtiva e seus sistemas fundamentam-se nos pressupostos da dinâmica territorial do desenvolvimento. A partir disso, propuseram-se indicativos sistematizados que embasam o arranjo organizado, abrangente e complexo necessário à realização deste estudo, contemplando diagnóstico, análise e prospecção territorial. Nesse contexto, as evidências coletadas refletem as fundamentações e objetivos da pesquisa, considerando que o território de Araruna apresenta necessidades de intervenção em seus arranjos produtivos, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de reflexão sobre sua configuração espacial futura.

A caracterização socioeconômico-cultural e ambiental do município sustentou essas análises, permitindo identificar domínios, vertentes, influências, sensibilidades, oportunidades, fragilidades e potenciais desdobramentos. A pesquisa territorial avaliou alternativas para reorganizar as práticas produtivas com uma visão prospectiva, considerando o município como recorte territorial.

Essa abordagem reconheceu os componentes e variáveis da dimensão produtiva, que contribuíram para a estruturação de um instrumental metodológico capaz de gerar cenários,

subsidiar políticas públicas e definir prioridades na promoção do desenvolvimento territorial, evidenciando:

Os sistemas produtivos no nível local têm se apresentado de inúmeras formas, desde sistemas produtivos locais, a sistemas agroalimentares localizados, a economia social e solidária, além de apresentarem-se sob a forma de variados arranjos formais ou informais de produção e distribuição da riqueza ou produto de uma sociedade. Nesse contexto, a combinação entre mercado e reciprocidade tem ampliado as práticas produtivas cujo componente identitário e cooperativo se destaca. Os modos de regulação e governança são elementos chave para se pensar esse tipo de organização territorial, que ultrapassa os limites da simples organização econômica do território. São esses modos de governança que constituem canais propícios à formação de uma consciência eco-socio-econômica que poderia alavancar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, mais compatíveis com o patrimônio territorial (Büttenbender et al., 2023, p. 251).

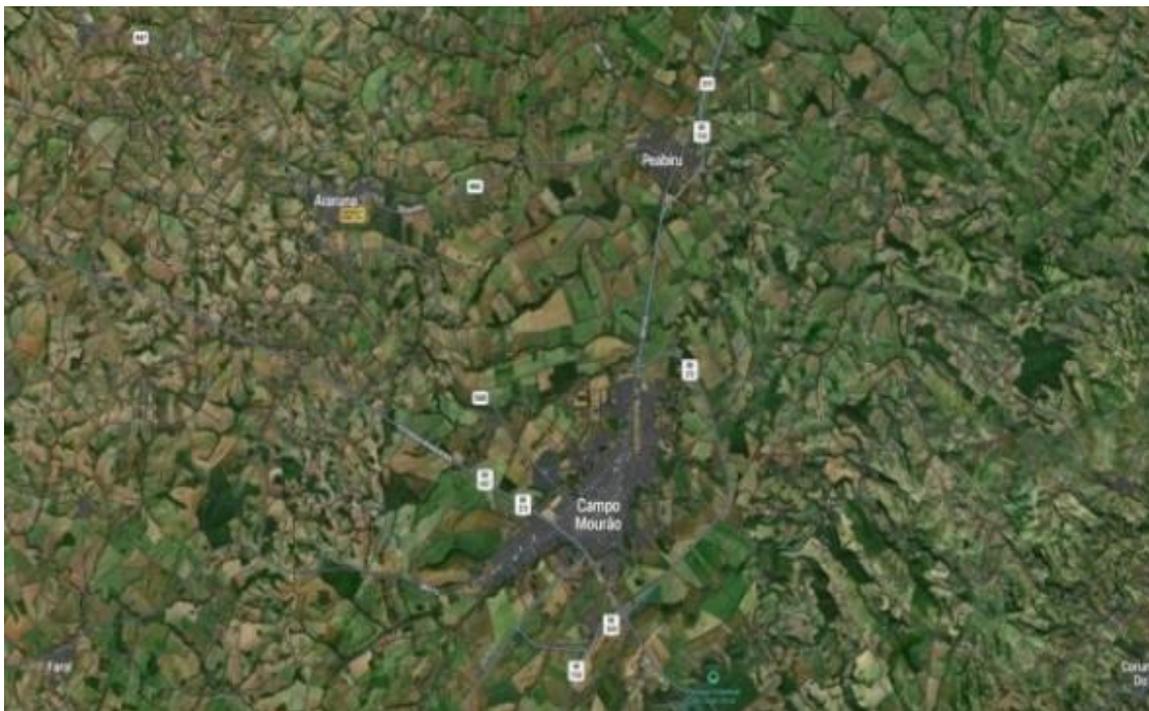
Com base nas análises realizadas, foi possível identificar a presença de elementos que evidenciam a dinâmica econômica em Araruna, alinhando-se aos fundamentos teóricos do desenvolvimento territorial. Destacam-se, entre esses elementos, o trabalho e a renda, as atividades produtivas, o acesso a recursos financeiros e a inovação tecnológica.

A pesquisa constatou a existência de projetos concebidos pela própria população local, representando avanços significativos na geração de renda e na exploração das potencialidades produtivas. Segundo os agentes públicos entrevistados, tais projetos foram estruturados a partir de diagnósticos consistentes e respeitaram as especificidades do sistema produtivo local, resultando em modelos que podem servir como referência para outras iniciativas.

Entretanto, as discussões revelaram tensões entre as propostas locais e os modelos normativos existentes, uma vez que regras e diretrizes operacionais nem sempre dialogam com a realidade do território. Essa constatação evidencia a necessidade de uma reavaliação crítica dos formatos padronizados, permitindo a construção de alternativas mais adequadas à realidade de Araruna.

A Figura 28 ilustra a configuração espacial da região, evidenciando a articulação do município com áreas vizinhas, como Peabiru e Campo Mourão, bem como as principais vias de circulação, fundamentais para o fluxo de mercadorias, pessoas e informações, contribuindo para a análise integrada das dinâmicas produtivas e do desenvolvimento territorial.

Figura 28 - Imagem de satélite da região de Araruna, Peabiru e Campo Mourão, com destaque para o sítio urbano e rodovias de acesso



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens do Google Earth (2024)

A partir da configuração territorial analisada, evidenciou-se a importância de uma abordagem multidimensional do desenvolvimento, considerando o município de Araruna e seu entorno regional. A imagem satelital permitiu identificar relações espaciais relevantes, reunindo evidências para subsidiar a valorização do patrimônio local, aspecto central na formulação de estratégias que fortalecem o desempenho econômico do território.

A pesquisa sobre o patrimônio territorial de Araruna envolveu uma análise abrangente dos diversos aspectos que caracterizam a localidade, engajando gestores públicos, organizações do terceiro setor, a sociedade civil e entidades empresariais. Esses atores foram fundamentais para compreender as diferentes dimensões do desenvolvimento local.

No âmbito econômico, o estudo partiu da análise dos recursos financeiros, considerando o montante de renda em circulação, tanto mensal quanto anual, as perspectivas de atração de investimentos futuros, bem como a origem desses recursos. Também foi avaliada a presença de instituições do setor financeiro no município e a disponibilidade de linhas de crédito voltadas a investimentos públicos e privados, além do ganho médio per capita da população.

Em relação ao sistema agrário, foram analisados os cultivos agrícolas, as atividades extrativo-vegetais e extrativo-minerais, a pecuária e a hortifruticultura, considerando-se a renda gerada por setor, a sustentabilidade ambiental das práticas, a inovação tecnológica, a capacidade de agregação de valor e o estímulo à dinamização de novos elos nas cadeias produtivas. Avaliou-

se ainda o destino da produção - consumo local, beneficiamento regional ou exportação - e o percentual de terras destinadas à produção orgânica.

No setor industrial, a pesquisa abordou a diversidade de atividades, o percentual médio do orçamento anual investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o investimento em bens de capital, o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), a certificação ISO 14.000 ou similares e a capacitação profissional dos colaboradores.

Quanto às atividades comerciais e de serviços, analisou-se a participação de cada setor na renda local, o número de pessoas empregadas em P&D por 1.000 habitantes e a distribuição de investimentos e oportunidades de inovação.

O exame de equipamentos e infraestrutura contemplou a quantidade, qualidade e potencial de dinamização do setor produtivo, além dos impactos na qualidade de vida da população. Foram consideradas necessidades não atendidas, projetos planejados em plataformas de transporte e armazenagem, percentual de empreendimentos que utilizam energias renováveis, áreas de risco e existência de projetos de mitigação, bem como a população residente em regiões vulneráveis. Também foram avaliadas instalações básicas como centros de saúde, creches, escolas, hospitais e universidades, em relação à população local.

A integração das informações sobre sistemas industrial, comercial e de serviços, infraestrutura, equipamentos e condições socioambientais permitiu delinear um panorama detalhado das dinâmicas produtivas e sociais do município. Esses elementos, associados às categorias epistêmico-teóricas adotadas, possibilitaram uma compreensão abrangente do desenvolvimento territorial de Araruna, considerando tanto os recursos disponíveis quanto os desafios enfrentados em diferentes dimensões do território.

No Quadro 18, a Dimensão Produtiva apresenta os recursos financeiros, terras, maquinário e equipamentos, assim como a infraestrutura do município, classificando-os quanto às características que integram o território. As variáveis analisadas subsidiaram a construção de escalas de avaliação, tornando efetivo todo o processo da pesquisa.

Conforme o Grupo ProPat (2023), as ponderações descritas constituem componentes estruturais para a sistemática de análise proposta, sendo eles: C1 - Sistemas Produtivos Territoriais; C2 - Sistemas Agroalimentares Locais e/ou Agrossilvopastoris; C3 - Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas; C4 - Empreendimentos Sociais e Cooperativos de Coleta; e C5 - Trajetória Socioeconômica do Território.

Quadro 18 - Dimensão Produtiva- Recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos, infraestrutura no Município de Araruna.

| Componentes | Variáveis e escalas de análises |
|--|---|
| C1 - Sistemas Produtivos Territoriais | i) estrutura produtiva: Estrutura e coordenação produtiva. ii) mudança técnica e processo de aprendizado: Iniciativas |
| | empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D. iii) governança e organização interinstitucional: coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias. |
| C2 - Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvopastoril | i) existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris: estrutura das propriedades e produtores. ii) mudança técnica e aprendizado: Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito. iii) governança e organização interinstitucional: Coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias. |
| C3 - Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas | i) mudança técnica e aprendizado: Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D. ii) governança e organização interinstitucional: coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias. iii) multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais: multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial. |
| C4 - Empreendimentos sociais e cooperativos | i) autonomia e autogestão: autonomia e autogestão. |
| C4 - Empreendimentos sociais e cooperativos | ii) solidariedade e cooperação: solidariedade e cooperação. iii) Inserção no mercado: Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado. |
| C5 - Trajetória socioeconômica do território | i) processo de colonização; Processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos: Processo de formação socioeconômica. ii) geração de trabalho e renda: Iniciativas de Geração de trabalho e renda. iii) aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos: projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos. |

Fonte: Büttenbender *et al.* 2023, p. 262 -265. Adaptado pela autora (2024)

As orientações e definições do referencial metodológico multidimensional para estudos territoriais, articuladas por meio do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), constituíram o arcabouço para a análise do patrimônio territorial de Araruna em suas dinâmicas de desenvolvimento. Cada uma das seis dimensões - natural, social, cultural, institucional, intelectual/humana e produtiva - contribuiu como componente estruturante, permitindo a composição de um índice capaz de representar de forma integrada os múltiplos aspectos do território.

As fundamentações teóricas e metodológicas validaram as razões históricas da produção do conhecimento, contextualizando a dinamização econômica a partir da elaboração e implementação de projetos alinhados ao sistema produtivo local. Consideraram-se os eixos

estruturadores do território, suas potencialidades de mercado e a existência de cadeias produtivas dinâmicas. Esses elementos subsidiaram a organização de ações e projetos no âmbito do Patrimônio Territorial, contemplando áreas estratégicas como: produção e transição agroecológica; processamento de produtos de origem animal e vegetal; obtenção de terras e loteamentos para assentamento de famílias; ordenamento e regularização fundiária; comercialização de produtos da agricultura familiar; desenvolvimento do artesanato; e infraestrutura hídrica e elétrica voltada ao desenvolvimento produtivo e comercial.

Entre os elementos estruturantes do município, destaca-se o Parque Industrial, cuja estruturação reflete a articulação entre investimento público e iniciativa privada, funcionando como um polo de consolidação das cadeias produtivas locais e como catalisador do desenvolvimento socioeconômico territorial (Figura 29).

Figura 29 _ Parque Industrial de Araruna



Fonte: Autora (2024)

É importante destacar que os avanços observados em Araruna resultam de debates que integraram diversos setores da sociedade local, com foco na geração de trabalho e renda e na ampliação das oportunidades produtivas. A análise das cadeias produtivas do município evidenciou que a indústria e a agropecuária se destacam em relação a outros municípios da região. No setor industrial, sobressaem-se a indústria moveleira, a alimentícia - especialmente os

derivados da mandioca - e a indústria de máquinas, todas desempenhando papéis estratégicos na economia local.

Na agropecuária, as culturas de soja, milho e mandioca, bem como a bovinocultura de leite e de corte e a avicultura de corte, apresentam relevância econômica significativa. Dados da SEAB/DERAL (2019) indicam que, na safra 2018/2019, a soja ocupou 27.900 hectares, com produtividade de 3.400 kg/ha; o milho de segunda safra, 3.000 hectares, com produtividade de 5.200 kg/ha; e a mandioca, 2.980 hectares, com produtividade de 22.000 kg/ha. Outras atividades complementares, como fruticultura irrigada, apicultura, piscicultura e bovinocultura de leite, também contribuem para a diversidade produtiva do território (Figura 30).

Apesar dessa diversidade e dinamismo, a pesquisa identificou que ainda há uma limitada integração territorial entre as cadeias produtivas, o que evidencia a necessidade de políticas e estratégias que promovam a articulação entre os diferentes setores, potencializando o desenvolvimento econômico e social do município.

Figura 30 - Produtividade rural do Município de Araruna



Fonte: Autora (2024)

Há produtores organizados em associações que comercializam parte da produção para a merenda escolar e em feiras livres, com destaque para hortaliças, frutas - como uva, morango e banana - e produtos panificados. Observa-se potencial para diversificação produtiva; entretanto, é necessário fortalecer essas atividades por meio de práticas mais sustentáveis, pautadas na agroecologia e na produção orgânica. Nesse sentido, a caracterização minuciosa dos dados e a

utilização adequada de técnicas e instrumentos de coleta tornam-se essenciais para validar todo o processo de pesquisa.

Embora Araruna apresente diversidade produtiva e certa organização econômica, ainda persistem lacunas na integração entre atores e cadeias produtivas. A ausência de articulação territorial mais ampla compromete o aproveitamento das potencialidades locais e limita o avanço de estratégias sustentáveis. A partir dessas constatações, torna-se necessário aprofundar a análise do território enquanto expressão de práticas sociais, representações simbólicas e estruturas institucionais. Nesse contexto, desenvolve-se a Seção 4, dedicada à análise do Patrimônio Territorial de Araruna e de seus elementos construtivos, com o objetivo de compreender como esses componentes contribuem para os processos locais de desenvolvimento.

4 ANÁLISE DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE ARARUNA

Nesta seção, realiza-se a análise dos dados coletados sobre o Patrimônio Territorial e os elementos constitutivos do território de Araruna. A pesquisa investiga como esses componentes interagem, influenciando o crescimento econômico e o desenvolvimento do município, ao mesmo tempo em que evidenciam as expressões culturais, identitárias e os valores simbólicos a eles associados.

A análise fundamenta-se nas dimensões do Patrimônio Territorial discutidas na Seção 3, consideradas essenciais para a compreensão da realidade local. Essas dimensões são examinadas no contexto específico do território de Araruna, abrangendo suas áreas urbanas, rurais e distritais, bem como as interações que influenciam o processo de desenvolvimento local.

A coleta de dados ocorreu entre janeiro e maio de 2024, por meio de questionários aplicados a membros da administração pública, representantes de associações, sindicatos e demais atores locais. Entre junho e agosto do mesmo ano, foram realizadas entrevistas qualitativas, nas quais os participantes compartilharam suas percepções sobre o território e suas dinâmicas.

Os resultados da pesquisa empírica serão apresentados a seguir, com base nos dados coletados e analisados à luz da teoria e da metodologia adotadas. A discussão enfoca as dinâmicas dos elementos materiais, as expressões culturais e identitárias e as políticas de desenvolvimento implementadas no município.

4.1. A construção dos sedimentos (i) materiais, as expressões culturais, identitárias, valores simbólicos

A realidade territorial de Araruna manifesta-se por meio de elementos que transcendem a dimensão puramente física do espaço. Os sedimentos materiais e imateriais revelam aspectos históricos, culturais e simbólicos que, articulados, contribuem para a configuração da identidade local e para a construção social do território.

Nesta etapa da análise, foram considerados três eixos principais:

- **Sedimentos materiais:** estruturas, edificações, espaços públicos, sítios históricos e demais elementos físicos que compõem a paisagem territorial;
- **Expressões culturais e identitárias:** festas populares, práticas cotidianas, saberes tradicionais, manifestações artísticas e modos de vida;

- **Valores simbólicos:** significados atribuídos aos lugares e elementos do território, construídos a partir da vivência e da memória coletiva dos moradores.

A investigação dialoga com as dimensões do Patrimônio Territorial discutidas na Seção 3 - cultural, humana e intelectual, social, institucional e produtiva - e foi conduzida a partir da escuta de associações locais, moradores e representantes institucionais. O cruzamento dessas informações com a observação direta do território e o levantamento histórico permitiu uma leitura crítica e sensível das dinâmicas que estruturam o município.

Esse percurso analítico evidenciou que o patrimônio territorial é continuamente produzido, apropriado e ressignificado. As formas pelas quais os sujeitos se relacionam com o espaço - atribuindo-lhe sentidos, memórias e usos - revelam padrões de permanência e transformação. Nesse contexto, a Figura 31 sintetiza visualmente os principais elementos materiais e simbólicos identificados, destacando os vínculos entre paisagem, memória e identidade territorial.

Figura 31 - Elementos (i) materiais do patrimônio territorial de Araruna



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Elaborado pela autora.

A partir desse conjunto de informações, tornou-se possível refletir sobre os caminhos já trilhados pelo município e sobre suas possibilidades futuras, considerando tanto as políticas públicas implementadas quanto as potencialidades locais. Trata-se, portanto, de compreender o território não apenas como base física, mas como expressão complexa de práticas sociais, representações culturais e formas diversas de apropriação.

4.1.1. Dimensão Natural de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação.

A análise do Patrimônio Territorial de Araruna, iniciou-se pela sua dimensão natural, considerada fundamental para a compreensão da base física e ecológica do município. A abordagem concentrou-se nos elementos que compõem o patrimônio natural - paisagens, solo, minerais, fauna, flora e o ambiente como um todo - investigados por meio de entrevistas semiestruturadas. A percepção dos participantes sobre esses aspectos foi avaliada com o uso da escala de Likert, com os seguintes níveis: “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4); Concordo Totalmente (5)”.

Os sedimentos observados no território são formados por processos naturais diversos, como a erosão de rochas, a precipitação química, a ação dos cursos d’água e a contribuição biológica de organismos vivos e mortos. Esses materiais foram depositados ao longo do tempo, moldando a paisagem e compondo a base física do território ararunense.

Quadro 19 - Dimensão Natural - Elementos construtivos do local

| Dimensão Natural | Elementos construtivos: |
|---|---|
| Interseções agrupando e identificando os componentes e variáveis e a representação dos elementos construtivos do local relacionados ao espaço estudado. | <ul style="list-style-type: none"> - Solo arenoso, de baixo pH, com presença pontual de terra roxa no sudeste; - Clima comparativamente mais seco que em Curitiba, com verões quentes e chuvosos e invernos secos e amenos; - Relevo suave a suavemente ondulado, favorecendo a agricultura mecanizada e a pecuária, mas também suscetível à erosão; - Limites territoriais definidos pelas proximidades com Jussara (N), Terra Boa (NE), Peabiru (L), Campo Mourão (SE), Farol (S), Tuneiras do Oeste (SO) e Cianorte (O). |

Fonte: Autora (2025)

A análise da Dimensão Natural do território de Araruna evidenciou a relevância dos elementos físicos que compõem o patrimônio local, tais como o solo, a paisagem, a fauna, a flora e os recursos hídricos. O solo predominante é arenoso, de baixo pH, com ocorrência pontual de terra roxa na porção sudeste do município. O relevo, suave a suavemente ondulado, favorece a agricultura mecanizada e a pecuária, embora contribua para a vulnerabilidade à erosão.

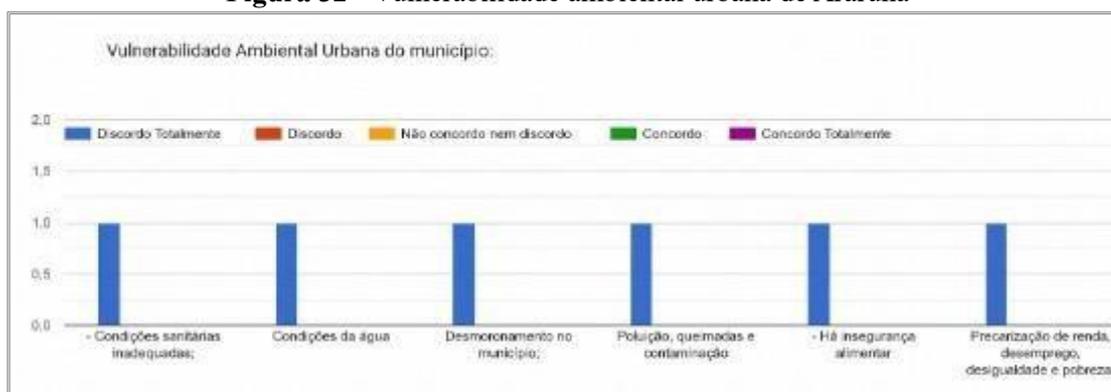
O clima, mais seco em comparação à capital do estado, caracteriza-se por verões quentes e chuvosos e invernos secos e amenos. Esse conjunto de fatores naturais delimita as possibilidades de uso e conservação do território, influenciando diretamente os modos de ocupação e a organização produtiva local. Verificou-se, ainda, que os processos naturais não apenas configuram o meio físico, mas também interagem com as práticas produtivas e sociais. Um exemplo é a adoção

de sistemas agroflorestais, como o cultivo de pinus destinado à indústria moveleira, que evidencia a articulação entre uso do solo e práticas sustentáveis de manejo. Destaca-se, também, a atuação de unidades produtivas familiares organizadas em associações e cooperativas com selo de produção orgânica, o que confirma a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

A existência de áreas classificadas como Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APPs), associada à legislação ambiental municipal e a projetos de educação e conscientização, reforça a importância da dimensão natural como elemento estruturante do território. Os agrossistemas locais demonstram que a base natural de Araruna está em constante interação com práticas produtivas e estratégias de conservação, ainda que os entrevistados tenham indicado baixa percepção de vulnerabilidade ambiental no espaço urbano.

Segundo os dados apresentados na Figura 32, aspectos relacionados às condições sanitárias, ocupação de imóveis, abastecimento de água, manejo de águas pluviais, bem como riscos de enchentes e desmoronamentos foram avaliados como de baixa vulnerabilidade urbana. De forma semelhante, riscos sobre o meio natural - incluindo poluição, queimadas, contaminação por substâncias químicas ou biológicas, insegurança alimentar e precarização socioeconômica (desemprego, desigualdade e pobreza) - também foram considerados praticamente inexistentes pelos participantes. Essa percepção, contudo, contrasta com evidências de que a intensa atividade agrícola resultou na substituição de grande parte da vegetação natural e, associada à fragilidade do solo do Arenito Caiuá, coloca Araruna entre as áreas mais degradadas ambientalmente do Paraná. Além disso, a prática de queimadas, tipificada como crime ambiental, bem como a ocorrência de alagamentos e furtos em áreas públicas (jardins e canteiros), contribuem para a configuração da vulnerabilidade ambiental do município.

Dessa forma, a síntese apresentada, aliada às metodologias aplicadas e aos resultados obtidos, permite afirmar que a pesquisa atinge seus objetivos ao difundir informações e conhecimentos que podem ser replicados em outros contextos. Contribui, assim, para a construção de políticas públicas mais adequadas às especificidades da vulnerabilidade ambiental urbana, visando à sustentabilidade socioambiental local. Do mesmo modo, os estudos disponibilizados oferecem subsídios a gestores públicos, operadores de transporte, pesquisadores e demais interessados no aprofundamento da compreensão e na busca de soluções para os desafios ambientais enfrentados por Araruna.

Figura 32 - Vulnerabilidade ambiental urbana de Araruna

Fonte: Autora (2025)

As questões aplicadas na pesquisa foram elaboradas de forma a captar a percepção de satisfação da comunidade quanto às ações determinantes na composição do território estudado. Os entrevistados demonstraram conhecimento dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade ambiental local, destacando os seguintes aspectos:

- **Atividade agrícola:** a conversão da vegetação nativa em áreas de cultivo impacta diretamente a biodiversidade e a estabilidade do solo;
- **Fragilidade do solo Arenito Caiuá:** sua baixa resistência torna a região mais suscetível à erosão e a outros problemas decorrentes do uso inadequado da terra;
- **Queimadas:** práticas recorrentes entre moradores, que além de poluírem o ar, afetam a saúde humana e a biodiversidade;
- **Alagamentos:** embora não sejam frequentes, em períodos de chuvas intensas a falta de infraestrutura adequada de drenagem evidencia fragilidades urbanas, causando prejuízos à população;
- **Furtos em áreas públicas:** a subtração de flores e elementos de embelezamento de jardins e canteiros representa desrespeito ao patrimônio coletivo e à consciência ambiental.

Por meio dos questionários, foi possível mensurar a opinião dos respondentes sobre serviços, produtos e experiências relacionados ao território. O uso da escala de Likert mostrou-se adequado, dada sua flexibilidade, permitindo captar nuances importantes das percepções. Os resultados evidenciaram a necessidade de ações que reduzam vulnerabilidades socioambientais.

As interpretações das respostas apontam para a urgência de medidas como:

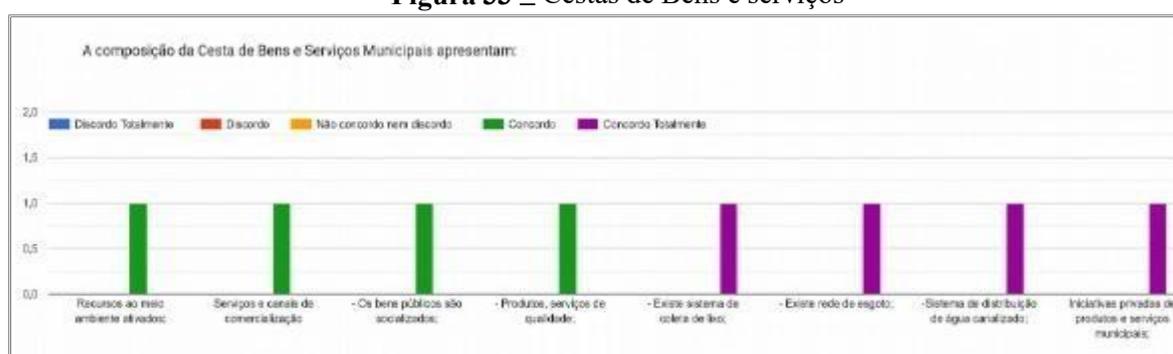
- **Práticas agrícolas sustentáveis,** com incentivo ao plantio direto, à rotação de culturas e ao uso de cobertura vegetal;

- **Recuperação de áreas degradadas**, por meio de projetos de restauração da vegetação nativa e mitigação dos efeitos da erosão;
- **Fiscalização e punição de crimes ambientais**, como queimadas e furtos em áreas públicas, assegurando aplicação efetiva da legislação;
- **Investimentos em infraestrutura urbana**, incluindo sistemas de drenagem e coleta de resíduos sólidos, para minimizar enchentes e poluição;
- **Educação ambiental**, com programas de conscientização sobre preservação e corresponsabilidade social na proteção do meio ambiente.

Os entrevistados ressaltaram, ainda, a necessidade de maior atuação do poder público. Apesar de reconhecerem iniciativas pontuais, como limpeza de bocas-de-lobo e campanhas de conscientização contra queimadas, apontaram que os esforços ainda são insuficientes para garantir um futuro sustentável ao município.

Além dos aspectos físicos e ecológicos, a pesquisa evidenciou que a infraestrutura ambiental de Araruna influencia diretamente a composição da chamada cesta de bens e serviços, integrando os recursos específicos do meio ambiente no município (Figura 33). Nesse sentido, verificou-se que os principais serviços - como coleta de lixo, rede de esgoto e sistema de distribuição de água canalizada - encontram-se ativados e em funcionamento. Ademais, os canais de comercialização local e a socialização dos bens públicos contribuem para a valorização dos produtos e serviços municipais, sendo complementados por iniciativas privadas de terceirização que fortalecem a qualidade da oferta, de acordo com a percepção dos entrevistados.

Figura 33 _ Cestas de Bens e serviços



Fonte: Autora (2025)

A composição de bens e serviços é fundamental para a economia, pois a produção, consumo e destinação dos resíduos dos itens produzidos impulsionam o crescimento econômico e satisfazem as necessidades da população, já que as atividades que atendem às necessidades do

consumidor, como serviços de saúde, educação, transporte, e serviços financeiros estão incorporados ao dia a dia da população, e essa integração evidencia como a infraestrutura ambiental não só reflete o trato com os elementos naturais do território, mas também potencializa a interação entre os recursos ambientais e a forma de organização, de distribuição e consumo dos serviços públicos e privados prestados à comunidade, contribuindo para a qualidade de vida local e para a sustentabilidade da região.

4.1.2. Dimensão Cultural de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação.

A dimensão cultural, ou patrimônio cultural de Araruna, constitui-se como resultado de um longo processo de construção e reconstrução socioeconômica e simbólica, cujas raízes remontam ao passado histórico do território. Esse patrimônio abrange tanto elementos herdados - representações, práticas, saberes e valores transmitidos entre gerações - quanto componentes (re)construídos em tempos mais recentes, os quais se sobrepõem, interagem e se ressignificam continuamente no espaço, integrando-se às dinâmicas territoriais.

Com o objetivo de subsidiar e comprovar os elementos que configuram os “sedimentos” culturais - expressões, valores simbólicos e códigos de conduta - foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados junto à população e aos agentes culturais de Araruna. A avaliação foi conduzida por meio da escala de Likert, estruturada nos níveis: “*Discordo totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4); Concordo totalmente (5)*”. Essa metodologia permitiu mensurar a importância atribuída aos aspectos relacionados ao patrimônio cultural, à cultura empresarial e às manifestações identitárias locais, oferecendo uma leitura sistemática da percepção coletiva sobre o papel da cultura no desenvolvimento territorial.

Quadro 20 - Dimensão Cultural - Elementos construtivos da dinâmica territorial do município

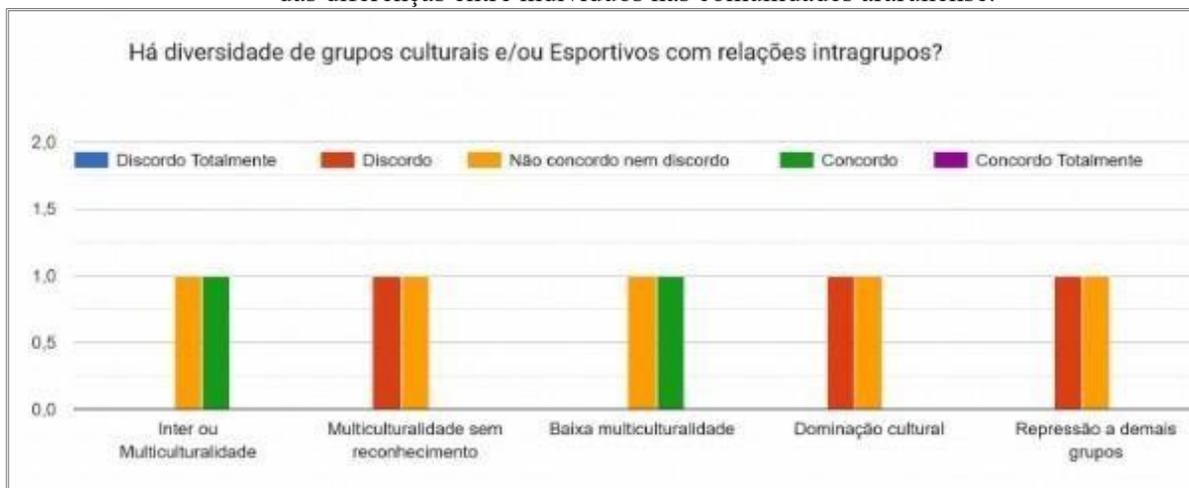
| Dimensão Cultural | Manifestações Culturais do local: |
|--|--|
| <p>Interseções agrupando e identificando os componentes e variáveis e a representados os elementos construtivos do local relacionado a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Multiculturalidade - Diversidade de grupos culturais com relações intragrupos. - Manifestações e equipamentos culturais - Estrutura de mídia - Economia criativa <p>Quanto mais geração de emprego e renda baseadas em atividades culturais, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - O povoamento, a cultura do café é predominante sendo produto que simboliza o espaço produtivo local, já que os primeiros povoados cultivavam o produto para comércio e subsistência. - Relações culturais intrínseca com o território; - Produção e reprodução associadas às atividades econômicas e sociais no território; - Nossa Senhora do Rocio, símbolo de Araruna, está a Praça Central, Padroeira do Paraná. Gruta que abriga a imagem da santa, e o monumento da Arara Azul; - Hábitos: de ingerir plantas herbáceas, erva mate, pinhão, mel, milho, mandioca e tabaco, herdados dos tropeiros, assim como do chimarrão, o café e o feijão-de-tropeiro. Dos afrodescendentes que trouxeram como legado a feijoada, a cachaça, suas danças e ritos; - Cultura institucionalizada - Casa da Cultura) - Prato Típico: Arroz Tropeiro |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Materialização e representação e dialética entre os processos territorializados; - Experiências culturais; |

Fonte: Autora (2025)

Verificou-se que as manifestações culturais identificadas no Quadro 20 resultam da criatividade de indivíduos, grupos e da sociedade, sendo constituídas pelo conteúdo cultural historicamente produzido no território. Constatou-se que a identidade cultural da população é marcada por uma miscigenação passiva, caracterizada pela assimilação de elementos diversos que, ao se integrarem, conformam a cultura identitária de Araruna. Essa identidade manifesta-se na autoidentificação coletiva, expressa em práticas como a preferência musical, as festividades populares, as tradições políticas, as narrativas transmitidas entre gerações, os modos de vestir, as artes, as religiosidades, a organização familiar, a culinária e o idioma, todos compreendidos como formas de representar a diversidade cultural local.

Essas características indicam a existência e o reconhecimento de agrupamentos culturais que dialogam diretamente com as raízes históricas da população. Tais agrupamentos são marcados pela herança cultural e pelas identidades compartilhadas nas afinidades coletivas, o que, por sua vez, dificulta a definição de uma identidade cultural única e homogênea. Assim, a identidade cultural de Araruna revela-se como um processo em constante construção, dependente das circunstâncias históricas e das peculiaridades culturais que compõem a sociedade local.

Figura 34 - Diversidade em grupos culturais e/ou esportivos envolvendo a compreensão e valorização das diferenças entre indivíduos nas comunidades ararunense.

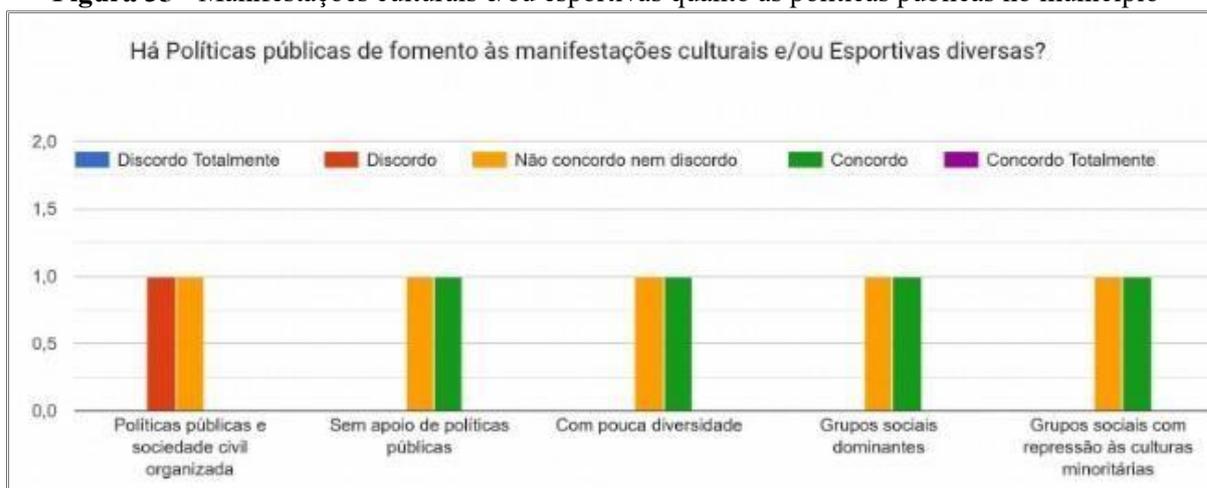


Fonte: Autora (2025)

O gráfico da Figura 34 revela uma relativa discordância entre os participantes quanto à coexistência de várias culturas, prevalecendo uma percepção de baixa multiculturalidade. No que se refere à interculturalidade - entendida como a interação e o respeito entre culturas distintas -, observa-se um baixo reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos, o que dificulta a caracterização de coletividades culturais específicas.

A análise da diversidade em grupos culturais e/ou esportivos evidencia a relevância deste estudo para a compreensão da valorização das diferenças entre indivíduos nas comunidades ararunenses. Foram considerados parâmetros como raça, etnia, gênero, idade, orientação sexual, habilidades e crenças, os quais se mostram cruciais para a promoção da inclusão social, do combate à discriminação e da construção de sociedades mais justas e equitativas.

Adicionalmente, verifica-se que a interculturalidade, embora conceitualmente fundamentada na interação respeitosa entre culturas e no reconhecimento de direitos, apresenta baixo grau de institucionalização no contexto local. A escassez de políticas públicas voltadas à promoção da diversidade cultural e o limitado reconhecimento formal de grupos reforçam a ausência de uma identificação clara de coletividades culturais. Como consequência, práticas simbólicas e expressões tradicionais tendem a diluir-se ou permanecer invisibilizadas, restringindo o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento territorial e instrumento de inclusão social.

Figura 35 - Manifestações culturais e/ou esportivas quanto as políticas públicas no município

Fonte: Autora (2025)

O gráfico da Figura 35 demonstra que há um nível relevante de concordância entre os entrevistados sobre a existência de manifestações multiculturais apoiadas por políticas públicas e por ações da sociedade civil organizada. Essas iniciativas são promovidas tanto pelo poder público quanto por coletivos locais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento regional e fortalecer setores econômicos estratégicos. Verificou-se, ainda, que esse processo tem recorrido a instrumentos e recursos econômicos, fiscais e creditícios, com destaque para a formalização de parcerias como mecanismo de articulação e viabilização das ações culturais no município.

Figura 36 - Eventos culturais esportivos e dotação orçamentária

Fonte: Autora (2025)

A Figura 36 aponta para a existência de políticas públicas locais voltadas às áreas da cultura e do esporte, acompanhadas de dotação orçamentária específica. No entanto, os dados sugerem que tais ações se materializam de forma pontual e, muitas vezes, desvinculada de uma política contínua e estruturada. Isso revela um modelo de gestão cultural e esportiva marcado por iniciativas esporádicas, normalmente concentradas em eventos sazonais ou comemorativos, sem a consolidação de programas permanentes de fomento.

Embora o emprego de recursos públicos denote certo compromisso institucional com essas áreas, a fragilidade na articulação entre planejamento, execução e monitoramento dessas políticas limita seu potencial transformador. Além disso, a ausência de critérios transparentes para a distribuição orçamentária e a falta de mecanismos de participação social dificultam a consolidação de uma política cultural e esportiva inclusiva, capaz de refletir a diversidade local e de gerar impactos sustentáveis no território.

Figura 37 - Distribuição dos equipamentos culturais e/ou esportivos



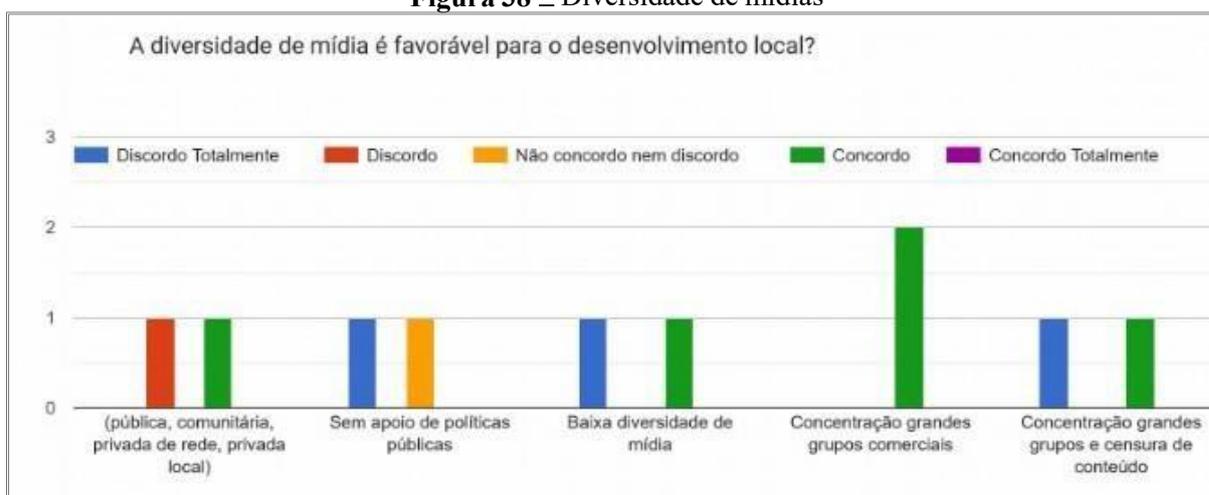
Fonte: Autora (2025)

A análise do gráfico da Figura 37 evidencia uma percepção contraditória entre os entrevistados: embora muitos considerem que os equipamentos culturais e esportivos estão bem distribuídos no município, os dados demonstram uma concentração em determinados bairros, revelando que a descentralização é ainda limitada. Essa discrepância sugere que, apesar das iniciativas para ampliar o acesso à cultura e ao esporte, a oferta não se distribui de maneira equitativa entre as diferentes regiões de Araruna.

No campo cultural, merece destaque a Casa da Cultura, que reúne espaços como anfiteatro, sala de cinema, museu, biblioteca e galeria de arte. Entretanto, a localização centralizada dessa estrutura restringe o acesso de moradores de bairros periféricos e da zona rural. Já no setor esportivo, existem equipamentos relevantes, como a Arena Multiuso Esportiva, situada no bairro Primavera, além da previsão de construção de uma segunda arena no Jardim Kielse. Contudo, a cobertura espacial dessas iniciativas ainda não contempla de forma abrangente todas as comunidades.

A concentração de equipamentos culturais e esportivos em áreas específicas tende a produzir desigualdades no acesso, limitando a participação plena da população nas atividades e comprometendo tanto o desenvolvimento social quanto a coesão comunitária. Para enfrentar essas disparidades, é imprescindível que as políticas públicas priorizem a expansão e descentralização dos espaços, de modo a assegurar que todas as regiões do município possam usufruir desses recursos em condições de maior equidade.

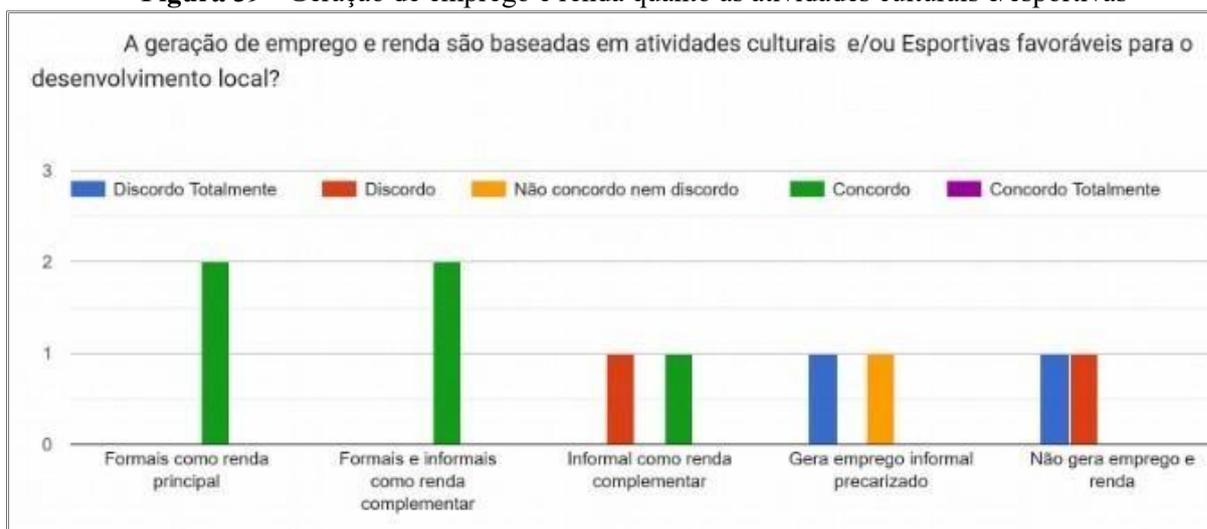
Figura 38 _ Diversidade de mídias



Fonte: Autora (2025)

A análise da Figura 38 revela que, segundo a percepção dos entrevistados, há uma presença significativa de diferentes tipos de mídias no município de Araruna, incluindo pública, comunitária, privada de rede e local.

Um exemplo é a Rádio Cidade FM 87,9, emissora comunitária operada pela Associação Independente de Apoio à Cultura Popular de Araruna. Desde sua fundação em 2005, a rádio tem desempenhado um papel importante na promoção da cultura local e na disseminação de informações relevantes para a comunidade. No entanto, a presença de outras mídias locais é limitada, o que pode restringir o acesso da população a uma gama mais ampla de conteúdos e opiniões.

Figura 39 - Geração de emprego e renda quanto as atividades culturais e/esportivas

Fonte: Autora (2025)

A análise da Figura 39 evidencia que as atividades culturais e esportivas em Araruna desempenham papel significativo na geração de emprego e renda, tanto em sua dimensão formal - enquanto ocupações principais - quanto na informal, funcionando como fontes complementares de sustento para inúmeras famílias. Esses setores contribuem para a dinamização econômica do município, confirmando o potencial da cultura e do esporte como vetores estratégicos de desenvolvimento local.

A pesquisa também revela o envolvimento do poder público na gestão e promoção dessas atividades, por meio de estruturas administrativas e físicas, como a Sala da Diretoria de Esportes, o Ginásio Municipal, o Estádio Ariovaldo Huergo, três campos sintéticos, a Casa da Cultura e o Auditório Municipal. Além disso, instrumentos de programação e planejamento, como o Calendário Cultural, o Plano Cultural e a utilização de verbas federais, reforçam o compromisso com a transparência e a comunicação, sobretudo por meio das redes sociais.

Constata-se, ainda, a presença de programas e ações públicas que fomentam projetos governamentais, festivais, concursos e atividades comemorativas, envolvendo especialmente crianças e adolescentes. Tais iniciativas contribuem para o fortalecimento da cidadania e da inclusão social por meio da arte, da cultura e do esporte.

Todavia, esse cenário apresenta desafios crescentes. A difusão de padrões culturais hegemônicos, amplamente disseminados pelas mídias digitais, tem impactado a identidade cultural dos grupos locais. Atribuições simbólicas associadas à imagem e ao status orientam o consumo cultural e esportivo, influenciando hábitos cotidianos e preferências coletivas. As redes sociais, ao mesmo tempo que ampliam a visibilidade das iniciativas locais, também intensificam

a inserção de tendências externas que, muitas vezes, invisibilizam manifestações culturais tradicionais.

Diante disso, a valorização da identidade cultural de Araruna demanda políticas públicas consistentes, que promovam não apenas o acesso universal às atividades culturais e esportivas, mas também o reconhecimento e a preservação da diversidade cultural frente às pressões homogeneizadoras da globalização e da lógica do mercado digital.

4.1.3. Dimensão Humana e Intelectual Ararunense: Dinâmicas locais e processos de interação

Nesta dimensão, Araruna apresenta, atualmente, quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), cinco escolas que ofertam a Pré-Escola e quatro escolas de Ensino Fundamental - Fase I. Esses estabelecimentos municipais de ensino atendem a 245 alunos matriculados na Educação Infantil e 828 alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental - Fase I. O município não conta com instituições de Ensino Superior.

Quadro 21 - Dimensão Humana e Intelectual - Elementos construtivos da dinâmica patrimonial do município

| Dimensão Humana e Intelectual | Aspectos gerais: |
|--|--|
| <p>Interseções agrupando, relacionando e identificando os componentes e variáveis representados pelos elementos construtivos do local.</p> | <p>-Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99,1%. Segundo os dados do IBGE de 2010, na comparação com outros municípios do Paraná, Araruna, ficava na posição 61 dos 399 municípios que compõem o território paranaense. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 522 de 5570.</p> <ul style="list-style-type: none"> - IDEB, no ano de 2021, para os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública era 6,2 e para os anos finais, de 5,3. - 2013, 10,96% de força de trabalho classificada como analfabeta e 20,10% com o Ensino Fundamental incompleto. - O mesmo fenômeno se reproduziu nas faixas de remuneração mais baixas; |

Fonte: Autora (2025)

Observando os resultados obtidos por meio desta pesquisa, verifica-se que não há pessoas que vivenciem, em seu cotidiano, práticas associadas a saberes transmitidos pela tradição oral, tampouco há representatividade de grupos culturais no Conselho Municipal de Cultura.

No que se refere aos saberes informais, verificou-se que não há registros do uso de línguas não oficiais no território, prática que não recebe assistência ou incentivo do poder público, tampouco é incorporada às atividades escolares formais.

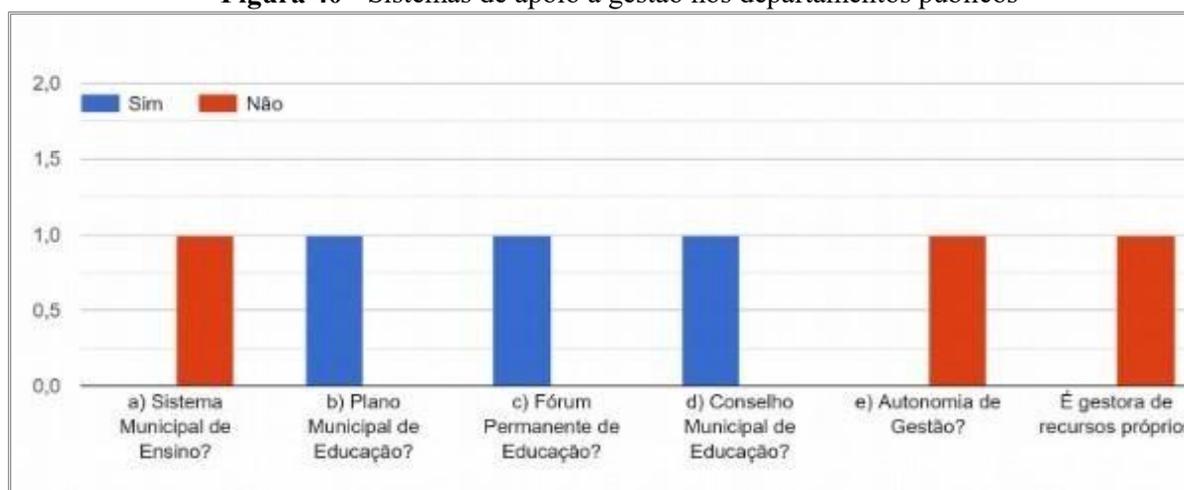
Quanto aos aspectos religiosos, identificaram-se mais de dez religiões institucionalizadas em Araruna, configurando um cenário de rica diversidade cultural. Essa pluralidade, entretanto,

não tem gerado conflitos de ordem religiosa, prevalecendo o respeito e a tolerância entre os diferentes grupos. Observa-se, ainda, a inexistência de uma religião predominante, sendo comuns atividades de caráter ecumênico realizadas em distintos contextos comunitários.

Em consonância com a proposta de identificar os componentes e variáveis que estruturam a dinâmica territorial, foram conduzidas entrevistas e pesquisas com base em roteiros voltados à Dimensão Humana e Intelectual. Esta abrangeu aspectos como saber-fazer, formação acadêmica e profissional, conhecimento e criatividade, avaliados por meio de uma escala simples de resposta: () SIM () NÃO.

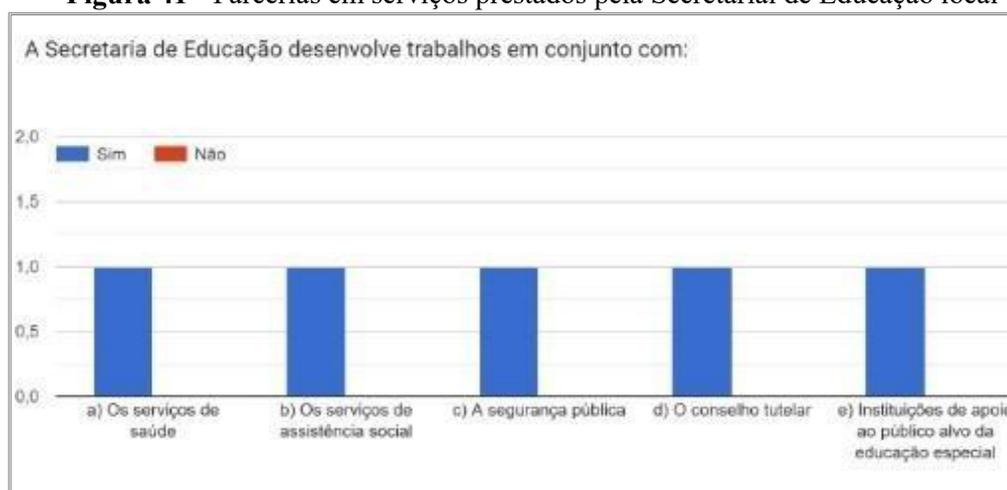
Os resultados desse levantamento encontram-se representados na Figura 40, que apresenta os sistemas de apoio à gestão pública nos diferentes departamentos municipais, evidenciando o grau de valorização e utilização desses recursos no contexto local.

Figura 40 - Sistemas de apoio à gestão nos departamentos públicos



Fonte: Autora (2025)

No gráfico representado na Figura 40, observa-se que a Secretaria Municipal de Educação possui um Plano Municipal de Educação, além de ter constituído o Fórum Permanente de Educação e o Conselho Municipal de Educação, os quais atuam de maneira contínua, com membros constantemente atualizados. Contudo, o município ainda está em processo de construção do Sistema Municipal de Ensino, buscando, assim, maior autonomia em relação ao Conselho Estadual de Educação. Um dos principais desafios nesse contexto é a gestão dos recursos próprios, que ainda necessita de aprimoramento para garantir a eficácia das políticas educacionais.

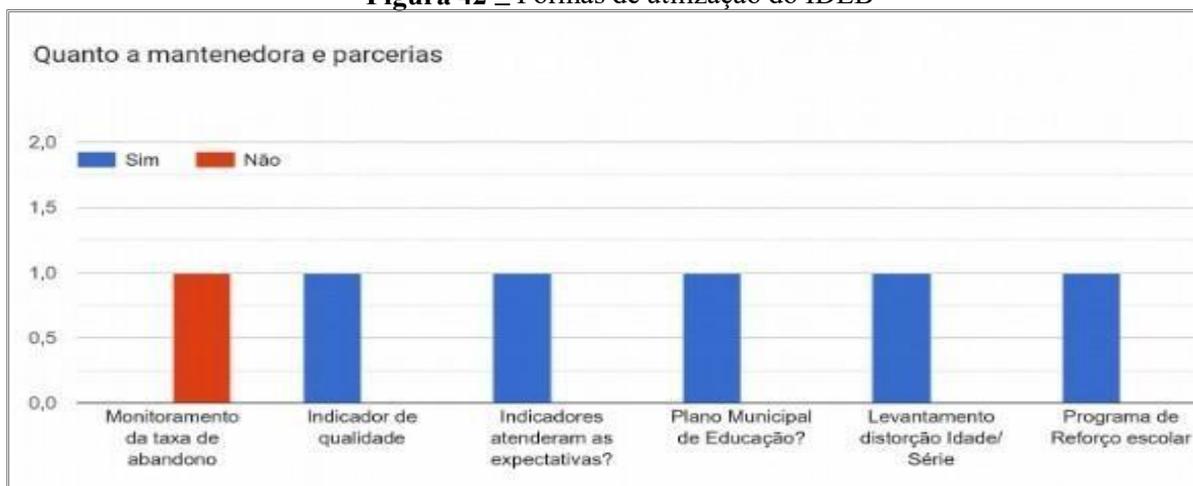
Figura 41 - Parcerias em serviços prestados pela Secretarial de Educação local

Fonte: Autora (2025)

No entanto, apesar dos desafios recorrentes, a Secretaria Municipal desenvolve ações integradas em parceria com os demais departamentos do município, conforme demonstra o gráfico da Figura 41.

A análise das informações indica que as instituições conveniadas e/ou que estabelecem parcerias com o município não são selecionadas por chamada pública, uma vez que, segundo os entrevistados, as normativas vigentes exigem dotações orçamentárias que ainda precisam ser adequadas nos sistemas municipais para viabilizar a participação. Essa limitação, porém, não impede a realização de iniciativas conjuntas com as escolas. Entre as ações destacam-se: programas de garantia da liberdade religiosa; reforma e adequação dos espaços físicos escolares; aquisição de mobiliário (carteiras, armários etc.); compra de materiais de higiene, limpeza e equipamentos de proteção individual (álcool, sabonete, máscaras etc.); aquisição de materiais pedagógicos (livros, softwares, recursos audiovisuais etc.); fornecimento de equipamentos para alunos e professores (computadores, tablets, celulares, chips de internet etc.); contratação de profissionais da educação; distribuição de alimentação escolar; inclusão de pessoas com deficiência; combate ao abuso e à violência sexual; promoção da cultura da paz e da não violência; e enfrentamento de preconceitos (racismo, homofobia etc.).

Já questões como a construção de novas escolas, a produção de material didático audiovisual e o incentivo a debates sobre diferenças de gênero permanecem como desafios a serem enfrentados pelo poder público municipal. O enfrentamento dessas demandas depende tanto da celebração de parcerias com os governos estadual e federal quanto do uso de recursos próprios ou de investimentos a fundo perdido.

Figura 42 _ Formas de utilização do IDEB

Fonte: Autora (2025)

Ao observar o gráfico da Figura 42, verifica-se que, nas etapas da Educação Básica ofertadas pelo município, as provas são aplicadas no Ensino Fundamental Anos Iniciais, sendo elaboradas pela equipe da Secretaria ou por uma instituição contratada. Essas provas têm como objetivo avaliar os estudantes e fornecer subsídios para a formação continuada de professores e para a avaliação de programas ou projetos da Secretaria de Educação.

Foi relatada pela Mantenedora a dificuldade em razão da ausência de materiais didáticos e pedagógicos tanto para professores quanto para alunos. Também foi apontada a falta de um sistema de recompensas para as escolas com melhores resultados, bem como a ausência de um possível auxílio para as unidades escolares com desempenho inferior. Acredita-se que a introdução de subsídios financeiros, como bonificações para os professores, poderia ser um incentivo ao bom desempenho. A proposta inclui, ainda, a criação de critérios para organizar uma estrutura que viabilize a implementação dessa estratégia.

Além das informações do gráfico da Figura 43, os resultados dos questionários apresentam ainda, as parcerias estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, com destaque para a colaboração com o Departamento de Saúde, Assistência Social, Centro de Referência em Assistência Social, Conselho Tutelar e o Departamento de Segurança Pública. As pesquisas nas referências da Secretaria Municipal de Educação, constatam a atuação de representações sindicais e associações que integram o setor de Educação juntamente com outras dimensões do Patrimônio Territorial de Araruna. Entre essas entidades, destacam-se: APAE, Sindicato Rural e Patronal, Rotary, Associação de Servidores Públicos e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Essas instituições têm como princípios fundamentais a promoção do desenvolvimento educacional local, integrando as necessidades da população nas decisões relacionadas ao território.

4.1.4. Dimensão Social de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação.

A organização das atividades que compõem a análise da Dimensão Social do Patrimônio Territorial de Araruna teve como foco a identificação das dinâmicas de desenvolvimento local e os processos de interação institucional. Para isso, utilizou-se como referência o roteiro de entrevista voltado à dimensão social do território e aos valores socialmente compartilhados, com ênfase na área da saúde. As análises apresentadas foram fundamentadas nos dados descritos no Quadro 22, os quais foram organizados com base em fontes secundárias de pesquisa, oferecendo uma compreensão mais abrangente do espaço e das atividades sociais nele desenvolvidas.

Quadro 22 - Dimensão Social: Elementos construtivos da dinâmica patrimonial do município

| Dimensão Social | Organização/ Atividades |
|--|--|
| <p>Interseções agrupando, relacionando e identificando os componentes e variáveis representados pelos elementos construtivos do local.</p> | <p>População e Organização Territorial O município de Araruna possui 14.029 habitantes, sendo 78,06% residentes em área urbana e 21,94% em área rural, distribuídos em um território de 493,19 km², resultando em uma densidade populacional de 28,45 habitantes por km².</p> <p>Ocupação e Rendimento O total de pessoas ocupadas no município é de 3.279, das quais 2.816 são assalariadas. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 23,37%. Em 2010, 29,6% da população apresentava rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo. Em 2021, o PIB per capita foi de R\$ 39.018,11, com salário médio mensal equivalente a 2,2 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo, Araruna ocupava a posição 302 de 399 entre as cidades do estado e a posição 4.751 de 5.570 entre as cidades do Brasil.</p> <p>Atividades e Associações Locais As atividades produtivas e organizacionais do município se dão em regime de cooperação e associações que congregam diferentes segmentos da população, incluindo agricultores familiares e moradores das vilas rurais. Entre as associações destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro Ocidental do Paraná - Cacercopar; • Associação Comercial e Industrial de Araruna; • Associação dos Sericultores de Araruna - ARASEDA; • Associações Comunitárias das Vilas Rurais Andorinhas e Sol Nascente; • Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna - APAE; • Associação Independente de Apoio à Cultura Popular de Araruna; • Associação dos Agropecuaristas da Região de Araruna; • Associação dos Servidores Municipais de Araruna - ASSEMA; • Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araruna; • Associação dos Artesãos do Lirial de São Luiz de Araruna; • Associação dos Agropecuaristas do Município de Araruna - AGROARA (extinta). |

| | |
|--|--|
| | <p>Essas entidades representam a organização social, cultural e produtiva do município, sendo fundamentais para o fortalecimento das atividades econômicas, culturais e de assistência social, atuando em estreita articulação com o desenvolvimento territorial de Araruna.</p> |
|--|--|

Fonte: Autora (2025)

Além dos elementos apresentados no Quadro 22, destaca-se que os serviços de Assistência Social e Saúde de Araruna abrangem tanto a área urbana quanto a rural. O atendimento à população ocorre predominantemente por meio da rede municipal, que conta com várias Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas pelo território.

O município participa de programas de saúde em diferentes esferas - municipal, estadual e federal - como o Programa Saúde da Família (PSF), responsável pelo cadastro e acompanhamento das famílias, o Programa Nacional de Imunização e o Bolsa Família, que incluem componentes vinculados à saúde.

Araruna possui sete estabelecimentos de saúde: quatro localizados na área urbana e três na zona rural. A gestão municipal considera que os programas sociais voltados à saúde atendem adequadamente à população, complementados por programas regionais que ampliam a oferta de serviços, incluindo atenção primária e hospitalar.

No âmbito da atenção primária, as UBSs realizam consultas médicas, vacinação, acompanhamento de gestantes, controle de doenças crônicas e ações do PSF. O hospital local oferece serviços de emergência, internações, partos e cuidados especializados. Contudo, não há disponibilidade de consultas médicas à distância por telefone ou internet, nem divulgação acessível ao público da escala atualizada de atendimento dos profissionais, incluindo horários de entrada e saída.

Todos os estabelecimentos de saúde possuem alvará de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária, com documentação que comprova o cumprimento das exigências legais relativas às instalações físicas, equipamentos, aparelhagem e responsabilidade técnica.

A cobertura vacinal infantil (1º e 2º ano de vida) é elevada, superando a média nacional. Em 2023, a vacina contra poliomielite atingiu 80,9% de cobertura, e a DTP (difteria, tétano e coqueluche) alcançou 82,3%, evidenciando a eficácia das campanhas de imunização (Serviços e Informações do Brasil; Saúde PR). A cobertura vacinal de adultos varia conforme campanhas específicas realizadas ao longo do ano.

A qualidade do atendimento é priorizada por meio da organização dos serviços e do cumprimento integral da carga horária por todos os servidores, incluindo médicos. O município conta com quatro Equipes de Saúde da Família (ESF) atuando diretamente junto à comunidade.

O Conselho Municipal de Saúde está estruturado e ativo, conforme determina a legislação. Araruna dispõe de 31 agentes comunitários de saúde, e cerca de 80% das unidades possuem salas de vacinação funcionando cinco dias por semana, garantindo continuidade no atendimento e acesso regular às vacinas do calendário nacional.

Embora não haja informações publicadas sobre a estruturação do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) do SUS, o município evidencia esforço contínuo na manutenção e melhoria dos serviços de saúde, com atenção especial às necessidades da população.

4.1.5. Dimensão Institucional de Araruna: Dinâmicas locais e processos de interação.

A análise da dimensão institucional no município de Araruna considerou os elementos que compõem as estruturas públicas e privadas, suas formas de organização e os modos de interação entre os diversos atores locais. Com base nas entrevistas realizadas, foi possível identificar os principais componentes institucionais e avaliar sua relevância por meio de uma escala de Likert, com as categorias: “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4); Concordo Totalmente (5)”. Esses dados estão sistematizados no Quadro 23, que apresenta os elementos constitutivos da dinâmica institucional do município, relacionados às suas potencialidades.

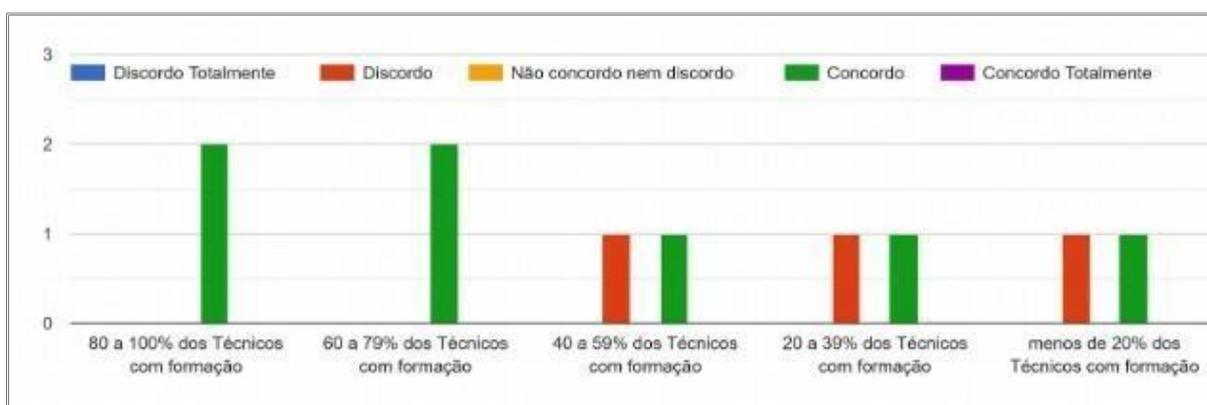
Quadro 23 - Dimensão Institucional: Elementos construtivos da dinâmica patrimonial do município e suas potencialidades

| Dimensão Institucional | Potencialidades: |
|--|---|
| Interseções agrupando, relacionando e identificando os componentes e variáveis representados pelos elementos construtivos do local em potencialidades. | Setores da Administração Pública e Organizações Departamento de Administração Departamento de Fazenda Departamento de Indústria e Comércio Departamento de Planejamento Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos Compras e Licitação Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente Departamento de Assistência Social Secretaria de Saúde Departamento de Cultura e Turismo / Esportes e Laser Câmara de Vereadores Conselhos municipais Sindicato de trabalhadores Associações de trabalhadores |

Fonte: Autora (2025)

Os dados apresentados no gráfico indicam que a estrutura administrativa dos setores vinculados ao poder executivo municipal é composta, em sua maioria, por técnicos com formação em nível superior, cursos de especialização ou capacitações de curta duração, compatíveis com as respectivas áreas de atuação das secretarias.

Figura 43 - Estruturas administrativas - Institucionalidade públicas e privadas



Fonte: Autora (2025)

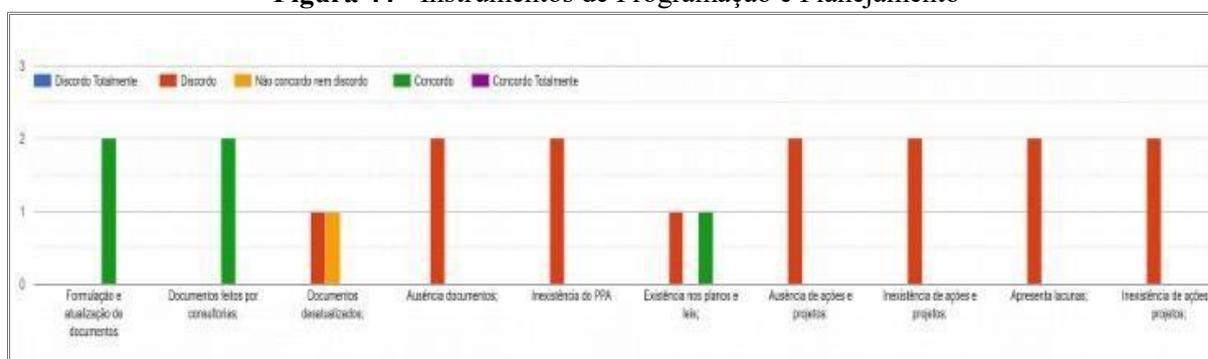
A análise da estrutura administrativa do poder executivo municipal revela um quadro expressivo de qualificação técnica: entre 80% e 100% dos profissionais possuem formação em nível de graduação, especialização ou cursos técnicos de curta duração, nas áreas específicas de atuação das respectivas secretarias.

Entretanto, conforme verificado, os instrumentos de programação e planejamento da Secretaria Municipal de Educação, embora formalmente elaborados e atualizados, são desenvolvidos por consultorias externas. Essa prática pode limitar a internalização do planejamento estratégico, dificultando a construção coletiva e a apropriação institucional dos documentos orientadores. Não foi possível estabelecer uma correlação direta entre a elaboração externa e a existência de documentos desatualizados ou ausentes.

No que se refere ao Plano Plurianual (PPA) municipal - instrumento legal que estabelece os objetivos e diretrizes estratégicas do governo para um período de quatro anos -, constata-se que ele contempla ações e projetos voltados às áreas produtiva, sociocultural e ambiental. Dessa forma, o PPA constitui um instrumento relevante para orientar peças orçamentárias e programas de governo.

Por fim, os resultados da pesquisa indicam que os respondentes discordam da afirmação de inexistência de ações e projetos nessas áreas, reforçando a presença de iniciativas concretas nas dimensões analisadas. Esse dado sugere que não há lacunas significativas no planejamento institucional em relação à inclusão de ações e projetos voltados ao desenvolvimento local.

Figura 44 - Instrumentos de Programação e Planejamento



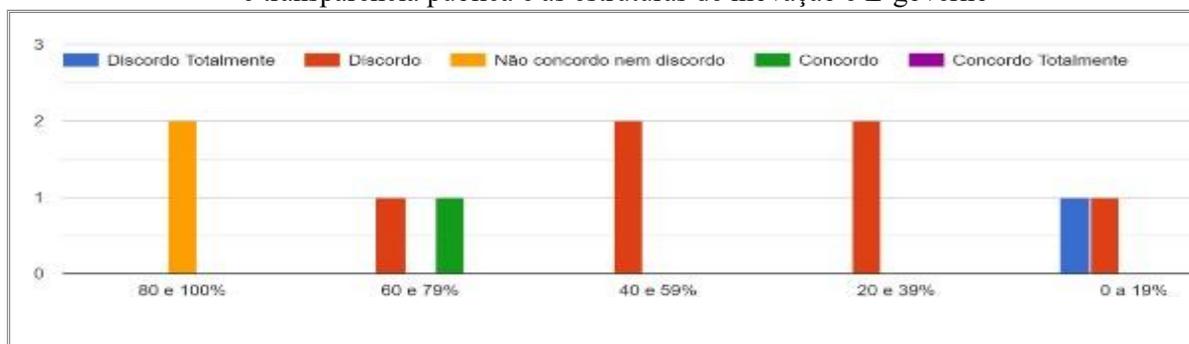
Fonte: Autora (2025)

No que se refere às estruturas de comunicação, transparência e inovação, os dados indicam níveis médios a baixos de concordância quanto à efetividade da comunicação externa, à transparência pública, às estruturas e ações voltadas à inovação e ao uso de tecnologias de E-Governo. Esse resultado sugere um possível desconhecimento, por parte dos respondentes, sobre a dinâmica e o funcionamento dessas áreas no contexto municipal.

De forma semelhante, as ações públicas voltadas ao apoio ao desenvolvimento, especialmente aquelas relacionadas à elaboração de planos, projetos, atas e outros documentos oficiais, também apresentam baixo grau de reconhecimento ou acesso, o que pode refletir falhas

na difusão de informações, na gestão documental ou mesmo na institucionalização dessas iniciativas.

Figura 45 - Estruturas de comunicação, transparências e inovação: efetividade na comunicação externa e transparência pública e as estruturas de inovação e E-governo

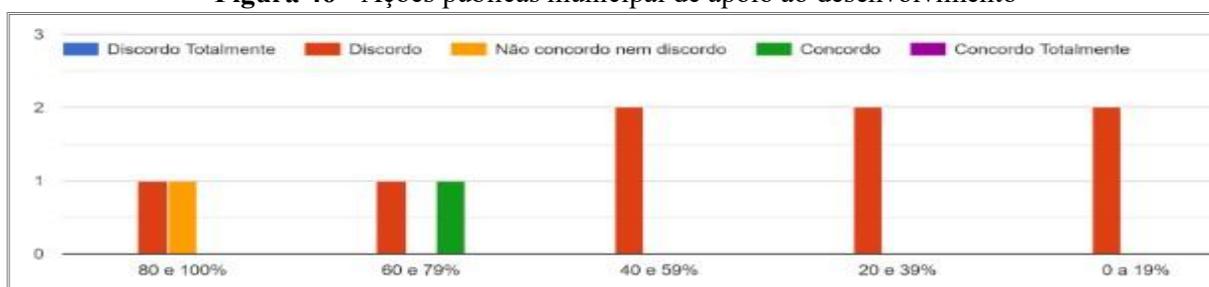


Fonte: Autora (2025)

A Figura 45 apresenta a percepção dos participantes da pesquisa sobre as estruturas de comunicação externa, os mecanismos de transparência pública e as iniciativas relacionadas à inovação tecnológica e ao E-Governo no município. Os dados revelam uma concordância limitada quanto à efetividade dessas estruturas, o que pode indicar tanto a fragilidade na implementação dessas ações quanto o desconhecimento da população sobre sua existência ou funcionamento.

Figura 46 evidencia a avaliação dos respondentes sobre a atuação do poder público local no que se refere às ações de apoio ao desenvolvimento. Os resultados apontam para uma percepção moderada quanto à presença e efetividade dessas ações, sugerindo a necessidade de maior divulgação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas implementadas nessa área.

Figura 46 - Ações públicas municipal de apoio ao desenvolvimento

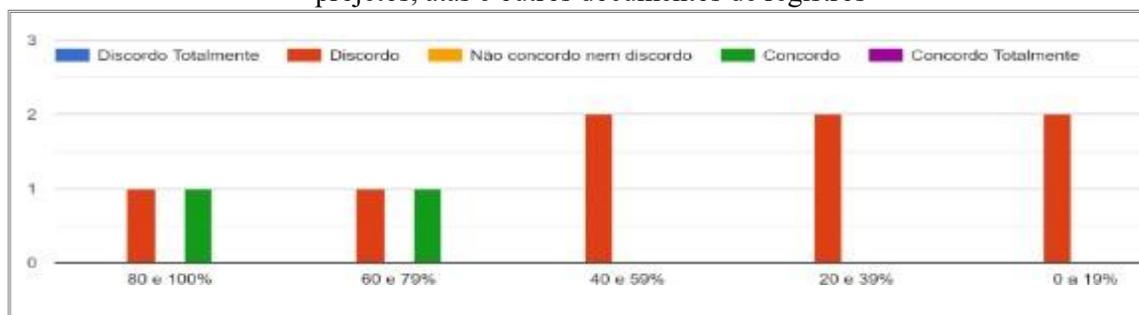


Fonte: Autora (2025)

Complementando a análise, a Figura 47 trata especificamente da existência e acesso a documentos oficiais, como planos, programas, atas e registros institucionais relacionados ao apoio ao desenvolvimento. A baixa concordância entre os respondentes quanto à presença e clareza

desses documentos reforça a percepção de fragilidade na institucionalização e no monitoramento das iniciativas municipais voltadas ao desenvolvimento local.

Figura 47 - Documentos e programas de ações públicas municipal de apoio ao desenvolvimento: Planos, projetos, atas e outros documentos de registros



Fonte: Autora (2025)

De modo geral, os resultados apresentados nas três figuras evidenciam a necessidade de maior transparência na gestão pública e de ampliação do acesso da população às informações institucionais. Apesar dos esforços da administração municipal em promover a comunicação e disponibilizar dados sobre projetos e ações em andamento, ainda persistem desafios quanto à efetividade desses processos. A baixa concordância observada nos gráficos indica a necessidade de aprimorar a clareza e a visibilidade das ações, bem como de fortalecer a articulação entre as estruturas municipais e a comunidade, garantindo que as iniciativas de desenvolvimento alcancem efetivamente seu público-alvo.

Nesse contexto, o Plano Plurianual (PPA), apresentado na Figura 47, destaca-se como instrumento estratégico. Trata-se de uma lei de iniciativa do Executivo, aprovada pelo Legislativo municipal e prevista na Lei Orgânica do Município de Araruna. O PPA estabelece estratégias, diretrizes e metas para o médio prazo, podendo contribuir de forma direta para a consolidação de ações públicas de apoio ao desenvolvimento nas áreas econômica, social, educacional e de capacitação.

4.2. A relação de produção à realidade socioeconômica

Neste item abordamos as considerações obtidas na análise do Patrimônio Territorial ararunense, com vista à Dimensão Produtiva, a qual abrange os departamentos de Planejamento e Obras dos poder executivo. Os estudos, fundamentados por referenciais teóricos, entrevistas e questionários em classificação de importância, com realização da escala de Likert com as categorias “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5)”. Neste sentido, foram contemplados os componentes e variáveis

conforme apresentados no quadro abaixo, os quais estabelecem a relações existentes entre a produção e a realidade socioeconômica apresentada no local, considerando o espaço territorial, saúde, população, economia, trabalho e rendimento.

Quadro 24 - Dimensão Produtiva: Elementos construtivos da dinâmica patrimonial municipal

| Dimensão Produtiva | Abordagens ao sistema produtivo em âmbito local |
|--|---|
| <p>Interseções agrupando, relacionando e identificando os componentes e variáveis representados pelos elementos construtivos do local em potencialidades.</p> <p>Território: Área da unidade territorial (2022) - 493,191 Km² Região de influência - Campo Mourão Região intermediária - Maringá</p> <p>Saúde: Mortalidade Infantil (2022) - 26,46 óbitos por mil nascidos Estabelecimentos de Saúde SUS (2009) - 7 estabelecimentos</p> <p>População: População no último censo (2022) - 14.485 pessoas Densidade Demográfica(2022) - 29,37 habitantes por quilômetro quadrado</p> <p>Economia: PIB per capita (2021) - R\$ 39,018,11 Índice de Desenvolvimento Humano (2010) - 0.704 Total de receitas brutas realizadas (2023) - R\$ 87,394.811,75 Total de Despesas brutas empenhadas (2023) - 72.686.581,27</p> | <p>Abordagens ao sistema produtivo em âmbito local: - Engajamento dos gestores públicos, organizações do terceiro setor, a sociedade civil e entidades empresariais; - Existência de instituições do setor financeiro, linhas de crédito para investimentos públicos e privados; - Sistema agrário: cultivos agrícolas, atividades extrativo- vegetais e extrativo-minerais, a pecuária e a hortifruticultura; - Parque Industrial, Indústria moveleira, Alimentícia, Indústria de máquinas; - Produção de Soja, Milho e Mandioca, Bovinocultura de Leite e Corte e Avicultura de Corte. - Associações com produção para a merenda escolar, feira livre, hortaliças, frutas (uva, morango, banana), além de panificios; - Potencial para implementação de práticas mais sustentáveis, na linha da agroecologia e produção orgânica; - 99,99% da população é atendida com abastecimento de água, frente a média de 95,72% do estado e 84,2% do país; - 2 habitantes não têm acesso à água. - 64,08% da população é atendida com esgotamento sanitário, frente a média de 82,76% do estado e 66,95% do país; - Esgoto de 5.039 habitantes não é coletado.</p> |
| <p>Transferências correntes (Percentual em relação às receitas correntes brutas realizadas) (2023) - 85,52</p> <p>Trabalho e Rendimento: Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2022) - 2,3 (salários mínimos) Pessoal ocupado (2022) - 3,557 pessoas População ocupada (2022) - 24,56% Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (2010) - 29,6 %</p> | <p>- 99,19% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares e possui coleta seletiva de Resíduos Sólidos, e recupera 7,21% do total de resíduos coletados no município; - O lixo de 113 habitantes não é recolhido. - 76,5% da população é atendida com Drenagem de Águas Pluviais, frente a média de 47,64% do estado e 25,96% do país; - O município não possui domicílios em risco de inundação; o município não tem mapeamento de áreas de risco; e não existem sistemas de alerta para riscos hidrológicos. - 2000, índice Médio de vulnerabilidade social e em 2010 houve mudança em sua variação passando para Baixo. Fonte: Pesquisa nos Documentos e relatórios de dados da Prefeitura.</p> |

Fonte: Autora (2025)

Considerando a estrutura e a coordenação produtiva apresentadas no Quadro 24, a pesquisa identificou a existência de sistemas produtivos locais caracterizados por concentração em PMEs, instituições de apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D), inovação tecnológica e organizacional, consórcios e cooperativas, bem como redes e parcerias entre organizações. Observou-se, ainda, concentração produtiva e renda por determinados grupos da sociedade, evidenciada pelo índice de Gini. No território, não foram identificados clusters, mas há presença expressiva de micro e pequenas empresas (MPEs), que contribuem significativamente para os empregos formais, mesmo sem atuação no mercado de exportação.

O processo histórico de construção do patrimônio territorial produtivo do município foi analisado a partir da produção local, das atividades econômicas e de suas relações com a realidade socioeconômica de Araruna. Nesse contexto, destacam-se dois aspectos principais:

- **Estrutura Econômica Local:** descrição das principais atividades econômicas, setores produtivos predominantes e seu impacto no desenvolvimento local.
- **Indicadores Socioeconômicos:** análise de renda per capita, taxa de emprego, níveis de educação e saúde, considerando como esses fatores influenciam e são influenciados pelas atividades produtivas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996, havia cerca de 1.366 estabelecimentos agropecuários em Araruna, dos quais 88% eram de pequenos e médios proprietários. Os médios produtores ocupavam áreas significativamente maiores que os pequenos agricultores, enquanto não havia estabelecimentos com área superior a 1.000 ha. Destaca-se o estrato de 100 a menos de 500 ha, que ocupa área equivalente à dos pequenos produtores. A mão de obra familiar é predominante, representando 84%, enquanto os empregados permanentes correspondem a 9% da força de trabalho agrícola.

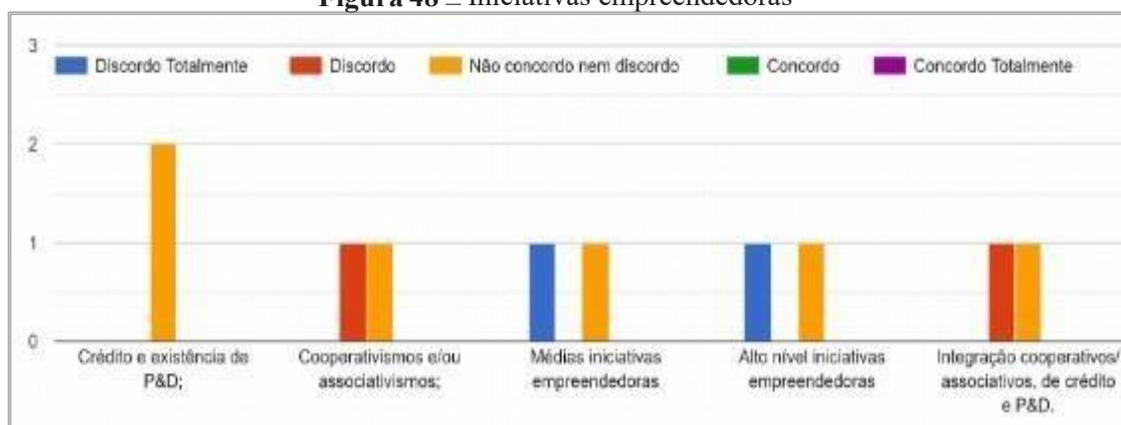
Atualmente, o município apresenta saldo positivo de empregos, com mais admissões que demissões, somando 100 novos funcionários nas empresas locais, além de 15 novas empresas abertas no período analisado. Araruna ocupa a 73ª posição estadual quanto à taxa de Microempreendedores Individuais (MEIs) por mil habitantes e a 108ª no ranking de número total de MEIs, com cerca de 1,2 mil registrados. O município também se destaca no setor industrial, ocupando a 9ª posição estadual em valor adicionado bruto, com R\$ 116,1 milhões, e a 118ª posição em saldo de empregos mensal, com 89 novas vagas.

O comércio apresenta 29 modalidades distintas entre 74 possíveis, sendo considerado de diversidade média, assim como os serviços. O setor de comércio e serviços - incluindo alojamento

e alimentação - emprega 17% dos trabalhadores, concentrando-se em supermercados, lojas de variedades e vestuário, com 166 ocupações.

Dessa forma, o patrimônio territorial de Araruna revela um ambiente econômico inovador e ativo, articulado entre organizações públicas e privadas. As iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, voltadas à criação de novos produtos ou à melhoria dos existentes, apresentam desempenho médio, com destaque para empreendimentos cooperativos e associativos que utilizam crédito e recursos de P&D disponíveis no território, ainda que de forma moderada.

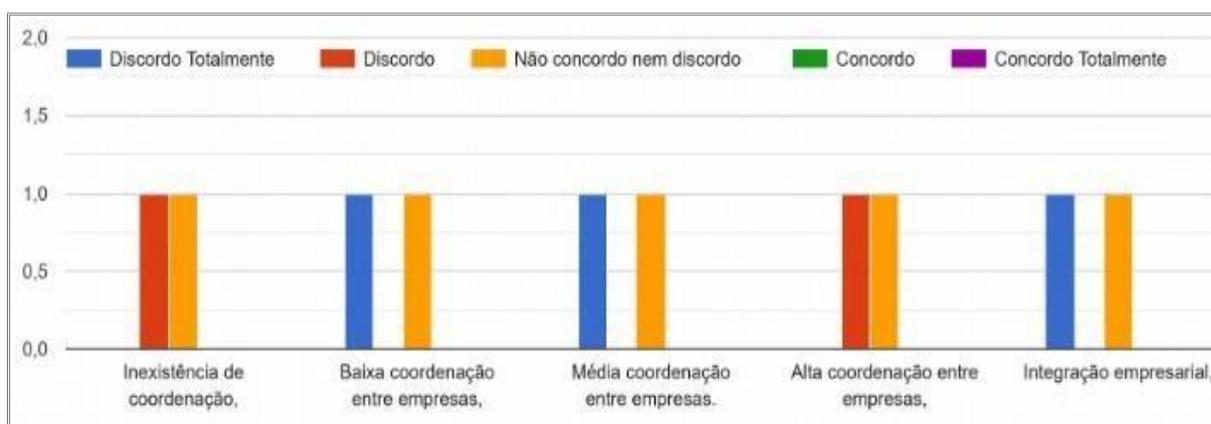
Figura 48 – Iniciativas empreendedoras



Fonte: Autora (2025)

Nos sistemas de produção local, encontramos pequenos produtores em torno de um grande produtor, onde segundo os entrevistados, os mesmos não se apresentam organizados por instituições de apoio e redes e parcerias, conforme pode-se observar no gráfico da Figura 49.

Figura 49 - Coordenação entre empresas quanto a existência de redes e parcerias



Fonte: Autora (2025)

As estruturas das propriedades e dos produtores caracterizam-se pela existência de produtores menores em torno de um grande produtor, sendo que estes são constituídos por um

processo de enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.). Já os pequenos produtores e certo grau de inovação.

Figura 50- Estrutura das propriedades e produtores



Fonte: Autora (2025)

A multifuncionalidade agrícola em Araruna refere-se a práticas que vão além da produção de alimentos e fibras, desempenhando funções sociais, ambientais, territoriais e culturais. Esses sistemas agrícolas contribuem para a segurança alimentar, preservação ambiental, geração de renda e fortalecimento social. Os resultados da pesquisa indicam, entretanto, que o território ainda não é plenamente conhecido ou explorado por seus habitantes. Muitos aspectos da multifuncionalidade passam despercebidos ou não chegam efetivamente à população, embora estejam presentes historicamente na produção agrícola familiar e nos sistemas cooperativos do município.

O município conta com políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à conservação ambiental, incluindo programas como PRONAF, Programa Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o CAF, bem como financiamentos específicos para pequenos agricultores e aquisição de máquinas adequadas. Esses programas, implementados em parceria com entes federativos, contribuem para a manutenção do equilíbrio sociocultural e ambiental do território.

A articulação das organizações da economia social e solidária é considerada satisfatória. As comunidades recebem apoio por meio de projetos selecionados pelo Departamento de Economia Solidária da Área de Agropecuária e Inclusão Social do BNDES, operados por cooperativas e associações de trabalhadores. Igrejas, sindicatos, instituições de ensino e movimentos sociais também participam, oferecendo alternativas a trabalhadores fora do mercado formal.

Entre as iniciativas implementadas, destaca-se o programa Hortas Comunitárias, desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) e o Senar. O programa atendeu famílias nos

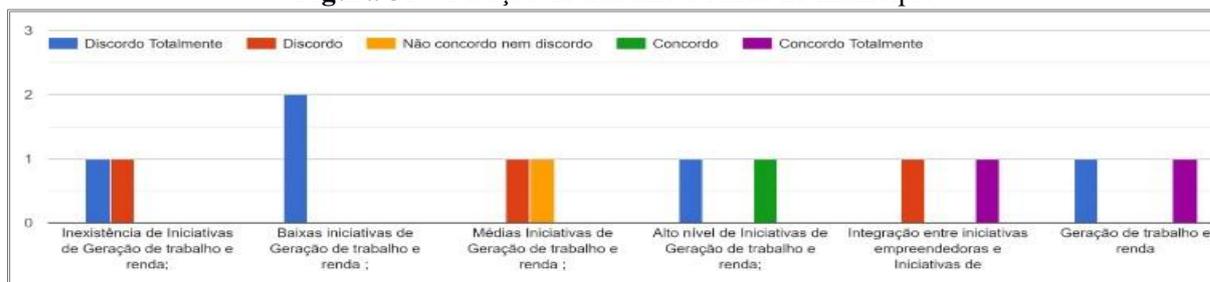
distritos de Nova Brasília, São Geraldo e São Vicente, promovendo capacitação em olericultura, manejo de plantas, controle de pragas e irrigação. As hortas comunitárias não apenas melhoraram a segurança alimentar e nutricional, mas também funcionaram como instrumento de inclusão social, favorecendo a integração intergeracional, a socialização e a construção de identidade individual e coletiva.

Os resultados evidenciam que o programa gerou impacto positivo na alimentação das famílias e na possibilidade de geração de renda, contribuindo para o fortalecimento das capacidades produtivas e sociais da comunidade. Para potencializar esses resultados, recomenda-se:

- Fortalecer a gestão das unidades produtivas;
- Ampliar e aprimorar o Programa Hortas Comunitárias;
- Incentivar a criação e o desenvolvimento de agroindústrias locais;
- Otimizar sistemas de produção, especialmente sericicultura, fruticultura, mandiocultura e olericultura, visando aumento da produtividade e da renda.

A análise do gráfico “Geração de Trabalho e Renda” demonstra a necessidade de maior integração das iniciativas empreendedoras voltadas aos pequenos produtores, promovendo um desenvolvimento territorial mais equitativo e sustentável.

Figura 51 - Geração de trabalho e renda no município



Fonte: Autora (2025)

Sobre os aspectos de promover a inclusão social e produtiva de parte da população rural, com orientações para a diversificação dos sistemas de produção, objetivando assim, o fortalecimento do mercado institucional e outras formas de comercialização da produção local. Havendo assim, incentivos à produção sustentável, a agroecologia e a orientação para o manejo e conservação de solos e águas, bem como ao acesso a programas e políticas públicas. Também podemos aqui sugerir que sejam desenvolvidas no território atividades como:

- Levantamento e caracterização da realidade rural e monitoramento da produção.
- Assessoria ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

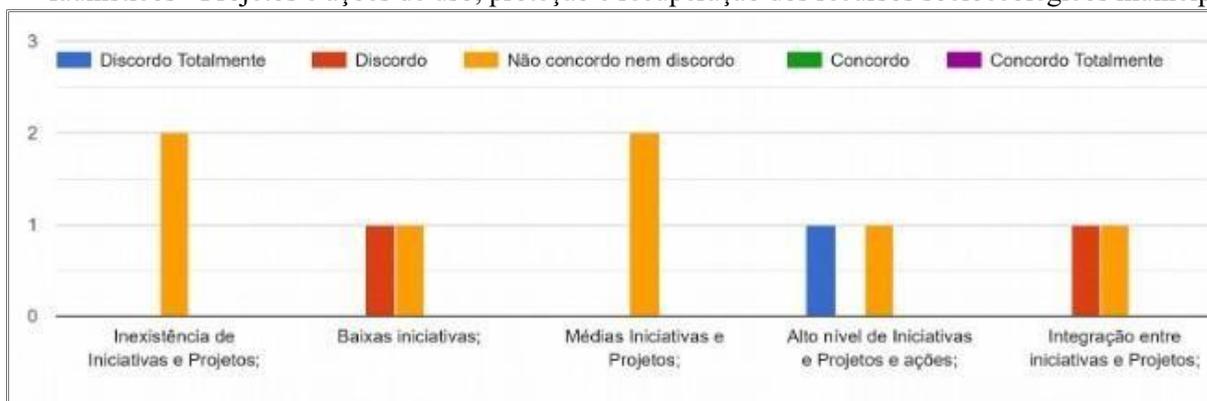
- Projetos de melhoria da trafegabilidade de estradas rurais
- Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP
- Elaboração de projetos de crédito rural
- Organização e execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
- Organização e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
- Ações de promoção do meio ambiente - agenda ambiental
- Assessoria demais associações de Agricultores existentes na localidade.

No que se refere à geração de emprego e renda e às possibilidades de integração ao processo de formação socioeconômica local, evidencia-se a importância de promover ações voltadas ao atendimento das comunidades de Araruna. Entre essas ações, destacam-se: o fortalecimento de empreendimentos coletivos, a assistência técnica e gerencial a pequenos e médios produtores, o fomento ao artesanato, a doação de equipamentos básicos para o desempenho do trabalho, o acesso ao crédito por meio do Banco do Povo e do crédito produtivo orientado, bem como a promoção de associativismo, cooperativismo, economia solidária urbana e de outros grupos não formalizados.

No âmbito socioecológico, considerando o uso do solo, recursos hídricos, energéticos, flora e fauna, observa-se que existem projetos e ações voltados à proteção e recuperação dos recursos socioecológicos do território. A análise do gráfico evidencia discordâncias quanto à percepção da inexistência dessas iniciativas, indicando que, na realidade, tais projetos estão em andamento e contribuem para a sustentabilidade ambiental do município.

Integrando essas dimensões à economia local, Araruna, como parte da região da COMCAM, apresenta setores produtivos estratégicos, especialmente na indústria e na agropecuária. Na indústria, destacam-se o setor moveleiro, baseado na exploração de pinus; o setor alimentício, com ênfase em derivados da mandioca; e a indústria de máquinas. No setor agropecuário, sobressaem-se a produção de soja, milho e mandioca, bem como a bovinocultura de leite e corte e a avicultura de corte. Todas essas atividades são conduzidas com atenção aos aspectos socioambientais, promovendo ações integradas de uso do solo e conservação de recursos naturais, o que reforça a relevância dessas atividades para o desenvolvimento sustentável e para a geração de emprego e renda em Araruna.

Figura 52 - Aspectos socioecológicos (uso do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos - Projetos e ações de uso, proteção e recuperação dos recursos socioecológicos municipal



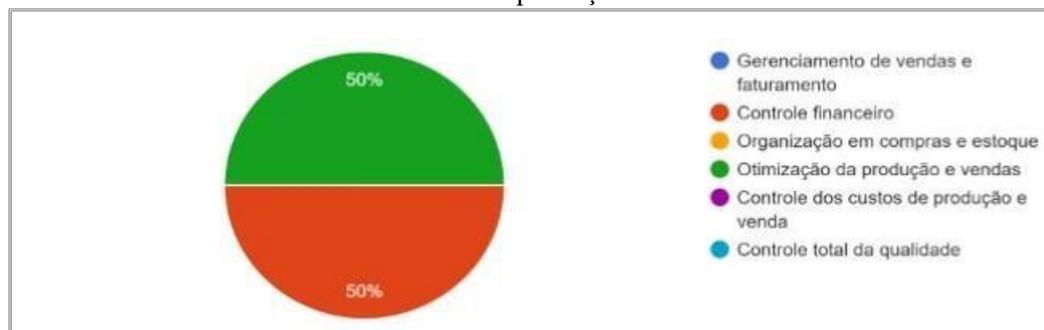
Fonte: Autora (2025)

Os recursos socioecológicos referem-se aos elementos da natureza - como água, ar e solo - combinados com aspectos sociais, econômicos e culturais, que interagem e moldam sistemas complexos. O conceito de sistemas socioecológicos enfatiza a interdependência entre esses elementos, reconhecendo que as ações humanas afetam o ambiente e, reciprocamente, o ambiente influencia as sociedades. Este estudo evidenciou diversas ocorrências dessas interações no território de Araruna.

Os aspectos socioecológicos, incluindo uso do solo, recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos, bem como projetos e ações voltados à proteção e recuperação desses recursos, foram observados e analisados conforme indicado na Figura 52. A aplicação dos questionários revelou, entretanto, baixos índices de iniciativas percebidas pela população, indicando lacunas na divulgação e implementação de políticas ambientais.

Apesar disso, foi possível identificar sinais de dinamização do desenvolvimento sustentável, que impactam a esfera produtiva, comercial e industrial do município. Essa potencialização se reflete nas dinâmicas de produção e vendas, com otimização por meio de controle financeiro e gestão de recursos, conforme demonstrado no gráfico da Figura 55. Tais evidências reforçam a importância da integração entre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico para a promoção de um território mais equilibrado e resiliente.

Figura 53 - Dinamização do desenvolvimento comercial e industrial e a potencialização das dinâmicas de produção e vendas.



Fonte: Autora (2025)

Nesse sentido, observa-se uma preocupação das empresas com os produtos e serviços mais utilizados, independentemente do ramo de atuação. O nível de satisfação com o atendimento dos colaboradores, a qualidade dos convênios e a agilidade no envio de informações contribuem diretamente para a difusão da comercialização e da produção, promovendo um atendimento mais eficiente aos consumidores.

Os relatos obtidos na pesquisa demonstram que o atendimento especializado ao cliente e as ações de proteção ao crédito são fundamentais para dinamizar a oferta e a procura no mercado local. A partir das análises, também se evidencia a importância de criar mecanismos de consulta à comunidade sobre melhorias e desenvolvimento socioeconômico.

Entre as ações sugeridas destacam-se: promoção da inclusão e da igualdade; fortalecimento das redes de apoio social; melhoria das condições de vida nas comunidades; promoção da saúde mental e do bem-estar social; criação e manutenção de comunidades seguras e coesas; e fomento ao engajamento cívico e à participação comunitária.

4.2.1. Dinâmicas Locais e Processos de Interação: O Papel das Associações, Sindicatos, Instituições Religiosas e Moradores em Araruna

As dinâmicas sociais e territoriais de Araruna são fortemente influenciadas pelas interações entre associações, sindicatos, instituições religiosas e os próprios moradores. Essas organizações desempenham papel relevante no fortalecimento das redes locais e na promoção da coesão social, respondendo às necessidades imediatas da população e fomentando a integração comunitária.

Embora muitas dessas iniciativas tenham caráter assistencial, elas vão além desse limite ao gerar transformações concretas nas condições de vida da população. Ao promover a participação

ativa dos moradores, essas ações valorizam os indivíduos, dão visibilidade a grupos frequentemente marginalizados e contribuem para o fortalecimento do tecido comunitário.

As atividades de sindicalistas e associados concentram-se na representatividade e no desenvolvimento dos setores, com atuação institucional voltada à defesa legal, ao suporte social e à assistência econômica. As associações oferecem qualificação contínua, incluindo cursos de gestão de propriedades, formação profissional gratuita com certificação e ações de promoção social, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades urbanas e rurais.

Segundo os entrevistados, sindicatos e associações contam com mensalidades definidas, ampliando a oferta de serviços aos associados e aumentando a capilaridade de atendimento. A principal fonte de renda provém da prestação de serviços, que hoje envolve mais áreas de atuação, diversificando o portfólio e incrementando os rendimentos dos associados. Atualmente, os sindicatos possuem cerca de 100 associados, realizando em média 300 atendimentos mensais diretos e indiretos.

Entre os serviços oferecidos destacam-se: elaboração de mais de 650 declarações anuais de Imposto Territorial Rural (ITR), assessoria em questões trabalhistas, contratos agrícolas, locações rural e urbana, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), Guia de Trânsito Animal (GTA), Cadastro Ambiental Rural (CAR), georreferenciamento, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e).

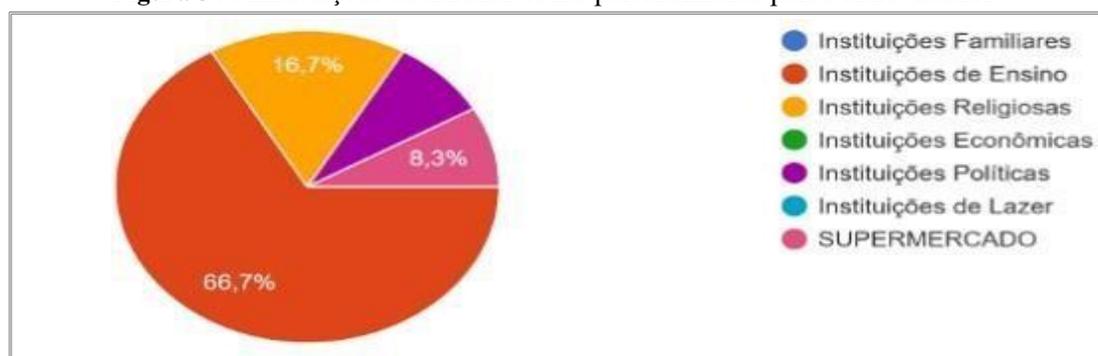
Para incrementar receitas e apoiar a sustentabilidade financeira, algumas entidades realizam locações de salas, mantendo recursos aplicados para custeio de despesas extraordinárias. Além disso, firmam parcerias estratégicas, como com escritórios de contabilidade e com associações de produtores e entregadores de leite, que disponibilizam serviços como atendimento veterinário na sede sindical.

Os sindicatos também investem na modernização dos serviços, utilizando redes sociais e WhatsApp para atendimento e mobilização de cursos, além de promover eventos e jantares temáticos com objetivo de atrair novos associados.

Apesar de não representarem mudanças estruturais, essas ações são essenciais para a manutenção de redes de suporte local, facilitando a inclusão social e promovendo o desenvolvimento gradual do território. Mesmo quando a participação não é ampla, essas práticas permitem que os indivíduos se reconheçam dentro de processos coletivos, articulando dimensões culturais, identitárias e econômicas e refletindo estratégias de enfrentamento construídas historicamente no município.

Os dados obtidos nas entrevistas foram organizados em gráficos que evidenciam a diversidade institucional e os significados atribuídos ao engajamento comunitário, revelando os vínculos estabelecidos entre sujeitos e instituições e permitindo compreender os espaços de atuação e os modos pelos quais essas experiências contribuem para o cotidiano local.

Figura 54 - Instituições declaradas como pertencimento pelos entrevistados



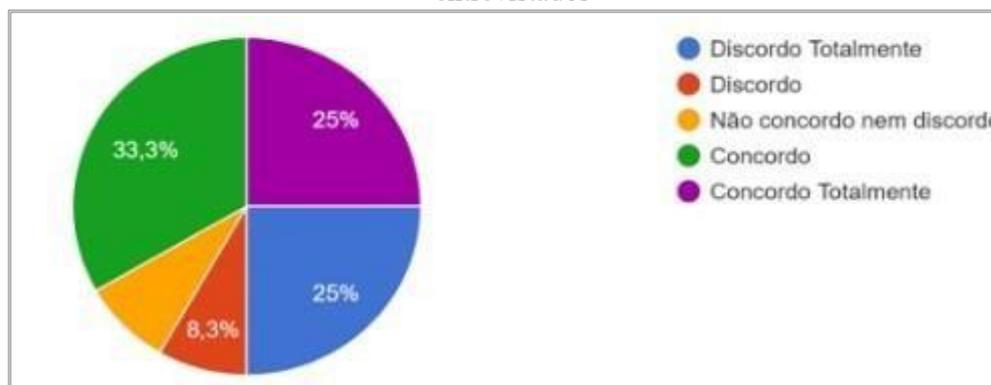
Fonte: Autora (2025)

A Figura 54 apresenta os tipos de instituições às quais os entrevistados declararam pertencimento. Observa-se que 75% dessas instituições estão localizadas na área urbana, enquanto 25% encontram-se na área rural. Quanto à gestão de informações, 16,07% das instituições não possuem sistemas informatizados e realizam seus registros manualmente, utilizando planilhas eletrônicas ou editores de texto. Outras 17,7% utilizam sistemas individualizados, e 66,7% operam com sistemas integrados.

Em relação à gestão orçamentária, 91,7% das instituições realizam planejamento econômico-financeiro das receitas e despesas, enquanto apenas 8,3% não adotam essa prática. Além disso, 66,7% dos respondentes concordam totalmente que os objetivos institucionais são planejados, monitorados e avaliados de forma sistemática. Quanto à destinação de recursos captados - como ofertas, doações e dízimos -, 75% afirmam que a alocação é realizada adequadamente, de acordo com os propósitos da organização.

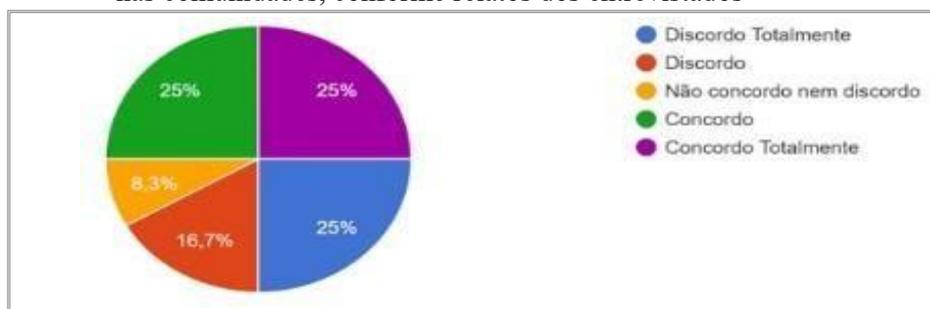
As Figuras 55, 56 e 57 apresentam os percentuais de instituições que realizam atendimento às famílias por meio de atividades de Assistência Social, conforme declarado pelos integrantes das equipes diretivas das entidades. Esses dados permitem uma análise mais aprofundada sobre os tipos de instituições presentes no território e seu papel no atendimento à população local.

Figura 55 - Instituições com atuação em assistência social segundo os entrevistados



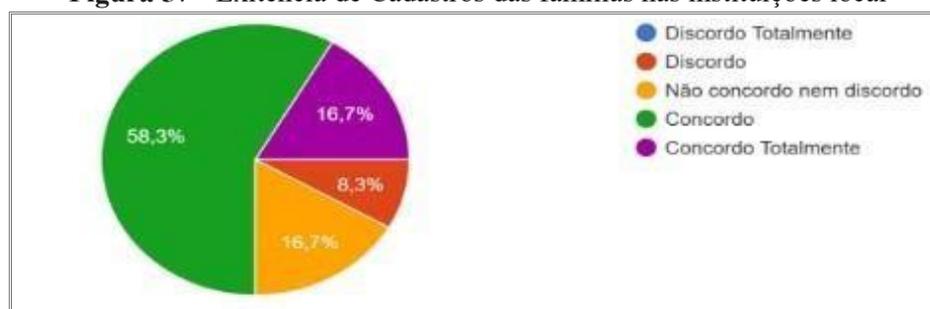
Fonte: Autora (2025)

Figura 56 - A Relação entre instituições religiosas e o atendimento às famílias nas comunidades, conforme relatos dos entrevistados



Fonte: Autora (2025)

Figura 57 - Existência de Cadastros das famílias nas instituições local



Fonte: Autora (2025)

Entende-se que o desenvolvimento nas dimensões social e econômica depende de práticas colaborativas, sendo as associações e sindicatos, quando bem estruturados, meios diretos de promoção do crescimento social e econômico. Os investimentos nesse contexto configuram um processo de longo prazo, que implica no fortalecimento da economia local, na ampliação da economia de mercado comunitário e no aumento geral da geração de trabalho e renda.

Conforme os gráficos apresentados, observa-se participação e integração das famílias atendidas ou que fazem parte das instituições/associações, seja como membros ou como usuárias

cadastradas em programas sociais do município, por intermédio dos sindicatos e/ou associações. A Figura 57 evidencia que 58,3% das famílias estão cadastradas para atendimentos ou possíveis atendimentos em programas sociais ofertados pelo município.

Figura 58: Eventos Comunitários - 1 - Foto Evento Religioso Institucional - Fonte: A Autora; 2 - Foto Gruta



Fonte: A autora (2025)

Nossa S^a do Rocio - Fonte: Praça Municipal; 3 – Fotos EXPOARA - Fonte: Site BocaSanta; 4 - Foto Tarde de Campo em Araruna discute manejo de solo com uso de plantas “melhoradoras”. Fonte: Tribuna do Interior; 5 – Convite - Fonte: Site Prefeitura; 6 - Parque Urbano de Araruna é o primeiro do novo programa ambiental do Paraná - Fonte: Sedest. Os eventos comunitários são importantes, pois neles residem o poder de fortalecer laços sociais, promover a participação cívica e criar um senso de pertencimento entre os moradores. Eles oferecem oportunidades para interação, aprendizado, celebração e desenvolvimento da comunidade como um todo.

Os moradores entrevistados relataram que a realização de eventos contribui para a história e a cultura local, reforçando o senso de pertencimento e identidade da comunidade. Além disso, a implementação de associações, sindicatos e instituições estimula a participação social, atendendo às demandas locais e promovendo o bem-estar da população economicamente ativa. Essas organizações incentivam a participação em eventos, parcerias comerciais e comunitárias, conforme ilustrado na Figura 58, promovendo a inclusão social e oferecendo serviços variados à sociedade.

As entrevistas indicaram que os serviços prestados pelas instituições incluem assistência social, consultas espirituais, aconselhamento material e espiritual, cerimônias religiosas abertas ao público, batismo, casamento, sepulturas, benzimentos, amaci, atendimento a dependentes químicos e encaminhamento à extrema-unção. Também são oferecidos programas públicos assistenciais, como: distribuição de leite, educação infantil e fundamental, aulas de robótica e de reforço educacional, salas de recursos multifuncionais, assistência familiar, doações de cestas

básicas, disponibilização de quadras esportivas, serviços psicológicos, fonoaudiológicos, nutricionais, sociais e pedagógicos, transporte escolar, e cursos de inglês.

Quanto às carências das famílias atendidas, os entrevistados relataram problemas relacionados à saúde mental e física, depressão, ansiedade, dificuldades financeiras, alimentação inadequada, vestuário, materiais escolares, carências afetivas, culturais e estruturais. Diante dessas demandas, as instituições oferecem serviços de orientação individual, encaminhamento a entidades competentes, fornecimento de material escolar e uniformes, programas de geração de emprego e renda, atividades de bem-estar e capacitação emocional.

Com base nas entrevistas e no embasamento teórico, o estudo sugere que o município de Araruna adote medidas estratégicas, tais como:

- Psicólogo orientador: visitas domiciliares periódicas para acompanhamento contínuo.
- Centro de lazer com atividades diversificadas: programas educativos, esportivos, culturais e de conscientização religiosa para crianças, adolescentes e adultos.
- Orientação religiosa inclusiva: ensino de valores como respeito, dignidade e amor próprio, promovendo igualdade de participação em diferentes crenças, independentemente de orientação sexual, raça ou religião.
- Programas de manutenção de vias públicas: construção de escolas e creches, viabilização de uniformes e materiais escolares, melhorias na saúde e rede de esgoto.
- Ampliação de projetos sociais: atividades esportivas e culturais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.
- Aulas de capacitação: artesanato, corte e costura, e outras oportunidades de geração de renda.
- Treinamento e capacitação de líderes comunitários: incentivo ao esporte, à leitura e programas voltados à família.
- Geração de emprego e renda: atendimento médico e odontológico diário, transporte escolar adequado e estímulo a empresas locais que gerem empregos.
- Qualidade de vida: cursos profissionalizantes, projetos sociais, educação ambiental e esportes como ferramenta educacional.
- Ações de cooperatividade: comunicação e articulação com entes institucionais, incluindo cessão de terrenos para equipamentos comunitários como praças, ginásios, escolas e postos de saúde.

Observa-se a necessidade de ampliar e qualificar a divulgação das políticas públicas, garantindo maior participação da comunidade, especialmente grupos em situação de

vulnerabilidade. Para que as ações tenham impacto real, é fundamental atender às demandas da população, promovendo melhorias na saúde, acesso a exames, cestas de bens e serviços, investimento em educação, formação de jovens para o empreendedorismo e estímulo a empresas geradoras de emprego.

Entre as demandas prioritárias da população destacam-se: ampliação de espaços de lazer, como parques e bosques; melhoria do transporte coletivo; oferta de cursos profissionalizantes; criação de áreas de lazer e implementação de ciclovias.

4.3 Formas de organização dos atores e instituições locais no desenvolvimento

As instituições sociais atuam como mediadoras entre a vida individual e coletiva, possibilitando a inserção dos sujeitos nos padrões sociais e promovendo harmonia entre dimensões pessoais e comunitárias. As ações dessas instituições, em articulação com diferentes atores sociais, tornam-se perceptíveis quando geram transformações que atendem às demandas públicas e fomentam o desenvolvimento local.

No âmbito do Patrimônio Territorial, a análise do município de Araruna foi ampliada com uma perspectiva interdisciplinar, incorporando conceitos, métodos e teorias da complexidade. Esse enfoque permite compreender o território de forma relacional e multidimensional, considerando sua história, características socioespaciais, políticas de desenvolvimento territorial e a atuação do Estado e dos atores locais.

Os atores sociais - governos, comunidades, organizações não governamentais e setor privado - desempenham papel central na transformação do território e no fortalecimento do desenvolvimento local. Suas ações integradas contribuem para gestão e planejamento comunitário, promovendo conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e reabilitação do papel do poder público.

O estudo, fundamentado no ProPAT e em dados do IBGE, Iparde e Prefeitura, utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas para levantar informações sobre educação, saúde, cultura e organização social. Esses procedimentos permitiram identificar necessidades do público-alvo e subsidiar propostas de melhoria nos serviços e políticas públicas locais, evidenciando um planejamento para o futuro desejado do território.

A participação ativa da comunidade, articulada com associações, sindicatos, OSCs, empresas e órgãos públicos, mostrou-se essencial para o desenvolvimento territorial. Instituições como escolas, hospitais, instituições religiosas, centros culturais e associações sindicais ou

comerciais constituem espaços de cooperação e articulação, facilitando a troca de conhecimentos, recursos e experiências e fortalecendo a governança local.

A concertação social no município ocorre por meio de negociações entre governo municipal, sindicatos, empresas e instituições religiosas, buscando acordos em áreas trabalhistas e políticas sociais, promovendo consenso e resolução de conflitos. Eventos e reuniões periódicas com representantes do Executivo, Legislativo, empresários e produtores rurais contribuem para capacitação intersetorial, gestão de riscos e distribuição eficiente de produtos e serviços, valorizando práticas de gestão, qualidade e desenvolvimento humano e profissional.

A Câmara Municipal, órgão legislativo eleito pelo voto popular, atua na fiscalização do Executivo, proposição e votação de leis e acompanhamento orçamentário. Entretanto, relatos indicam restrições quanto à rigorosidade em alguns atendimentos à população e participação em ações comunitárias. O controle interno, a gestão financeira e a observância de normas legais, especialmente em processos licitatórios, são fundamentais para garantir transparência, legalidade e justiça, assegurando o direito ao contraditório e a defesa de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determinação do TCE-PR.

A Prefeitura Municipal, principal ente governamental local, é responsável por políticas públicas, infraestrutura, educação, saúde, cultura, turismo e preservação ambiental. Empresas, organizações da sociedade civil e comunidades participam ativamente, promovendo emprego, renda, desenvolvimento social e proteção ambiental. Projetos exemplares incluem o Residencial Cohapar Araruna I, o Parque Urbano, a horta comunitária de Nova Brasília, a Semana Municipal de Conscientização do Autismo e o Projeto Edificar, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que promove inclusão social, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de habilidades culturais e manuais.

O regime de colaboração entre atores e instituições é estruturado em dois sistemas principais: partidos políticos, responsáveis por candidaturas e campanhas eleitorais, e grupos internos ou de interesse, que buscam influenciar decisões políticas. Além disso, organizações de base e movimentos sociais (como MST, movimentos feministas, LGBTQIA+, ambientalistas, operários e estudantis) atuam como fóruns de discussão, mobilização e pressão política. Outros atores, como associações de classe, empresas e Poder Judiciário, também exercem influência relevante nas decisões e no desenvolvimento de políticas públicas.

Em síntese, Araruna apresenta uma rede articulada de atores e instituições locais que, através de cooperação, concertação social e iniciativas comunitárias, contribuem para o

desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental do município, promovendo a participação cidadã e a melhoria da qualidade de vida da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos princípios e diretrizes orientadoras para a análise do Patrimônio Territorial de Araruna, eixo central desta dissertação, foram explicitados os referenciais teóricos que fundamentaram o diagnóstico do território e suas dinâmicas. A abordagem adotada pauta-se pela natureza multi e interdisciplinar, alicerçada no referencial teórico-metodológico do grupo ProPAT, com destaque para as contribuições do professor Dallabrida.

A aplicação das metodologias específicas do grupo conferiu ao estudo um caráter analítico, articulando teoria e prática, possibilitando a geração, apropriação e disseminação coletiva do conhecimento sobre o território. Sustentou também os procedimentos adotados na construção dos processos analisados e na formulação das reflexões e considerações apresentadas.

As ideias contidas na obra “Os Diferentes Níveis de Realidade - O Paradoxo do Nada”, de Patrick Paul, dialoga com as teorias da complexidade e subsidiaram a pesquisa, evidenciando a coexistência de elementos opostos ou conflitantes nos processos de desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e humano. Reconhece-se que avanços nem sempre são lineares, podendo gerar desigualdades e desafios que contradizem a ideia de desenvolvimento harmônico, evidenciando contradições e contrassensos comuns na produção do conhecimento.

Essa perspectiva permite a análise crítica da interação entre as Ciências Naturais e Sociais, valorizando a compreensão subjetiva dos indivíduos e o religamento dos saberes dispersos produzidos no território de Araruna. As dimensões do patrimônio territorial foram organizadas nos seguintes eixos: social, humana e intelectual, cultural, natural, institucional e produtiva. Cada uma dessas dimensões evidenciou aspectos como valores compartilhados, conhecimento e criatividade, interlocuções culturais, recursos naturais, instituições públicas e privadas, e atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico e social local.

Apesar da presença de movimentos sociais nacionais, como MST, MTST, movimentos feministas, antirracistas, ambientalistas e LGBTQIA+, os entrevistados indicaram que os mais relevantes para o contexto local são os movimentos de união comunitária, refletindo transformações sociais efetivas no território. A pesquisa identificou ainda ajustes entre Administração Pública e iniciativa privada, em que o Poder Público assegura condições de exploração, remuneração e infraestrutura aos parceiros privados, reforçando a dimensão produtiva do município.

O estudo enfatiza o caráter paradoxal do desenvolvimento local, considerando as subjetividades dos indivíduos em relação às mudanças e ao progresso. As percepções pessoais

variam conforme idade, classe social, escolaridade, cultura e experiências anteriores, influenciando a forma como os moradores vivenciam e interpretam as transformações urbanas, tecnológicas e sociais. Observou-se que a urbanização muitas vezes provoca sensação de perda de identidade, enquanto a tecnologia facilita a conexão entre comunidades, bairros e famílias.

As mudanças na identidade e no pertencimento também foram analisadas, evidenciando que novas práticas sociais, espaços de lazer, comércio e serviços alteram as relações culturais e sociais, impactando diretamente a qualidade de vida. As inferências sobre qualidade de vida são fundamentais para subsidiar decisões voltadas à redução da poluição, da degradação ambiental e da violência, fortalecendo a construção de uma identidade social justa e sustentável.

O pensamento paradoxal utilizado nesta análise evidencia que as contradições sociais em Araruna não se organizam hierarquicamente, mas são percebidas tanto nas experiências cotidianas quanto pelo conhecimento racional, permitindo compreender as tensões entre classes, etnias, gêneros e gerações. Essas evidências subsidiaram a proposição de políticas públicas voltadas à redução de desigualdades e à promoção da justiça social.

A pesquisa identificou que a economia local é baseada na agricultura, com destaque para café e algodão, pecuária de subsistência, indústrias de móveis e maquinário, além de uma rede de ensino estruturada e infraestrutura rural e urbana. Projetos como Parque Urbano, Parque Industrial, vilas rurais e hortas comunitárias refletem esforços em equilibrar crescimento econômico, desenvolvimento urbano e preservação ambiental.

Por fim, o patrimônio territorial de Araruna foi analisado como ponto de partida para intervenções socioespaciais, com categorias de análise relacionadas às dinâmicas e ao desenvolvimento territorial. O município apresenta governança estruturada e processos de ação coletiva, organizando relações entre sociedade e natureza, com foco na preservação de elementos materiais e imateriais, na valorização das paisagens, expressões culturais, valores simbólicos e aspectos socioeconômicos, e na atuação articulada de atores e instituições, assegurando o desenvolvimento local e a construção de um território socialmente integrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aurea Andrade Viana de; MORAES, Lúcia Helena; MARTINS, Leandro; *et al.* **Abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão social: Proposta Metodológica Para Mensuração.** Universidade Estadual do Paraná. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14532>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ANDRADE, Aurea Andrade Viana de; MORAES, Lúcia Helena; MARTINS, Leandro; *et al.* **Abordagem Territorial do Desenvolvimento: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial.** Cruz Alta: Editora Ilustração, 2023.

ANDRADE, Aurea Viana de Andrade. **Poder, Estado e Capital nos Processos de Des-re-Territorialização no Campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão-PR.** 2013. 85 e 86 f. (Doutorado em Geografia) - UEM, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.962**, de 22 de março de 2024. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11962.htm#art21. Acesso em: 26 jun. 2024.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. Dados Qualitativos. *In:* BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teorias e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994. P.147- 202.

BUTTENBENDE, Pedro Luís; MENEZES, Edna Costa de O.; COVAS, Antonio M. A.; BARTOLI, Enrico; ZAMBERLAN, Claudio O.; HENZEL, Marcelo E.; FLORES, Luciana F. **Abordagem Territorial do Desenvolvimento: Referências Teórico-Metodológicas da Dimensão Produtiva.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 26-38, jan.-abr. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Escola/Downloads/2b-artigo1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; MENEZES, Edna Costa de O.; COVAS, Antonio M. A.; BARTOLI, Enrico; ZAMBERLAN, Claudio O.; HENZEL, Marcelo E.; FLORES, Luciana F. **Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão produtiva e seus componentes.** Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 21, n. 59, p. e14525, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14525.

CALDERÓN, B. C.; GARCÍA CUESTA, J. L. **Sources and forms of territorial heritage.** International Journal of Humanities and Cultural Studies, v. 3, Issue 1, p. 2.141-2.157, June 2016.

CHIES, C.; LOURENCO, L. A.; AGUIAR, A. D.; FREITAS JUNIOR, J. A. **Pequenas ci- dades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em**

municípios paranaenses. *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMAE (On-line)*, v. 12, p. 446-462, 2021. Disponível em: ?

CORIAT, B. (dir.) *Le Retour des Communs: la crise de l'idéologie propriétaire*. Paris: LLL (Les Liens que Libères), 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade, totalidade urbana - totalidade - mundo**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

COSTA, Marcia *et al.* **Vulnerabilidade social no Brasil: Conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico- teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343>.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. Guaju - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437>

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R. Do marketing territorial ao branding de território: concepções teóricas, análises e prospectivas para o Planalto Norte Catarinense. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 671-685, out./dez. 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4\(10\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(10)).

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial: estudo de caso a partir da análise da dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil). **Territorios**, n. 16-17, p. 225-248, enero/jul. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/357/35701712>.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a. Disponível: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em 22 set. 2025.

DALLABRIDA, V. R. Da cidade inteligente, ao território inovador, rumo à inteligência territorial: aproximações teóricas e prospecções sobre o tema. **Desenvolvimento em Questão: Ijuí**: Editora Unijuí, a. 18, n. 53, p. 46-71, out./dez. 2020b. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.46-71>.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. e202219pt, Ed. Esp., p. 1-25, 2022. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202219pt>.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XI, n. 245, p. 20, 1º ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2015215.04>.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* **Planejamento Estratégico Territorial**: um processo de concertação público-privada com vistas à definição do futuro. Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, Porto Alegre: FEE - Fundação de Economia e Estatística, 2005. https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Planejamento_e_Gestao_Territorial.

DALLABRIDA, R. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: uma aproximação conceitual. **X Colóquio Internacional sobre Poder Local**, Salvador, 11 a 13 dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v2i2.13130

DALLABRIDA, V. R. *et al.* **A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento**: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 28 set. a 1 out. 2004. Disponível em: <https://www.unisc.br>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DALLABRIDA, V. R. Planejamento Regional: algumas observações teóricas e análise da prática. **Redes**, v. 9, n. 1, p. 37-62, jan.-abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v9i1.10971>

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial - Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, p. 73-98, jul.-dez. 2003. <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/04>.

DALLABRIDA, V. R.; BROSE, M. E. **A construção de uma nova institucionalidade pública microrregional**: A experiência da Região Fronteira Noroeste/RS. **REDES**, v. 7, n. 2, p. 107-123, maio-ago. 2002. Disponível em: <https://seer.unisc.br/redes/articleview>. Acesso em 22 set. 2025.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. **Desenvolvimento Territorial**: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: WITTMANN, Milton; RAMOS, Marília P. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional - Capital Social, Redes e Planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 101-133.

DENARDIN, V. F. *et al.* **Abordagem Territorial do Desenvolvimento**: Dimensão Natural e Contribuições para o Diagnóstico e Prospecção de Cenários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6523/1149>. Acesso em: 09 jun. 2024.

FERIA, J. M. El patrimonio territorial: algunas aportaciones para su entendimiento y puesta en valor. **E-R- PH - Revista Eletrônica de Patrimônio Histórico**, n. 12, p. 200-224, jun. 2013. Recuperado a partir de <https://revistaseug.ugr.es/index.php/erph/article/view/18345>.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade na perspectiva da Música Popular Brasileira**. Anais das Semanas de Geografia da Unicamp, p. 51-57, 2013.

GIANELLA, V.; CALLOU, A. E. P. A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 803-827, 2011. <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/5220>.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; *et al.* Abordagem Territorial do Desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão institucional do patrimônio territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 168-185, jan.-abr. 2022. ISSN 1809-239X. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247271>. Acesso em: 4 maio 2024.

GUMIERO, R. G.; FORNO, M. A. R. D.; PULPON, A. R. R.; FUINI, L. L.; THESING, N. J. Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão institucional do patrimônio territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, p. 168-185, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6521>.

GÜNTHER, I. A. Pesquisa para conhecimento ou pesquisa para decisão? **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 1, n. 1, p. 75-78, 1986. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250046440_Pesquisa_qualitativa_versus_pesquisa_qualitativa_esta_e_a_questao. Acesso em: 22 set. 2025.

HOLZER, W.. **A Geografia Humanista** - sua trajetória de 1950 a 1990. 1992. 550 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67- 78, jul./dez. 1999.

HOLZER, W. **Paisagem e lugar**: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI. 1998. 233 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola** - Lavoura

Temporária: Araruna. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/pesquisa/14/10193?indicador=10356>. Acesso em: 07 jun. 2024.

JANTSCH, L. B.; ARI, P. Interdisciplinaridade e práxis: tópicos para a discussão sobre as possibilidades, limites, tendências e alguns elementos históricos e conceituais. **Ensino em Revista**, [S. l.], 2010. DOI: [10.14393/ER-v10n1a2001/2002-1](https://doi.org/10.14393/ER-v10n1a2001/2002-1). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7884>. Acesso em: 9 jun. 2025.

LIMA, Ana Eliane M. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do estado. **Revista Análise Econômica**, v. 24, n. 45, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10848>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LOWENTHAL, D. **The Past is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MAGNAGHI, A. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Florença: Alinea Editrice, 2005.

MARCHI, L. F. P. de; *et al.* Discussão Conceitual de Desenvolvimento Regional e Abordagem da Dimensão Produtiva no Município de Dianópolis/TO. **XI CICTED - Congresso de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**. UNITAU, 2023. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/560176> Acesso em: 21 jun. 2024.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006. 406 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulinas, 2015.

MORIN, E. (org.). **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUELLER *et al.* **Abordagem Territorial do Desenvolvimento**: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial. 2023, p. 131.

NAKASHIMA, P.; *et al.* Sistema Pedológico na Região de Araruna-PR. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências dos Solos**. UEM, 2009.

OLIVEIRA, G. B.; L., J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai.-dez. 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ORTEGA VALCÁRCCEL, J. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades**, [S. l.], n. 04, p. 31-48, 2018. DOI: [10.24197/ciudades.04.1998.31-48](https://doi.org/10.24197/ciudades.04.1998.31-48).

Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/1761>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria da Comunicação. **Parque Urbano de Araruna é o primeiro inaugurado em novo programa ambiental.** Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parque-Urbano-de-Araruna-e-o-primeiro-inaugurado-em-novo-programa-ambiental#:~:text=O%20Paran%C3%A1%20ganhou%20nesta%20quinta,reduto%20sustent%C3%A1vel%20e%20de%20lazer>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PAUL, P. **Os diferentes níveis de realidade: o paradoxo do nada.** São Paulo: Polar, 3. ed. 2017.

POMBO, O. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, [S. l.], v. 8, n. 15, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5570>. Acesso em: 9 jun. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROTTA, E.; *et al.* Abordagem Territorial do Desenvolvimento: Um olhar a partir da dimensão social. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 100-116, jan.-abr. 2022. ISSN 1809-239X. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6523/1149>. Acesso em: 04 maio 2024.

SANTOS, Elinaldo Leal; *et al.* Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215>

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 479-505, set.-dez. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32556/1/ebook_-_instituicoes_interorganizacoes_e_gestao_do_desenvolvimento_territorial.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

SATELLITES.PRO. **Brazil map.** Disponível em: https://satellites.pro/Brazil_map#-23.947618,-52.320076,18. Acesso em: 30 jul. 2024.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese.** Desenvolvimento em Questão, 2003.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SUANNO, M.; RAJADELL, N. **Didática e formação de professores: perspectivas e inovações.** Goiânia: CEPD, 2013.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário.** São Paulo: Iluminuras/Fapesp. 1997.

TORRES, C. V., Schwartz, S. H., & Nascimento, T. G. (2016). **A teoria de valores refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva.** Psicologia USP, 27(2), 341-356. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150045>.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place: humanistic perspective. In:** BOARD, C.; CHORLEY, R.J.; HAGGETT, P.; STODDART, D.R. (eds.) *Progress in Geography*. London: E. Arnold, 1974. p. 211-252.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** (Trad. Livia de Oliveira). São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência** (trad. Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

ANEXOS

ANEXO A

1. Roteiro de Entrevista: Dimensão social do território do Patrimônio - valores compartilhados socialmente IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: / / _____

Morada: _____

Localidade: _____ Telefone: _____

| |
|--|
| 1) Quais áreas do Município são atendidas pelo setor de Assistência Social? |
| 2) Qual é o número de Famílias atendidas? |
| 3) Qual é o número de domicílios no Município? |
| 4) Qual é o número de famílias cadastradas em programas sociais no Município? |
| 5) Quais os tipos de programas sociais ofertados no Município? |
| 6) Quantas famílias são cadastradas em cada programa social? |
| 7) O que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS)? |
| 8) Quais serviços oferece? |
| 9) Quantas famílias atende? |
| 10) O que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)? |
| 11) Quais serviços oferece? |
| 12) Quantas famílias atende? |
| 13) No Município existem crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho infantil? Se sim. Quantos? |

2. Roteiro de Entrevista: Dimensão Humana e Intelectual: componentes e variáveis - saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: / / _____

Morada: _____

Localidade: _____ Telefone: _____

| ENTREVISTA/PESQUISA: | | |
|--|-----|-----|
| INDICADORES | SIM | NÃO |
| No Município tem instituição de Ensino Superior? | | |
| No Município há diplomas de graduação e pós-graduação emitidos por instituições sediadas no território? | | |
| Produção científica: | | |
| No Município há programas de pós-graduação Lato senso? | | |
| No Município há programas de pós-graduação stricto senso? | | |
| Registro de patentes: | | |
| No Município há registros de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), realizado por instituições sediadas no território? | | |
| Saberes transmitidos pela tradição oral: | | |
| No Município há humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos estão plenamente representados em conselho municipal de cultura? | | |
| Domínio de línguas não oficiais: | | |
| | | |

| | | |
|--|--|--|
| No Município são faladas mais de 6 línguas não oficiais e tal prática é incentivada pelo poder público, sendo algumas delas incorporadas nas atividades escolares formais? | | |
| No Município são faladas entre 3 e 6 línguas não oficiais e tal prática é incentivada pelo poder público, sendo algumas delas incorporadas nas atividades escolares formais? | | |
| No Município são faladas mais de 6 línguas não oficiais, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais? | | |
| No Município são faladas de uma a 6 línguas não oficiais, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais? | | |
| No território são faladas línguas não oficiais, porém tal prática é reprimida pelo poder público local? | | |
| Grupos religiosos: | | |
| No Município existem mais de 10 grupos de religiões diferentes e inexistem registros de conflitos por motivos religiosos, prevalecendo o respeito e a tolerância mútua? | | |
| No Município há predominância de um grupo religioso, mas são comuns diferentes formas de atividades ecumênicas? | | |
| No Município há predominância de um grupo religioso, entretanto não há integração ecumênica? | | |
| No Município há registros de situações esporádicas de intolerância religiosa? | | |
| No Município são comuns conflitos violentos entre diferentes grupos religiosos? | | |
| Gênero: | | |
| No Município as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira paritária, sendo 50% homens e 50% mulheres? | | |
| No Município as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 60% homens e 40% mulheres? | | |
| No Município as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 70% homens e 30% mulheres? | | |
| No Município as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 80% homens e 20% mulheres? | | |
| No Município as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo mais de 80% homens e menos de 20% mulheres? | | |

3. Roteiro de Entrevista: Dimensão Cultural: Valores e códigos de conduta, patrimônio cultural, cultura empresarial

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Morada: _____

Localidade: _____ Telefone: _____

| ENTREVISTA/PESQUISA: Questões sobre Dimensão Cultural Valores e códigos de conduta, patrimônio cultural, cultura empresarial no Município de Araruna/Pr em classificação da importância, utilizando a escala de Likert com as categorias “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5)” | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Há diversidade de grupos culturais com relações intragrupos? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos | | | | | |
| Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos | | | | | |
| Baixa multiculturalidade | | | | | |
| Dominação cultural | | | | | |
| Dominação cultural com repressão a demais grupos | | | | | |
| Há Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada | | | | | |
| Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas | | | | | |
| Manifestação culturais com pouca diversidade | | | | | |
| Manifestações de grupos sociais dominantes | | | | | |
| Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias | | | | | |
| Há Dotação orçamentária para eventos culturais no município? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária | | | | | |
| Ações pontuais de cultura com recursos financeiros | | | | | |
| Ações pontuais de cultura sem recursos | | | | | |
| Ações esporádicas de cultura | | | | | |
| Sem ações locais voltadas à cultura | | | | | |

| Existem equipamentos culturais distribuídos no Município? Há orçamento destinado à cultura no município? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no município | | | | | |
| Equipamentos parcialmente descentralizados | | | | | |
| Equipamentos apenas na região central | | | | | |
| Equipamentos concentrados em alguns bairros | | | | | |
| Equipamentos concentrado em regiões de alta renda | | | | | |
| A diversidade de mídia é favorável para o desenvolvimento local? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas | | | | | |
| Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas | | | | | |
| Baixa diversidade de mídia | | | | | |
| Concentração de mídia em grandes grupos comerciais | | | | | |
| Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo | | | | | |
| A geração de emprego e renda são baseadas em atividades culturais favoráveis para o desenvolvimento local? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município | | | | | |
| Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar | | | | | |
| Geram emprego informal como renda complementar | | | | | |
| Gera emprego informal precarizado | | | | | |
| Não gera emprego e renda | | | | | |

4. Roteiro de Entrevista: Dimensão Natural - Patrimônio natural, paisagens, solo, minerais, fauna, flora, ambiente natural.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade: Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Morada:

Localidade: _____ Telefone: _____

1) Quais as áreas de Proteção Ambiental existentes no Município?

2) Em quais aspectos o Município mais contribui para com o Meio Ambiente?

- a) Educação Ambiental
- b) Conservação e Preservação
- c) Planejamento e Gestão Ambiental
- d) Infração Ambiental

3) Que tipos de “problemas, impactos ou conflitos” ambientais são identificados no cotidiano no Município?

5) No Município há encaminhamentos com a divulgação das normas do Meio Ambiente?

- a) Sim
- b) Em alguns lugares
- b) Não

ENTREVISTA/PESQUISA: Questões sobre Dimensão Natural - Patrimônio natural, paisagens, solo, minerais, fauna, flora, ambiente natural, no Município de Araruna/Pr em classificação da importância, utilizando a escala de Likert com as categorias “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5)”

| (Bio)Geodiversidade, expressada na presença dos geossítios | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--|---|---|---|---|---|
| - Geossítio local de feições muito singulares e diversidade geológica muito alta e risco de degradação muito baixo; - Área com densidade populacional muito alta e muito próximo a outros valores ecológicos e culturais. | | | | | |
| - Geossítio de feições singulares e de compreensão fácil, diversidade geológica alta e risco de degradação baixo; - Geossítio acessível, seguro, em área com densidade populacional alta; | | | | | |
| - Geossítio de feições singulares e de compreensão fácil, diversidade geológica e risco de degradação médios; - Geossítio acessível, seguro, em área de densidade populacional média próximo a outros valores ecológicos e culturais; | | | | | |
| - Geossítio de feições comuns e de compreensão difícil, com diversidade geológica baixa e risco de degradação alto; - Geossítio de difícil acesso, pouco seguro, em área com densidade populacional baixa; | | | | | |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| - Geossítio de feições comuns, compreensão restrita, com diversidade geológica muito baixa e risco de degradação alto; | | | | | |
| - Geossítio de difícil acesso, pouco seguro, em área com densidade populacional muito baixa; | | | | | |
| Como apresenta-se o Agroecossistemas do município de Araruna, em relação a sustentabilidade rural? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| - Composto: (espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas) e silvipastoris (espécies de animais); acima de 40 espécies; | | | | | |
| - Ausência de incidência de pragas/parasitas e doenças; | | | | | |
| - Presença de inimigos naturais (com elevada abundância e diversidade); | | | | | |
| - Ausência de deficiências nutricionais (vigor); | | | | | |
| - Apresenta utilização de arranjos produtivos biodiversos (sistemas agroflorestais); | | | | | |
| - Ausência de aplicação de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; | | | | | |
| - Apresenta comunidades com presença majoritária de agricultura familiar camponesa; | | | | | |
| - As unidades familiares são vinculadas a associações e cooperativas, com selo de produção orgânica; | | | | | |
| - Possui adequação ambiental, a Reserva Legal e as áreas de preservação permanente estão bem conservadas. | | | | | |
| - Existem Leis ambientais aprovadas pelo município | | | | | |
| - Possui níveis consideráveis de degradação do solo. | | | | | |
| Apresenta presença de erosão em sulcos e voçorocas. | | | | | |
| Vulnerabilidade Ambiental Urbana do município: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| - As condições sanitárias e de ocupação dos imóveis são péssimas e completamente inadequadas; | | | | | |
| - São péssimas as condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, | | | | | |
| - Há ocorrências de risco de enchentes e desmoronamento no município; | | | | | |
| - No meio natural, as unidades estão sobre riscos muito altos inerentes à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; | | | | | |
| - Há insegurança alimentar causadas por desconfianças quanto a qualidade dos produtos cultivados; | | | | | |
| - As populações apresentam padrões muito altos de precarização de renda, desemprego, desigualdade e pobreza; | | | | | |
| A composição da Cesta de Bens e Serviços Municipais apresentam: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| - Os principais recursos municipais específicos ao meio ambiente estão ativados: | | | | | |
| - Existem serviços e canais de comercialização local; | | | | | |
| - Os bens públicos são socializados; | | | | | |
| - Os produtos, serviços apresentam qualidade; | | | | | |
| - Existe sistema de coleta de lixo; | | | | | |
| - Existe rede de esgoto; | | | | | |
| - O sistema de distribuição de água é canalizado; | | | | | |
| - Existem iniciativas privadas de valorização de produtos e serviços municipais; | | | | | |
| Política de Estado para a Sustentabilidade no município apresentam: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| - O município possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente; | | | | | |
| - O município possui Conselho Municipal do Meio Ambiente; | | | | | |
| - Existe Fundo Municipal do Meio Ambiente; | | | | | |
| - Existe Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos; | | | | | |
| Existe Legislação específica na área ambiental, em plena atividade; | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| - É perceptível dinamismo dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA; | | | | | | |
| - Há concurso público para a área específica; | | | | | | |
| - Existem contratação e/ou reposição de pessoal e equipamentos específicos para o setor; | | | | | | |
| - Há ações de operacionalidade (ações crescentes de fiscalização e preservação). | | | | | | |

5. Roteiro de Entrevista: Dimensão Institucional - Institucionalidades públicas e privadas (sociais, políticas, corporativas)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: / /

Morada: _____ Telefone: _____

Localidade: _____

ENTREVISTA/PESQUISA: Questões sobre Dimensão Institucional - Institucionalidades públicas e privadas (sociais, políticas, corporativas), no Município de Araruna/Pr em classificação da importância, utilizando a escala de Likert com as categorias "Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5)"

| Estruturas Administrativa | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 80 a 100% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias | | | | | |
| 60 a 79% dos técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias; | | | | | |
| 40 a 59% dos técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias; | | | | | |
| 20 a 39% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias; | | | | | |
| menos de 20% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias. | | | | | |
| Instrumentos de Programação e Planejamento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Há Formulação e atualização de todos os documentos norteadores das atividades da Secretaria Municipal de Educação; | | | | | |

| Os Documentos são formulados por consultorias; | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Existência de todos os documentos citados, porém desatualizados; | | | | | |
| Ausência de um destes documentos citados; | | | | | |
| Inexistência do PPA | | | | | |
| Existência nos planos e leis a referência de ações e projetos nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental; | | | | | |
| Ausência de ações e projetos referentes a área produtiva, | | | | | |
| Inexistência de ações e projetos nas áreas sociocultural ou ambiental | | | | | |
| Apresenta lacuna deixada por ausência de projetos; | | | | | |
| Inexistência de ações e projetos; | | | | | |
| Quanto as Estruturas de comunicação, transparências e inovação: efetividade na comunicação externa e transparência pública e as estruturas e ações de inovação e E-Governo apresentam-se em: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 80 e 100% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 20 e 39% | | | | | |
| 0 a 19% | | | | | |
| Planos, Programas e Ações Públicas, apresentam-se em: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 80 e 100% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| 60 e 79% | | | | | |
| 20 e 39% | | | | | |
| 0 a 19% | | | | | |
| Ações públicas de Apoio ao desenvolvimento, apresentam-se em: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 80 e 100% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 20 e 39% | | | | | |
| 0 a 19% | | | | | |
| Ações públicas de Apoio ao desenvolvimento - planos, projetos, atas e outros documentos de registros, apresentam-se em: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 80 e 100% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 20 e 39% | | | | | |
| 0 a 19% | | | | | |
| Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial, apresentam-se em: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 80 e 100% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 20 e 39% | | | | | |
| 0 a 19% | | | | | |
| Estruturas de conversação e concertação social, apresentam-se em: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 80 e 100% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 60 e 79% | | | | | |
| 20 e 39% | | | | | |
| 0 a 19% | | | | | |

6. Roteiro de Entrevista: Dimensão Produtiva - IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Morada: _____

Localidade: _____ Telefone: _____

ENTREVISTA/PESQUISA: Questões sobre Dimensão Produtiva, no Município de Araruna/Pr em classificação da importância, utilizando a escala de Likert com as categorias “Discordo Totalmente (1); Discordo (2); Não concordo nem discordo (3); Concordo (4) e, Concordo Totalmente (5)”

| Estrutura e coordenação produtiva: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Existência de poucas empresas no município? | | | | | |
| Existência de concentração produtiva (Gini)? | | | | | |
| Existência de Clusters - concentração de MPes em torno de uma grande empresa? | | | | | |
| O ambiente econômica é inovador com entre organizações públicas e privadas? | | | | | |
| Sistemas produtivos locais (concentração em PMEs, instituições de apoio e P&D, inovação tecnológica e organizacional, existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações? | | | | | |
| Iniciativas empreendedoras, disponibilidade de crédito e P&D: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inexistência de iniciativas empreendedoras, nenhuma disponibilidade de crédito e inexistência de P&D; | | | | | |
| Baixas iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; | | | | | |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Médias iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; | | | | | |
| Alto nível iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; | | | | | |
| Integração entre iniciativas empreendedoras, e empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D. | | | | | |
| Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inexistência de coordenação entre empresas, inexistência de instituições de apoio e inexistência de redes e parcerias; | | | | | |
| Baixa coordenação entre empresas, baixa existência de instituições de apoio, limitada existência de redes e parcerias; | | | | | |
| Média coordenação entre empresas, média existência de instituições de apoio, média existência de redes e parcerias; | | | | | |
| Alta coordenação entre empresas, alta existência de instituições de apoio, alta existência de redes e parcerias; | | | | | |
| Integração da coordenação entre empresas às instituições de apoio e à redes e parcerias. | | | | | |
| Estrutura das propriedades e produtores: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Existência de produtores esparsos; | | | | | |
| Existência de concentração de produtores do mesmo segmento; | | | | | |
| Existência de produtores menores em torno de um grande produtor; | | | | | |
| Existência de pequenos produtores e certo grau de inovação; | | | | | |
| Existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.). | | | | | |
| Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inexistência de multifuncionalidade agrícola e inexistência de recursos e ativos com especificidade territorial; | | | | | |
| Baixa multifuncionalidade agrícola e baixa existência de recursos e ativos com especificidade territorial; | | | | | |
| Média multifuncionalidade agrícola e média existência de recursos e ativos com especificidade territorial; | | | | | |
| Alta existência de multifuncionalidade agrícola e alta existência de recursos e ativos com especificidade territorial; | | | | | |
| Integração da multifuncionalidade agrícola e articulação com os recursos e ativos com especificidade territorial; | | | | | |
| Sobre a Autonomia e autogestão: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inexpressiva presença de organizações que possuem caráter de economia social e solidária; | | | | | |
| Baixa existência de organizações de economia social e solidária, com baixa autonomia e centralização do processo de tomada de decisão; | | | | | |
| Média existência de organizações de economia social e solidária, com limitada autonomia e processos de tomada centralizados; | | | | | |
| Alta Existência de organizações de economia social e solidária, com autonomia e relativa centralização da tomada de decisão; | | | | | |
| Existência de uma pluralidade de tipos de organizações de economia social e solidária, demonstrando aspectos significativos de autonomia e autogestão; | | | | | |
| Sobre Solidariedade e cooperação: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inexpressiva presença de solidariedade e inexistência de cooperação; | | | | | |
| Baixa existência da solidariedade e baixa existência de cooperação; | | | | | |
| Média existência da solidariedade e média existência de cooperação; | | | | | |
| Alta existência da solidariedade e alta existência de cooperação; | | | | | |
| Expressiva solidariedade e articulação entre as organizações de economia social e solidária, bem como existência de cooperação intra e interinstitucional; | | | | | |
| Sobre Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Inexpressiva presença articulação das organizações da economia social e solidária e inexistência de integração às estruturas do mercado | | | | | |
| Baixa existência de articulação das organizações da economia social e solidária e baixa integração às estruturas do mercado | | | | | |
| Média existência de articulação das organizações da economia social e solidária e média integração às estruturas do mercado | | | | | |
| Alta existência de articulação das organizações da economia social e solidária e alta integração às estruturas do mercado | | | | | |

| | | | |
|----------|--|--|--|
| Chácaras | | | |
| Sítios | | | |
| Fazendas | | | |
| Outras | | | |

10. Possui nascentes? () S () N / nº: _____ Situação: _____ / Rio? () S () N Qual? _____ Sit. _____
11. Captação de água: () Poço / () Fonte protegida / () Rede pública / () Rio / Outro: _____
12. Saneamento: () rede / () fossa séptica / () sumidouro / () rio / () outro: _____
13. Utiliza agrotóxicos? () S () N. Onde: _____
14. Tem SISLEG? () S () N
15. Disposição do lixo: () coleta pública / () reutilização / () queima / () outro: _____
16. Maquinário agrícola: _____
17. Animais da propriedade: () cavalos () vacas Outros: _____
18. Equipamentos e maquinários existentes: _____
19. Mudanças na infra-estrutura e nos equipamentos da propriedade quais: _____
20. Houve algum curso de capacitação? () S () N / Qual?: _____
21. Houve algum benefício? () S () N / Qual?: _____
22. Existem Propriedade Rurais Financiadas: () S () N / Que tipo: _____ Qual?: _____ Valor Médio: R\$ _____
23. Dificuldades :__
24. Sugestões: _____
25. Atividades de lazer das famílias: () Visitas/ () Igreja / () TV/ () esportes/ () bailes/ () outros: _____
26. Novos animais adquiridos para o turismo: _____
27. Deixou alguma atividade agrícola em função de mudança? () S () N Qual: _____
28. Ampliou atividades agrícolas? () S () N Qual: _____
29. Comercializa seus produtos? () S () N O que? _____
30. Utiliza ou já utilizou recursos do Pronaf? () S () N Para que: _____
31. O que acha do pronaf: _____
32. Prefere trabalhar na sua propriedade com:
- () Agricultura
- () Pecuária
- () Agricultura e Pecuária
- () Vinhos
- () Embutidos
- () Artesanato
- () Na cidade
- () Turismo
- () Turismo e atividade agropecuária
- () Turismo e agroindústria
33. O que acha dos turistas: _____
34. Existe diálogo e objetivos em comum com os outros agricultores? () S () N Qual: _____
35. Sua vida melhorou com a atividade que você exerce?
- () S
- () N
- () Mesma coisa 36.
- Cite exemplos:

8. Roteiro de entrevistas Moradores associados:

- 1) Nome:
- 2) Data da entrevista:
- 3) Telefone para contato:
- 4) Endereço da casa:
- 5) Qual a relação com a família que construiu a casa (é o próprio, filho, comprou a casa)?
- 6) Origem étnica da família:
- 7) De onde veio a família? (Estado, município, rural ou urbano)
- 8) Data da chegada da família em Araruna: _____ / _____ / _____
- 9) Qual foi o motivo da migração?
- 10) Já tinham pessoas conhecidas em Araruna? Eles influenciaram na decisão?
- 11) Em que trabalhavam antes de vir e no que trabalhou quando chegou?
- 12) Como foi a viagem para Araruna?
- 13) Quantas pessoas da família vieram?
- 14) Como era Araruna quando chegaram?
- 15) Como foi a adaptação ao novo local?
- 16) Quais as principais características culturais da família? (alimentação, língua, vestuário, religião, dança, música, outros)
- 17) Possuía essas características na época em que chegou ao município? Perdeu ou ganhou alguns traços culturais? Quais ainda permanecem?
- 18) Data aproximada da construção da casa:

19) Usos que a construção já teve (residência, comércio...):

20) Foi realizada alguma obra que tenha modificado a construção?

21) Há o interesse de modificar a construção, fazer outra construção ou de vender a casa? 22) Estado atual de conservação da construção: